

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - CCMN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO LITORAL OESTE CEARENSE: O CASO DE CUMBUCO  
(MUNICÍPIO DE CAUCAIA)

Maria Elia dos Santos Vieira

Orientador

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro

2000

**TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO LITORAL OESTE CEARENSE: O CASO DE CUMBUCO  
(MUNICÍPIO DE CAUCAIA)**

**Maria Elia dos Santos Vieira**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências.

**Aprovada por:**

---

**Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza - Orientador**

---

**Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa**

---

**Prof. Dr. Rainer Randolph**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*  
*Instituto de Geociências - CCMN*  
*Programa de Pós-Graduação em Geografia*

**TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO LITORAL OESTE CEARENSE: O CASO DE CUMBUCO  
(MUNICÍPIO DE CAUCAIA)**

**Maria Elia dos Santos Vieira**

Vieira, Maria Elia dos Santos.

Turismo, produção do espaço e desenvolvimento local no litoral oeste cearense: o caso de Cumbuco/Maria Elia dos Santos Vieira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 1998.

ix. 122 p. il

Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGG.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	vii
ABSTRACT.....	viii
AGRADECIMENTOS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
<b>1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS .....</b>	<b>15</b>
1.1 Turismo: Conceitos e Definições .....	15
1.1.1 O turismo como atividade e sua evolução: breves considerações .....	15
1.1.2 Motivações turísticas .....	22
1.1.3 Caracterização do turista .....	23
1.1.4 Terminologias turísticas.....	26
1.1.5 Tipologias turísticas.....	27
1.1.6 O turismo e suas implicações sob o ângulo do desenvolvimento local .....	32
1.1.7 O espaço turístico .....	37
1.1.8 Modelos de complexos turísticos: Cabo Frio, Cancún, Varadero.....	39
<b>2 APRESENTAÇÃO DA PLANÍCIE COSTEIRA CEARENSE E DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO .....</b>	<b>49</b>
2.1 Unidades Geoambientais .....	49
2.2 Aspectos Sociais, Culturais e Econômicos do Litoral Cearense.....	52
2.3 Políticas de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste: Desvendando o PRODETURIS-NE .....	55
2.4 Os Atrativos Turísticos do Litoral Cearense e suas Políticas de Desenvolvimento: O PRODETUR-CE .....	56
2.5 Criação de Infra-Estrutura .....	58
2.6 Contextualizando o Nordeste, o Ceará e Fortaleza .....	63
2.6.1 Expansão urbana de Fortaleza: Zona Oeste, limite com o município de Caucaia .....	70

<b>3 A PRAIA DO CUMBUCO NO CONTEXTO DO LITORAL CEARENSE.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1 O Cumbuco na Atualidade. Desenvolvimento Local e         Conseqüentes Transformações.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2 Especulação Imobiliária e Estrutura Fundiária .....</b>	<b>86</b>
<b>3.3 O Espaço Turístico do Cumbuco: sua Realidade, seus Conflitos         e suas Contradições .....</b>	<b>90</b>
<b>3.3.1 Ofertas e equipamentos turísticos .....</b>	<b>92</b>
<b>3.4 (Des) Organização da Comunidade: Atividades da Pesca,         Nativos, Anseios e Desejos.....</b>	<b>99</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>

## **RESUMO**

O incremento do turismo no Brasil, nas últimas décadas, tem sido um fato bastante evidente. No Nordeste aposta-se na atividade como alternativa para a solução de problemas sócio-econômicos. Para o Ceará, o desenvolvimento da atividade turística é planejado de modo que venha gerar divisas e, com isso, trazer soluções para os entraves econômicos do Estado. Diante disso, e como forma de observarmos a atuação do turismo no espaço, escolhemos determinada área, a Colônia de Pescadores Z-7, do Cumbuco, localizada no município de Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza, e analisamos as principais conseqüências provenientes da atividade turística, considerando os aspectos e as formas da dinâmica da produção pesqueira e dos novos agentes sociais que entraram em cena. Apesar de termos constatado que a atividade turística no Cumbuco, mesmo incipiente, associada à especulação imobiliária, foram os principais meios transformadores que geraram a descaracterização da comunidade, observamos que para o lugar se colocam outras tendências, pois a proximidade com Fortaleza e as reformas que vêm ocorrendo na Zona Oeste da capital puderam influenciar todo o litoral de Caucaia, estendendo-se até o Cumbuco: ademais, a construção do porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, e, posteriormente, sua expansão polarizarão a comunidade e serviços para a vila de pescadores, além de estabelecer grandes projetos turísticos, associados às reformas urbanísticas.

## **ABSTRACT**

The increase of tourism in Brazil, in the last decades, has been an outstanding fact. In Northeast Brazil there is a bet on this activity which is seen as an alternative to solve social-economical problems. The development of tourism trade for Ceará State is planned in such a way that it may generate revenue and, that happening, it may grant solutions to the State's economic restraints. Before this fact, and as a form of observing the functioning of tourism in space, we picked up a given area, in the case the Fishermen's Group Z-7, from Cumbuco, located in Caucaia Municipality, in Fortaleza's Metropolitan Region, and we undertook to analyse the main consequences brought about by tourism activity, taking into account the features and forms of the fishing production dynamics as well as of the new social agents that came into play. Although we verified that tourism trade in Cumbuco, even incipient as it was, together with real state speculation, these two were the main means of transformation which generated the decharacterization of the community, we noticed that this place may be under the influence of other trends, since its proximity to Fortaleza and the reforms which have been taking place in the capital's West Zone may end up by influencing all of Caucaia's coastline, going as far as Cumbuco: besides, the building of Pecém's Harbour, in São Gonçalo do Amarante municipality, and its expansion at a later date will polarize both community and services to the fishermen's village, establishing great tourism projects linked to urbanistic reforms.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Lopes de Souza, por tudo.

Aos professores Roberto Lobato Corrêa, Rainer Randolph e Hermes Magalhães - IPPUR - obrigada pelas contribuições.

À coordenadoria do projeto natureza, pesca e turismo: conflitos no litoral cearense, que me despertou para os valores do litoral cearense.

À minha família que me recebeu no Rio de Janeiro: Gorgonho, Estela, Daniel, Renata, Tiago e Camila, obrigada pelo grande incentivo.

Ao meu pai e minha mãe, que mesmo em Fortaleza permaneciam perto de mim.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará: Clélia Lustosa, Maria Geralda, Maria do Céu, Vanda Claudino, José Borzachiello, Amaro Alencar e Manoel Fernandes.

Aos amigos Alexandra Maria (companheira diária), Nadja Cristina, Márcia Moura, Márcia Soares, Cláutenes Arruda, Elane, Glaucon, Maria e Ivan.

À população do Cumbuco, pelas valiosas informações.

Aos amigos do mestrado Célia, Elias, Ileana (Léa), Adriana, Dulce, Rebeca, Jan, Andreolino, Ademir, Solange e Eleniza.

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

## INTRODUÇÃO

A comunidade pesqueira do Cumbuco, no Estado do Ceará, pertence a uma área que, nas últimas décadas, vem sofrendo consideráveis transformações, decorrentes da inserção da atividade turística. Assim é que a primeira e principal questão que norteia nosso trabalho está associada a essa atividade.

Estaria de fato a comunidade se consolidando como área destinada a funções turísticas, tendo em vista seu potencial paisagístico? A frequência com que a praia vem sendo visitada e a existência de certa infra-estrutura (equipamentos turísticos) estariam tornando possível o desenvolvimento do turismo, em comparação com o mesmo processo verificado nos grandes complexos já existentes?

A busca de resposta para essas questões deu origem a outras particularidades e assim se fez necessário investigar, juntamente com a atividade turística, outros fenômenos associados à questão da expansão urbana e as transformações na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF),<sup>1</sup> capital do Ceará.

A possibilidade de um novo fenômeno ficou clara quando passamos a verificar as seguintes características:

- a proximidade com Fortaleza e a construção da ponte sobre o rio Ceará, que liga Fortaleza a Caucaia, facilitando ainda mais o acesso, que já era feito pela BR-222 e CE-090.
- o limite de Caucaia com a Zona Oeste de Fortaleza, área que tem sofrido, a partir da última década, consideráveis transformações, intensificando assim o fenômeno da segunda residência, cada vez mais legitimado nas áreas litorâneas. A área litorânea de Caucaia há muito é marcada fortemente pela presença de segundas residências (casas de veraneio, chácaras, sítios, etc.). Esta situação se confirma, cada vez mais, com a forte presença de imobiliárias, permanentemente apoiadas pelo Estado, que atuam como os principais agentes modificadores do espaço litorâneo e possuem estreita relação com o turismo.
- A construção do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, que dista 5 km da praia do Cumbuco e, aproximadamente, 45 km de Fortaleza, e tem sua zona de expansão em direção à comunidade. Sabe-se que esse projeto (como é de praxe em toda construção de um porto) causará impactos os mais diversos: sociais, econômicos, culturais e

---

<sup>1</sup> A comunidade do Cumbuco localiza-se no município de Caucaia, que integra a Região Metropolitana de Fortaleza.

ambientais, estando assim intimamente ligado às transformações da Região Metropolitana de Fortaleza, pois prevê-se que muitos trabalhadores se fixarão nas regiões próximas ao porto.

Para respondermos à primeira questão da nossa pesquisa fizemos uma análise comparativa com três modelos de complexos turísticos conhecidos internacionalmente: praia de Varadero, em Cuba; Cancún, no México e Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Os dois primeiros estão localizados especificamente no mar do Caribe e o terceiro no litoral brasileiro. Este procedimento nos possibilitou identificar qual a tendência mais forte colocada para o Cumbuco, pois existem documentos referentes a projetos destinados à construção de um complexo turístico, cujos empreendimentos para a área são de grande envergadura, mostrando assim certa semelhança com os referidos complexos turísticos.

A natureza desses projetos e a forma como eles se colocam obedecem, muitas vezes, segundo VALLE (1995) e CRUZ (1996, apud BENEVIDES (1998:74-5) aos capitais de redes de hotelaria em escalas mundiais e foram concebidos sob forte tendência fundamentada em experiências internacionais de um modelo de urbanização turística do litoral.

Acerca das tendências atuais desse assunto, RODRIGUES (1997:55-61) expõe a mesma observação feita pelos autores citados no parágrafo anterior. As atuais propostas direcionadas para o turismo estão "voltadas para o fortalecimento do turismo receptivo internacional, galgado em projetos de grande envergadura (modelo mexicano), financiados por capitais transnacionais baseados nas tendências locais". Quando esses espaços são pensados com potencial para o desenvolvimento do turismo, são vistos como espaços de natureza urbana. A autora, entretanto, adverte existirem casos muito particulares que podem fugir a essa característica.

Os projetos de grande envergadura ainda não estão presentes nas Áreas Turísticas I e II (Zona Oeste do litoral cearense); no entanto, já existem empreendimentos turísticos de grande porte no litoral Leste, tais como: Beach Park, especializado em lazer aquático, localizado no município de Aquiraz; hotel Praia das Fontes, no município de Beberibe, e hotel Porto Canoa, em estilo *resort*, no município de Aracati, todos com padrão internacional e especializados em turismo receptivo.

Considerando a forte inserção turística no litoral cearense, e outros projetos de caráter bastante urbano, percebe-se que todo ele passa por um momento delicado e crítico, tendo em vista a predominância do modelo de desenvolvimento adotado nessa área.

É bastante notório o interesse que os grupos econômicos demonstram pelas áreas litorâneas, uma vez que grandes lucros poderão ser obtidos em face dos investimentos aplicados nesses ambientes, cujo valor está associado às belezas naturais, como as praias, dunas, mangues, lagoas, vegetação, e ao próprio nativo, que atraem os turistas interessados em populações exóticas. Essas belezas e características são exatamente os motivos primordiais que levam o governo do Estado do Ceará e, sobretudo, os investidores a apostarem que os investimentos turísticos, ou até mesmo as imobiliárias, poderão trazer lucro imediato.

Já se tem conhecimento de projetos como o PRODETUR-CE (Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará), cujo objetivo é desenvolver o Estado através do turismo. A proposta é que, futuramente, sejam aplicados recursos na construção de hotéis de três e quatro estrelas, chácaras e "hotéis ecológicos", na construção de estradas (parte delas estão sendo concluídas), saneamento, etc. visando especificamente criar condições para abrigar a massa de visitantes prevista, bem como atrair investidores do ramo de hotelaria, cuja prioridade será para os grandes grupos internacionais. O PRODETUR-CE dividiu o litoral cearense da seguinte forma: Região Turística I (Região Metropolitana de Fortaleza, priorizando Caucaia e Aquiraz e também Fortaleza); Região Turística II, Litoral Oeste (Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru e São Gonçalo do Amarante); Região Turística III, Litoral Leste (Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati e Icapuí) e Região Turística IV, Litoral Extremo-Oeste (Barroquinha, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca). Contudo, críticas surgiram paralelamente à elaboração desse projeto, uma vez que sua execução poderia ocasionar consideráveis transformações, desde a privatização do litoral, até a descaracterização natural dessa área e por conseguinte a desestruturação do modo de vida das comunidades.

Segundo a documentação divulgada pelos órgãos oficiais, o PRODETUR-CE foi elaborado no governo Ciro Gomes (1991), obedecendo a determinadas fases. Inicialmente foi feito o mapeamento e a organização do espaço físico de todo o litoral, com vistas a detectar suas potencialidades de investimentos públicos e privados na área de turismo. Os estudos para elaboração de todo projeto foram desenvolvidos tanto na perspectiva de considerar a preservação do patrimônio ecológico e cultural das áreas estudadas, como de estabelecer conceitos técnicos que orientem a ação do empreendimento turístico de forma planejada e integrada entre os vários subsistemas (ocupação do espaço, meio ambiente, nucleação urbana, transporte e gestão municipal).

Uma segunda fase, que está em processo de implantação, seria a melhoria de infra-estrutura, principalmente na construção e reparo das vias. A crítica feita durante as primeiras execuções do PRODETUR refere-se às comunidades que habitam o litoral e que já sofreram a inserção de outros empreendimentos turísticos, sobretudo imobiliários, as quais tiveram seus modos de vida bastante alterados.

Como se sabe, todo o litoral cearense tem sofrido uma série de problemas causados pela forma como se deu a ocupação e o uso do solo. As praias mais próximas da capital são as mais afetadas com o processo de desestruturação do meio ambiente, em todos os aspectos. Isso ocorre por ter a atividade turística forte atuação nessa área e uma das razões seria o fato de Fortaleza ser o único local de embarque e desembarque que desde cedo captou recursos, polarizando a maioria das atividades. Tal fato provocou decidida atuação da atividade turística. A implementação de projetos para atrair mais e mais investidores contribui para o surgimento de um novo cenário, que traz, muitas vezes, a expulsão das comunidades praianas, a transformação em seus modos de vida, expondo-as a uma situação nova. Hoje, a preocupação de estudiosos, e até mesmo de grupos nativos, são as possíveis mudanças que irão ocorrer com a implantação dos projetos turísticos na região costeira e sobretudo a forma como o mercado imobiliário vem atuando nessa área. O choque cultural e ainda todas as modificações que ocorrem nessas áreas, visando adequá-las para o turismo, são retratados por ALMEIDA (1995):

No afã de melhor usufruir a tranquilidade e a beleza reinantes nas comunidades pesqueiras, os de "fora" que ali chegaram construíram moradias modernas, com tecnologias mais apropriadas para a sofisticação das cidades. Também trouxeram seus hábitos e estilos de vida urbana e uma nova mentalidade na qual predomina a preocupação com a mercadoria e o valor de uso. Há um empobrecimento gradativo de valores, cidadania e ordem financeira de diversas comunidades pesqueiras, além do que a concentração de renda é cada vez mais excedente nas mãos de um pequeno grupo. É este o olhar mortal do turismo.

Nesse novo cenário e diante do incremento da atividade turística que vem se impondo, não só em nível local mas também mundial, já se percebe um intenso processo de modificações, que provoca quase sempre a desestruturação dos espaços ditos turísticos. Para Edvaldo Filho estas regiões podem se transformar em "paraísos turísticos cercados de bolsões de secas, como já ocorreu em outros locais do mundo" (O POVO, 26/8/95).

A relevância do nosso tema está em podermos estudar a atividade turística, que teve seu incremento no pós-guerra e tornou-se um "fenômeno mundial" nas últimas décadas. O turismo, assim como outras atividades econômicas, é também modificador e construtor de novos comportamentos e hábitos; ou ainda, como ressalta RODRIGUES (1996:18) "... é certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida - um produtor, consumidor e organizador de espaços - uma 'indústria', um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços". Além do mais, o turismo, nos últimos tempos, movimentou bilhões, constituindo-se numa atividade extremamente econômica.

Ainda considerando as observações de Rodrigues, o turismo pode estar presente em qualquer lugar do mundo, seja numa praia dos Trópicos ou do Mediterrâneo, numa estação de esqui ou numa comunidade pesqueira no Ceará. O que vai mudar é a intensidade com que essa atividade ocorre, assim como as conseqüências por ela trazidas; também entendida por muitos estudiosos como "atividade industrial", mesmo sem possuir chaminés, o turismo traz diversos tipos de poluição, degradação e transformação dos modos de vida.

Neste sentido, procuramos analisar o processo de produção e ocupação da "Área Turística I", tomando como estudo de caso a vila de pescadores do Cumbuco, considerando as transformações decorrentes da implantação dos atuais e de futuros projetos turísticos. Levamos em conta aspectos importantes, como: a análise de questões ligadas aos impactos ambientais e sócio-econômicos resultantes do desenvolvimento da atividade do turismo na comunidade, a especulação imobiliária, a alteração no modo de vida dos "nativos"<sup>2</sup> e nas suas relações de trabalho. Isto possibilitou-nos verificar, através de uma ótica sócio-espacial, como ocorrem as relações de produção e ocupação do litoral.

A seguir, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa identificar os processos de ocupação surgidos na vila do Cumbuco, levando em consideração os aspectos e as formas da dinâmica da produção do espaço e o papel da comunidade pesqueira e dos novos agentes sociais que entram em cena para modificar/transformar a paisagem, condicionados sobretudo pela atividade turística. Especificamente, isso objetivou

---

<sup>2</sup> Quando fazíamos nossa pesquisa de campo, e perguntávamos aos entrevistados se eles eram natural do Cumbuco, muitos que haviam nascido na comunidade se autodenominavam de nativos.

identificar as transformações sócio-ambientais resultantes da introdução de novas atividades e novas relações de produção a partir das políticas públicas ligadas ao turismo, implementadas para o município de Caucaia, e verificar a produção do espaço litorâneo a partir do novo modelo de “desenvolvimento”, tipicamente capitalista e com efeitos socialmente problemáticos e ecologicamente nocivos, pois o capitalismo associado à prática do lazer “não tem se contentado unicamente em integrar o espaço tradicional, existem distintos setores de cunho novo, inserindo-os dentro de sua expansão. O lazer tem se constituído em vanguarda do processo. Uma indústria do lazer se conjuga intimamente com a da construção, com o fim de prolongar a cidade, sua urbanização, as regiões litorâneas e montanhosas” (COELHO, 1986:22-3).

Nossa área de estudo, a vila do Cumbuco, é um lugarejo que desponta à beira-mar entre coqueiros e dunas. Seu entorno é marcado pela presença de tabuleiros pré-litorâneos com vegetação típica de beira-mar, campo de dunas, lagoas, etc. e sua principal atividade até meados da década de 1980 foi a pesca. Pertencente ao município de Caucaia, Cumbuco surgiu por volta da década de 1920. Situa-se a aproximadamente 37 km de Fortaleza e seu acesso é feito pelas BR-222 e CE-090<sup>3</sup> (ver foto 1 e figura 1).

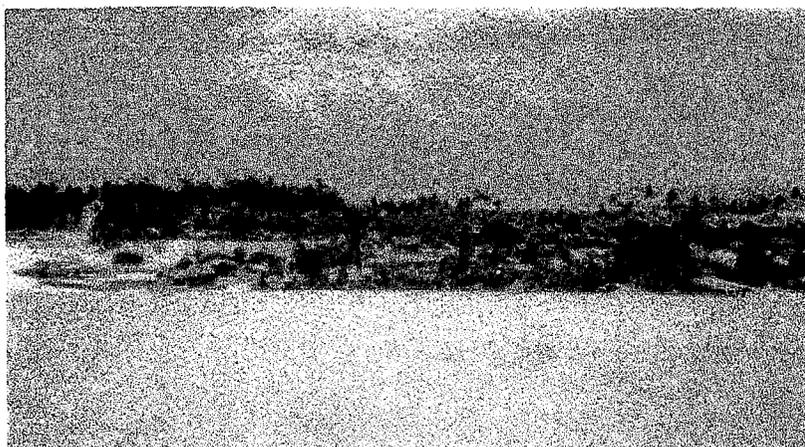
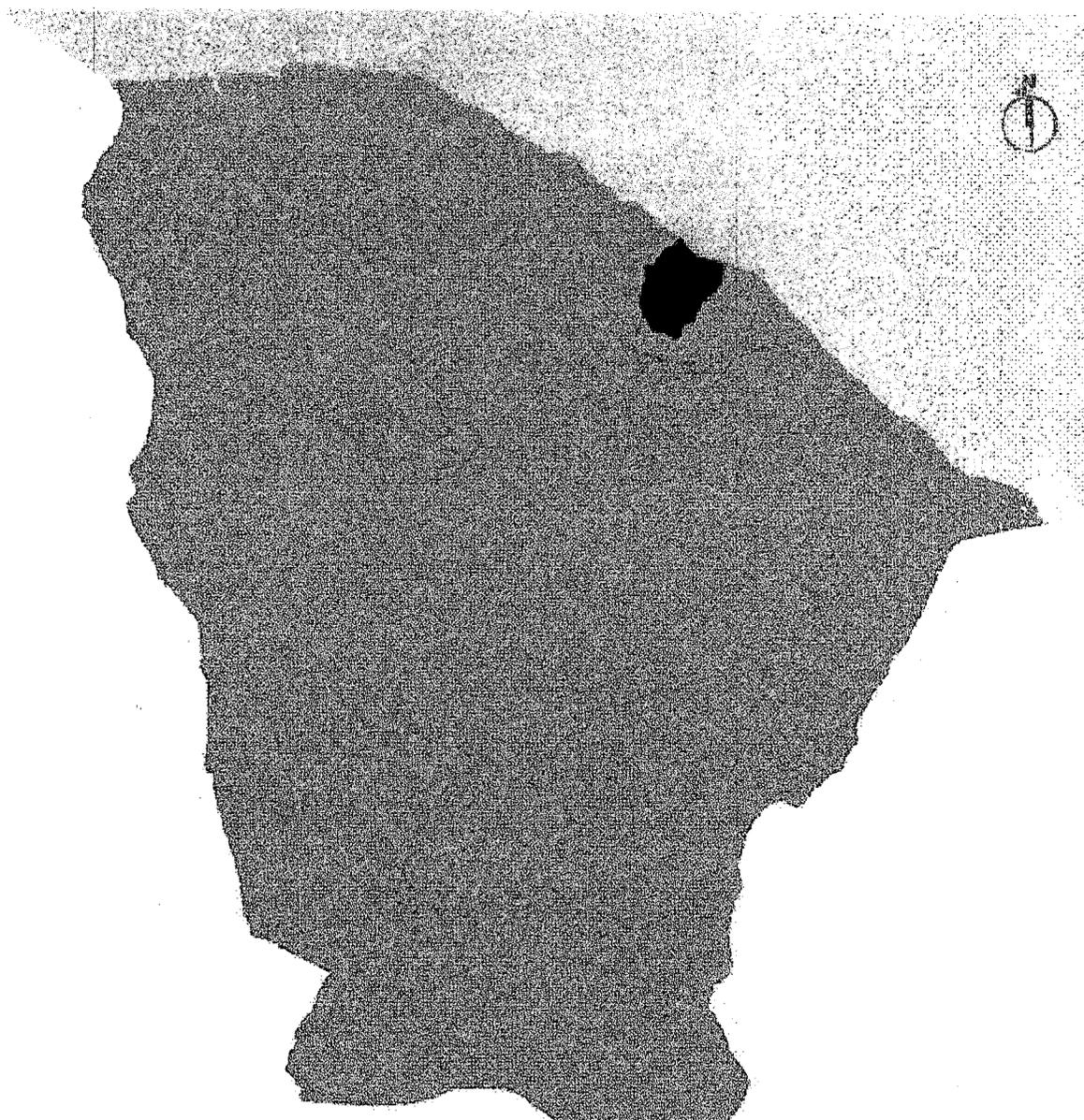


Foto 1 (arquivo particular da autora, Maria Élia dos Santos Vieira)

Visão panorâmica do Cumbuco - aspectos naturais - atrativos turísticos.

---

<sup>3</sup> Anteriormente à construção da CE-090, que foi duplicada até a praia da Tabuba, todo o acesso era feito pela cidade de Caucaia, através das estradas que passavam por dentro da sede do município. Depois que este caminho foi alterado, o fluxo de veículos diminuiu e a cidade perdeu bastante sua movimentação econômica, proveniente da venda de seus produtos.

**LEGENDA**

-  Município de Caucaia
-  Limite da Região Metropolitana de Fortaleza
-  Limite de Município

Figura 1 - Localização de Caucaia no Estado do Ceará

Fonte: IPLANCE, PDDU/Caucaia.

Pelo menos até o final da década de 1970 e início da de 1980, a paisagem presente neste local era constituída por “pequenas lagoas cercadas por sítios, coqueirais, campo de dunas, existindo ainda alguns casebres ao redor dessas lagoas” (PINHO, 1981:1). Entretanto, nesse mesmo estudo realizado na década de 1980, Pinho constata que, próximo à colônia, a paisagem começava a mudar consideravelmente: um grande terreno estava sendo aterrado e aplainado; a areia dele retirada muitas vezes servia para o aterro das lagoas; alguns coqueiros haviam sido arrancados. Não demorou muito e então ficou claro o que vinha acontecendo na vila do Cumbuco. A área em questão havia sido adquirida por uma construtora que, naquela época, estava fazendo um grande loteamento. Outra surpresa foi o aspecto de “organização” e “diferenciação” em relação às outras vilas de pescadores. A colônia do Cumbuco se diferenciava por ter suas casas construídas em alvenaria e cobertas por telhas, o que chamava muito a atenção. Somente a escolinha permanecia feita de palha.



Foto 2 (arquivo particular da autora, Maria Élia dos Santos Vieira)

Ruas da Vila do Cumbuco: aspecto irregular das casas e construções inacabadas do Cumbuco. Casas de alvenaria doadas pelas imobiliárias.

A autora referida questiona esse fato: “Por que razão comerciantes de terras iriam construir uma vila de casas para pessoas que não passavam de posseiros e que poderiam ser facilmente expulsos dali?” Os próprios moradores eram conscientes de que embora aquelas casas onde eles moravam houvessem sido construídas em “terrenos da marinha”, não precisariam sair do local.

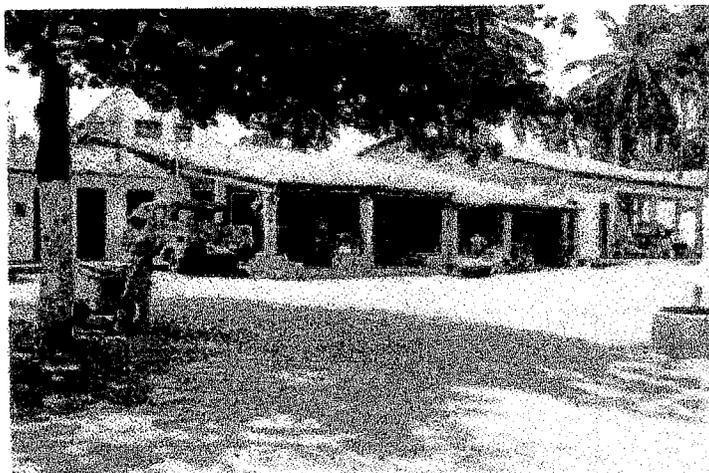


Foto 3 (arquivo particular da autora, Maria Élia dos Santos Vieira)

Aspectos gerais da comunidade do Cumbuco. Casas em alvenaria, doadas aos moradores e já modificadas.

A importância do estudo de Pinho está exatamente no fato de mostrar a situação em que se encontrava a comunidade do Cumbuco e como ela passou a ser “invadida e dominada”, fato que se agravou por toda a década de 1980 e ainda nos anos de 1990. Para nosso trabalho, a pesquisa de PINHO (1981) serviu também como base para o reconhecimento da área, uma vez que os estudos acerca do litoral cearense (sobretudo em um enfoque mais sociológico) passaram a ser realizados apenas na última década. Ressalta-se ainda a inexistência de outros trabalhos informativos sobre a vila do Cumbuco.

Partindo dessa situação enfrentada pela comunidade e do pressuposto de que o litoral cearense vem sofrendo modificações e que essas, por sua vez, podem trazer conseqüências drásticas irreversíveis ao ambiente litorâneo, é importante expor, ainda, alguns questionamentos que complementam o entendimento de outras questões para o nosso trabalho, algumas delas divergentes, na zona litorânea, dentre as quais: de que forma o turismo vem se consolidando no Cumbuco? Quais as tendências que realmente se colocam para a região? As políticas governamentais e o apoio que o Estado assegura aos investidores levam em consideração as comunidades, a dinâmica da natureza e principalmente o desenvolvimento local não só do Cumbuco, mas de outras áreas do litoral cearense?

Nessa perspectiva, organizamos essa dissertação da seguinte forma:

No primeiro capítulo, tratamos dos fundamentos conceituais e teóricos, onde apresentamos definições e tipologias de turismo e turista, bem como algumas terminologias, e as motivações que a prática do turismo proporciona nas pessoas.

Tentamos destacar o turismo ecológico como um tipo de modalidade e sua relação com o desenvolvimento local, apontando ainda sua relação com o espaço turístico. Destacamos também alguns modelos de espaço turístico: complexos turísticos de Cabo Frio, Cancún e Varadero.

No segundo capítulo procuramos dar destaque à planície costeira cearense e suas unidades geoambientais, os aspectos sociais, culturais e econômicos do litoral, de uma forma geral e do Ceará, seu potencial turístico, mostrando alguns impactos provenientes deste turismo, abordando ainda as políticas de desenvolvimento para o litoral do Ceará. Contextualizamos o Nordeste, mais particularmente o Estado do Ceará, a capital Fortaleza, com sua expansão urbana e seu limite com o município de Caucaia.

Por último, enfocamos a praia do Cumbuco, destacando algumas outras particularidades, tais como: organização do espaço e seus aspectos sociais, culturais e econômicos, bem como as mudanças pelas quais passou a comunidade. Outro fator por nós abordado foi principalmente o que relaciona as potencialidades turísticas locais e os conflitos advindos pela exploração desse novo tipo de atividade.

Tratando-se da metodologia seguida nesta pesquisa, adotamos as abordagens de natureza exploratório-descritiva e a bibliografia específica sobre a temática central, o turismo. Nesse intuito, trouxemos para nossa discussão o espaço turístico, bem como sua compreensão na visão dos grupos investidores, pois foi necessário recorrermos a muitos documentos divulgados pelos agentes oficiais referentes a esta atividade. Associamos ainda outros temas que contribuíram para ampliar nossa investigação, como foi o caso do espaço turístico, com RODRIGUES (1996/1997), das questões que envolviam a problemática do desenvolvimento, com SOUZA (1996/1997), e dos estudos das práticas espaciais, com CORRÊA (1995), entre outros autores, igualmente importantes, que deram suporte ao nosso trabalho.

Fizemos também um resgate de pesquisas que nos mostrassem a expansão urbana de Fortaleza e para isso consultamos SILVA (1992/1998), SOUZA (1978), LEMENHE (1991), GIRÃO (1959), pois seus trabalhos, além de resgatarem historicamente todo processo por qual passou Fortaleza, possibilitaram-nos entender futuras tendências.

O levantamento bibliográfico na parte referente ao turismo fundamentou-se em obras de autores que buscam, de forma mais crítica e atual, uma análise mais desvendada do turismo. Nesta análise, ressaltamos estudiosos que fazem considerações tanto sobre conceitos mais usuais como sobre discussões mais críticas em relação ao

turismo (ANDRADE, 1991; BARRETO, 1997; RODRIGUES, 1996/1997) e outros que destacam os efeitos do turismo no litoral nordestino e que trazem como exemplo diversas situações presentes hoje na área litorânea, seja no Ceará, no Nordeste ou no mundo. Dentre eles, estão ALMEIDA (1996), BENEVIDES (1998), CORIOLANO (1996, 1998) e RODRIGUES (1996).

Em um segundo momento da pesquisa recorreremos a muitas instituições governamentais como: IPLANCE, SEMACE, Prefeitura de Caucaia, Bancos - Banco do Nordeste - e às instituições não-governamentais, como foi o caso do Instituto Terra Mar e da Comissão Pastoral do Pescador. Buscamos materiais referentes a mapas e fotos e posteriormente, já de posse de alguns dados, fizemos nosso trabalho de campo na comunidade do Cumbuco, aplicando entrevistas abertas aos moradores (novos e antigos), às lideranças comunitárias e de associações, aos grupos envolvidos com atividades turísticas (proprietários de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, agências de turismo, etc.), turistas/visitantes, excursionistas e veranistas.

## **GRUPOS DE ENTREVISTADOS E JUSTIFICATIVA**

### **1. Órgãos Governamentais/IPLANCE**

#### *a) Secretaria do Turismo do Estado do Ceará*

Por ser esta secretaria a principal representante do planejamento turístico no Ceará, é de sua responsabilidade a escolha das equipes que administrarão os projetos de implantação das áreas turísticas, seja no litoral, no interior (sertão) ou nas serras, pois está à frente de todas as tomadas de decisões junto aos grupos que pretendem investir em equipamentos e infra-estrutura. Nesta secretaria destacamos a Unidade Executora Estadual do PRODETUR-CE, principal programa de desenvolvimento do turismo para o Ceará. É este o setor que viabiliza os investimentos, determinando os critérios e a escolha dos possíveis investidores de equipamentos turísticos, através de projetos públicos e privados.

#### *b) Banco do Nordeste (BN)*

O PRODETURIS-NE só foi possível, *a priori*, pela ação conjunta dos recursos do Banco do Nordeste (BN), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Empresa Brasileira de

Turismo (EMBRATUR)<sup>4</sup> - governos estaduais e federais, porquanto é da responsabilidade dessas instituições os investimentos de recursos financeiros em "âmbito regional e estadual". Entramos, pois, em contato com dois representantes do Banco do Nordeste, que nos encaminharam ao setor de computação para a aquisição de dados via Internet.

*c) Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE)*

É o órgão responsável pelo controle das ações sobre o meio ambiente. No caso dos investimentos, de implantação de equipamentos turísticos e de melhor infraestrutura, cabe à SEMACE, através da elaboração de relatórios de impactos ambientais, diagnosticar aqueles que serão negativos.

*d) Fundação do Desenvolvimento do Turismo e da Cultura do Município de Caucaia*

A praia do Cumbuco está localizada no município de Caucaia. Diante disso verificamos como está se dando a participação dessa secretaria no planejamento do turismo no Cumbuco, quais suas ações mais concretas e como aconteceu a interação Fundação de Turismo/Secretaria do Turismo do Estado.

## **2. Organizações ou Instituições não-Governamentais**

a) As organizações ou Instituições não-Governamentais exercem uma atuação bastante extensiva no litoral, trabalhando com formação e capacitação de lideranças comunitárias, assessorias de desenvolvimento e tecnologia (principalmente na atividade da pesca), em esclarecimentos e debates sobre as políticas públicas para o litoral (PRODETUR-CE, empreendimentos privados, políticos pesqueiros, etc.) e ainda sobre educação e cidadania. Nesse sentido contatamos a Comissão Pastoral do Pescador e o Instituto Terra Mar que tem atuação mais permanente no litoral.

## **3. Proprietários de Agências de Turismo em Fortaleza**

Os proprietários de agências de turismo em Fortaleza, por estarem diretamente ligados com os turistas, podem nos indicar se a praia do Cumbuco está no roteiro de praias visitadas. Contatamos, então, a Ernaitur por ser a agência que mais atua no Cumbuco.

---

<sup>4</sup> A Lei nº 8.181, de 28/3/91, alterou a denominação do órgão para Instituto Brasileiro de Turismo.

#### **4. Empreendedores Imobiliários**

Os empreendedores imobiliários comercializam terras no litoral e por isso podem informar como se dá o processo de compra e venda, quem compra e para que fim as terras serão utilizadas: se para casas de segunda residência, condomínios ou para construção de hotéis. Entrevistamos os possíveis proprietários de imobiliárias que comercializam terras no litoral e especificamente no Cumbuco.

#### **5. Lideranças Comunitárias (Moradores do Cumbuco)**

Consultamos as lideranças comunitárias para saber como a comunidade do Cumbuco vem acompanhando ou percebendo a inserção da atividade turística e como os moradores estão reagindo diante disso.

Nesse caso, identificamos quem são as lideranças da comunidade, como se organizam e como atuam. Entrevistamos o presidente da associação e outros representantes.

#### **6. Colônia de Pescadores do Cumbuco (Z-7)**

Os pescadores podem informar se a pesca ainda é uma ocupação predominante, ou não, e, ainda, nos indicar as possíveis mudanças. Entrevistamos o presidente da Associação dos Pescadores.

#### **7. Proprietários de Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes**

Os proprietários de hotéis, pousadas, bares e restaurantes estão intimamente ligados aos turistas que chegam à comunidade, à procura de serviços oferecidos por eles. Verificamos onde estão localizados, quem são os proprietários, a procedência, etc. Para os hotéis e pousadas observamos o tipo de instalação e a qualidade dos serviços oferecidos.

#### **8. Moradores do Cumbuco**

Buscamos nesse grupo as informações sobre como eles vêem a atividade turística, exatamente por acompanharem no seu dia-a-dia todas as mudanças e por conviverem lado a lado com os turistas. Observamos na comunidade a existência ou não de artesãos,

identificando o tipo de artesanato, se há algum incentivo para esta atividade, se existe produção, como é comercializada. Quais outras formas alternativas de obtenção de renda, se através de pequenos comércios, agricultura, prestação de serviço para turista (lazer), ou subemprego (jardinagem, caseiros, construção civil), ou mesmo se os moradores emprestam suas casas para visitantes (turismo alternativo). Entramos também em contato com moradores antigos.

### **9. Turistas/Visitantes, Excursionistas, Veranistas**

Por serem os principais integrantes/participantes da atividade turística, constituem assim o grupo que justifica o turismo, pois são eles os agentes que condicionam as transformações nas regiões turísticas.

# 1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Neste capítulo procuramos fundamentar nossa discussão sobre os termos mais usuais relacionados à atividade turística, através de conceitos e definições: motivações, terminologias e tipologias. A relação que existe entre o turismo e o desenvolvimento aborda ainda estudos relativos ao espaço turístico. Nesta mesma seção enfocamos também três modelos de complexos turísticos: Cabo Frio, Cancún e Varadero, como forma de apontarmos tendências semelhantes para nossa área de estudo.

## 1.1 Turismo: Conceitos e Definições

### 1.1.1 O turismo como atividade e sua evolução: breves considerações

A atividade turística teve seu incremento no pós-guerra e tornou-se um "fenômeno mundial" assumindo, para muitos autores, importante atividade social. Segundo ANDRADE (1991:10) "...é um fenômeno social, anterior às viagens que os jovens aristocratas ingleses faziam, acompanhados de seus competentes e ilustrados preceptores, às principais cidades européias dos séc. XVIII e XIX".

Já BARRETO (1997:44) recorre a um período muito mais remoto: "a proto-história do turismo pode situar-se na antiga Grécia, entre os Fenícios, na antiga Roma, ou até milhões de anos atrás". A autora acredita que provavelmente "em tempos anteriores e em outras culturas além da greco-romana encontrar-se-iam antecedentes ainda mais remotos, chegando-se a supor que o ser humano sempre viajou, seja definitivamente (migrando) ou temporariamente (retornando)". Em seu estudo destaca as viagens obrigatórias dos séculos II - X d.C., realizadas com o objetivo de conquista, sobretudo pelos povos bárbaros, e que nessa época eram comuns os deslocamentos de grupos para festas de colheitas, cerimônias e rituais sagrados. Sobre peregrinação religiosa, relatam-se viagens que eram realizadas para a Igreja do Santo Sepulcro, nos séculos II e III. Depois, no século IV, registram-se peregrinações de cristãos para Roma. E, no século IX, as peregrinações à tumba de Santiago de Compostela (realizadas até hoje).

Na Idade Média a sociedade já se encontrava bem diversificada em suas atividades, funções e comportamento. Nesse período, só os clérigos e senhores viajavam, por motivos oficiais ou ainda por exigência da religião. Em 1282, tem-se notícia do "Primeiro Grêmio dos Proprietários de Pousadas em Florença", que estruturou um sistema

de hospedagem na Itália. No século XV, era comum o deslocamento de inúmeros visitantes à estância termal alemã em Baden-Baden, "motivados pelos costumes licenciosos entre homens e mulheres que aconteciam nos banhos". Foi também neste século que espanhóis e portugueses iniciaram suas viagens transoceânicas de descoberta, divulgando a existência de um mundo novo que todos queriam conhecer (BARRETO, 1997:46-7).

Nos séculos XVIII e XIX, as "viagens de estudo", também denominadas *grand tour*, representavam *status* social, mas eram na verdade excelentes passeios turísticos. O *grand tour* já significava muito para os ingleses ricos, pois aqueles que haviam realizado viagens pelas cidades da Europa, ou mesmo pelo Rio de Janeiro e Colônia do Cabo, recebiam expressivo reconhecimento social. Ainda nesse período, na Inglaterra, criaram-se normas e critérios para as viagens, uma vez que os "aventureiros" não estavam muito interessados nas pesquisas de conhecimento dos lugares (situação muito comum identificada nos turistas na atualidade), mas apenas na aquisição de mercadorias. Esses critérios tiveram então o intuito de preservar a economia e proteger os viajantes (ANDRADE, 1991:9-10).

Em períodos mais atuais, ou seja, de meados do século XIX até a 1ª Guerra Mundial, o turismo esteve marcado pelas transformações e avanços tecnológicos, sobretudo com o surgimento dos meios de transporte que facilitaram os deslocamentos. Nesse momento observa-se ainda a mudança da atividade agrícola para a atividade industrial, o que proporcionou à classe média melhores salários. Essa foi também a época dos grandes cruzeiros e da saída de considerável contingente populacional da Europa.

Outro fator que motivou o interesse pelo turismo foi a melhora de infra-estrutura das cidades européias, diminuindo o risco de contaminações e doenças. Na Europa, o "nível de alfabetização melhorou e as pessoas passaram a obter mais informações", despertando o desejo de viajar (BARRETO, 1997:52-3).

Em relação ao lazer na praia, por exemplo, ele "foi, até meados do séc. XX, relegado a um plano secundário pelos habitantes das cidades, tratando-se como destaca Corbin do território do vazio. Sua valorização se deu com base na reavaliação dos atributos ambientais, considerados, a partir de então, saudáveis para o homem" (CORBIN, *apud* CORRÊA, 1995:9). Nessa fase surge o turismo praiano como opção recreacional.

Com todos esses adventos, segundo BARRETO (1997:56), e com a necessidade que os trabalhadores sentiam por mais lazer, o turismo passou a ser um "fenômeno mundial de massas". Entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, as classes sociais, até as menos favorecidas, passaram a receber férias remuneradas. Com a implantação do sistema de crediário e as facilidades geradas por esse sistema, houve um aumento na quantidade do fluxo de pessoas que viajavam. Após a 2ª Guerra Mundial, período em que aconteceu parcial paralisação das atividades turísticas, "o turismo entrou na era do avião". Nessa fase, registra-se o primeiro pacote turístico (1957), preferindo-se este transporte por proporcionar maior rapidez nos deslocamentos. A partir da década de 1950, "o turismo passou a ser uma atividade que se expandiria pelo mundo inteiro", o que aumentou o número de agências turísticas, empresas aéreas, cadeias de hotéis e "órgãos de turismo encarregados de dar superestrutura organizacional, legislativa e administrativa para o fenômeno turístico" (BARRETO, 1997:56).

Se na Europa o turismo já vinha sendo realizado com freqüência até bem antes do século XVIII, no Brasil inicia-se, de forma gradual, na segunda década do século XX, coincidindo com o surgimento da Sociedade Brasileira de Turismo, cujo interesse na atividade era apenas como forma de lazer, diferenciando-se dos grupos que faziam turismo na Europa em séculos passados (BARRETO, 1997:56).

Na década de 1950, com a emergência de classes sociais médias urbanas, que passavam a adotar novos hábitos e novos valores, o turismo ganhou mais adeptos, coincidindo com o período em que se dá a construção de rodovias que começam a interligar regiões, facilitando, entre outras coisas, os deslocamentos e os fluxos. Como principal cidade turística no Brasil despontou o Rio de Janeiro, internacionalmente conhecida como "cartão postal brasileiro". A arrancada do turismo aconteceu no governo de Juscelino Kubitschek, fase do denominado *milagre brasileiro*. "O turismo emergia como atividade que promoveria o desenvolvimento, gerando divisas através da substituição de importações" (esta idéia de promoção de desenvolvimento será enfocada no item 1.1.6). Assim, em 18/11/1966, o Decreto-Lei nº 55 criou a EMBRATUR, que define a Política Nacional de Turismo. Cria-se o Conselho Nacional de Turismo, no qual a empresa está inserida, e reconhece-se o interesse do setor para o desenvolvimento econômico do país (BECKER, 1995:11).

A década de 1970 apresenta-se como uma fase em que a questão do turismo está associada ao meio ambiente. O turismo passa a ser apontado como uma atividade que polui e que pode trazer danos irreversíveis de ordem social, ambiental e cultural. Para os

americanos “cuidar dos recursos naturais é preciso, senão eles deixam de dar lucro” (essa questão será abordada no item 1.1.5). Ainda, na década de 1970, iniciam-se as pesquisas sobre turismo no Brasil, assim como os eventos, congressos, criação de cursos em todos os níveis, elaboração de boletins, periódicos, entre outros (BARRETO, 1997:56).

As últimas décadas, denominadas por BARRETO (1997) como era do “pós-turismo”, serão o momento de maiores reflexões, mesmo que ainda atreladas às ideologias e aos interesses econômicos. Entretanto, pesquisadores e estudiosos obedecerão a uma lógica mais realista, imposta pela atividade turística na atualidade. Um posicionamento e uma postura mais crítica passam a prevalecer pois, de acordo com KRIPPENDORF (1984:124),

o rápido crescimento do turismo, como também a mudança geral da estrutura e das mentalidades sociais, deram lugar a uma nova visão, mais diferenciada, acerca do turismo, pois registram-se no âmbito do mal-estar generalizado que suscitam as conseqüências da sociedade industrial. Hoje o mundo inteiro começa a falar dos custos e dos benefícios do turismo para a economia, o ambiente e a sociedade. Antigamente tratava-se apenas das viagens e das questões econômicas.

No que se refere ao Ceará, BENEVIDES (1998:51-5), em seu estudo sobre o PRODETUR-CE, faz uma ressalva apontando para o que seria a proto-história do turismo no Estado. O início do desenvolvimento dessa atividade estaria mais associado aos “desdobramentos de uma incipiente e rarefeita semi-urbanização de alguns dos seus trechos, decorrentes do processo de segunda residência...”. Assim o que vai se verificar, segundo o autor, no que diz respeito a uma estrutura mais voltada para o turismo, são “pequenos e médios hotéis-pousadas sem estrutura condizente com turistas mais exigentes, distribuídos ao longo de toda a orla marítima de forma dispersa e incipiente, bem como fragilmente conectadas às condições de infra-estruturas sociais e ambientais das respectivas localidades”. Essa situação, inclusive, ainda é bastante presente no litoral cearense, sobretudo no litoral Oeste.

Antes de haver maior procura pelas praias da Região Metropolitana de Fortaleza, o turismo “incipiente” que ocorria no Ceará concentrava-se nas praias de Fortaleza. A “turistificação” da capital era possível devido a uma certa expansão de sua infra-estrutura e serviços.

No Ceará a história do turismo divide-se em antes e depois da EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo), cuja criação data de 1971. Para outros estados do Nordeste, no caso, Bahia, este planejamento se deu mais cedo, década de 1950. No Ceará, ao

mostrarmos uma seqüência do desenvolvimento do turismo, este vai se apresentar da seguinte forma: período anterior à EMCETUR (turismo incipiente) e a sua criação na década de 1970, fase em que se deu “muita ênfase a Campanhas Promocionais, à Captação de Eventos e *Workshops*, objetivando vender imagens e paisagens turísticas do Ceará” (BENEVIDES, 1998:52). A consolidação verificou-se com a elaboração do PRODETUR-CE, que será analisado no capítulo 2, item 2.4. Antes, a participação desta atividade no Estado tinha ínfima importância quanto à estrutura sócio-espacial, o que se refletia na ausência de ações por parte do setor público. O turismo surge então pautado por certo “empirismo” e “imediatismo”, à medida que os locais com potenciais eram disputados. Em 1979 foi elaborado o 1º Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará, coincidindo o desenvolvimento dessa atividade com o período da crise do *milagre econômico brasileiro* (CORIOLANO, 1998).

Diante do que enfocamos e levando em conta o expressivo crescimento desta atividade, com uma previsão de mobilidade de 661 milhões de indivíduos no ano 2000 (CAZES, 1996:7), bem como sua magnitude econômica, intensificam-se os esforços para a compreensão de toda a dinâmica e de tudo que esteja envolvido com o turismo. Assim, muitos estudiosos e pesquisadores desenvolveram metodologias, terminologias, teorias, categorias e conceitos, cuja contribuição é imprescindível ao nosso estudo.

Para ALMEIDA (1996:184), o termo “turismo” tem origem em uma complexa mistura semântica entre as línguas francesa e inglesa, servindo para designar “tanto uma ação como uma função”; ANDRADE (1992:29-30), baseando-se em alguns autores, registra “que os termos turismo e turista originam-se das palavras francesas *tourisme* e *touriste* (...)” e que “o Dicionário Contemporâneo de Português faz uma ressalva importante ao afirmar que a língua portuguesa adotou os termos turismo e turista através do inglês e não diretamente da matriz francesa.” A palavra *tour* foi proferida pela primeira vez na Inglaterra, em 1960, segundo o respeitável *Shorter English Dictionary*, editado em Oxford, em 1950. Do ponto de vista etimológico, todas as discussões giram em torno das colocações de Almeida e Andrade.

Em qualquer análise ou estudo que leve em conta a ação turística, é preciso considerar as conceituações funcionais e estruturais. Os conceitos funcionais têm como características codificações científicas, “a análise e sistematização de aspectos econômicos, vulgarizando o termo, limitando-o, fazendo referência apenas aos aspectos

relacionados às viagens. Por outro lado, as conceituações estruturais abordam o turismo como um fenômeno que atrai fundamentos, elementos técnicos de outros campos especializados e ciências”.

Esse conceito privilegia a pessoa humana, buscando “... princípios, conclusões, métodos... da sociologia, da história, da geografia, da economia e da política, com o auxílio indispensável e permanente da psicologia, da comunicação humana social e da administração” (ANDRADE, 1991:38).

Os estudos do turismo alcançaram grande representatividade já no começo do século, tendo como principais representantes os estudiosos pertencentes às chamadas Escolas Berlinense e Polonesa. BARRETO (1997) e ANDRADE (1991) registraram em seus trabalhos alguns conceitos de turismo formulados nessas escolas.

É de 1910, aproximadamente, uma das primeiras definições propostas pelo austríaco Hermann Von Schulhern Schattenhofen, economista (apud BARRETO, 1997), que afirma o seguinte: “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.”

Outras definições foram formuladas, e as que já existiam passaram por reformulações. Dentre essas podemos destacar:

“A função do turismo é a importação de divisa pelos países. Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis”. Edmund Picard (apud ANDRADE, 1991:23);

“Turismo é o movimento de pessoas que abandonaram, temporariamente, o lugar de residência permanente, levadas por algum motivo relacionado com o espírito, o corpo ou profissão”. Arthur Bormann, 1930 (apud ANDRADE, 1991).

Essas definições são da Escola Berlinense. Como corrente contrária a esse grupo surge a Escola Polonesa que criticava as definições, observando que elas traziam ideologias da política “hitlerista” para “superar as crises nacionais e incentivar a captação de dólares e libras esterlinas” (ANDRADE, 1991:35).

Como principal representante da Escola Polonesa temos Lesczyck, 1937, para quem o turismo “é aquele no qual participam pessoas que durante certo tempo residem em determinado local como estrangeiros e forasteiros sem caráter lucrativo, profissional ou militar” (apud BARRETO, 1997:11) .

No decorrer de todo o século XX, surgiram outras definições, dentre as quais:

"Turismo é o conjunto de viagens temporárias de pessoas motivadas por necessidades de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais". Michele Troisi, 1942 (apud BARRETO, 1997:11);

"Turismo é um conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas de fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamento e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa". Walter Hanziker e Kurt Krapf, 1942 (apud BARRETO, 1997:11);

"Turismo é, de um lado, o conjunto de turistas e, do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transporte, espetáculos, guias-Intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes (...) Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras". Luiz Fernandez Fuster, 1973 (apud BARRETO, 1997:11).

Todas essas definições nos remetem a uma reflexão sobre a temática do turismo que, como fenômeno, já despertava interesse não só por quem o praticava, mas, também, pelos que viam sua dinâmica como objeto de estudo. Entretanto, sem querer ter a pretensão de criticar qualquer uma dessas definições, nos enganamos ao acreditar que elas não são passíveis de falhas, pois, embora contribuam para os debates sobre o tema, muitas não proporcionam uma visão ampla da verdadeira "problemática" colocada na atualidade pela atividade turística.

As definições apresentam-se, às vezes, com caráter economicista, como é o caso dessa: "Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia", ou então reduzindo o "turista a uma pessoa passiva que não causará impacto ao chegar ao lugar de destino". Reduzem o espaço a um "espaço que está sempre à espera de visitantes". Existem outras que privilegiam o fator viagem, o tempo, as necessidades que fazem as pessoas viajarem, o deslocamento e a permanência, ou, ainda, que associam o turismo a um conjunto de fatores organizacionais, privados e públicos. Em suma, devemos ser cautelosos e identificarmos nessas definições, além de sua importância, a ambigüidade com que se apresentam, a que ideologias estão subordinadas.

Devemos observar também os grupos de estudiosos que ao longo do século formularam suas definições, quais as suas formações, a quem interessava o conhecimento da dinâmica da atividade turística, que desde o início já envolvia elevadas cifras e movimentava grandes capitais.

Dando continuidade ao nosso estudo, identificaremos as motivações, terminologias, e tipologias. Quanto às terminologias e tipologias, alguns autores advertem que apesar de serem expressões utilizadas amplamente por estudiosos, pesquisadores, planejadores, investidores, etc., os termos apresentam-se com inexatidão, dificultando a tradução e o conhecimento da verdadeira realidade que envolve o turismo, necessitando assim de algumas formulações e reflexões mais aprofundadas.

### 1.1.2 Motivações turísticas

Outro ponto levantado pelos estudiosos diz respeito aos motivos que levam à prática do turismo. Nesse caso estão incluídos diversos fatores de interesse específico, sobretudo porque o turista é um indivíduo à procura da satisfação de seus desejos mais íntimos, quase sempre impedidos de serem realizados no dia-a-dia. Através da prática do turismo, o cotidiano pode ser "quebrado" e substituído por "novas aventuras", mesmo que seja por curto tempo. Conhecer as motivações turísticas é fundamental, porque, segundo BENEVIDES (1998), trata-se de uma variável bastante significativa na determinação dos produtos turísticos. Para ele o pré-conhecimento vai favorecer uma "melhor adequação dos produtos turísticos locais aos desejos, às expectativas e às fantasias dos seus consumidores" (1998:155). A exemplo disso, poderíamos citar o caso do turismo sexual.

Prompton, apud PEARCE (1987:22), identificou, após analisar os turistas, as seguintes motivações: 1. percepção de novos ambientes; 2. exploração e avaliação de ego; 3. relaxamento; 4. prestígio; 5. descontração e fuga dos cotidianos; 6. facilitação de interação social. Na visão do autor estas possibilitam àqueles que vendem os pacotes turísticos negociar as diversas viagens e preparar os espaços para os mais distintos turistas, que possuem também suas características distintas.

### 1.1.3 Caracterização do turista

Tão importante quanto a discussão feita anteriormente é a identificação dos turistas, “centro das atenções” de quase todos os investimentos e sem os quais não conceberíamos a atividade turística. Quais as definições mais usuais, como deve ser entendido o indivíduo que foge do cotidiano em busca de lugares e culturas diferentes e, principalmente, que desejos passam pelo pensamento de um ser humano que paga cifras astronômicas em busca do lúdico do inesperado?

Para MURPHY (1985:5) uma das definições mais utilizadas e reconhecidas é a adotada pela International Union Official Travel Organization (IUOTO), formulada em 1963 pela United Nations Conference in Travel and Tourism: “Qualquer pessoa que visita um país diferente do qual ela tem o lugar habitual de residência, por qualquer razão diferente seguindo uma remuneração de ocupação dentro do país que visitou”.

Em 1937 a Liga das Nações resolveu caracterizar e denominar quem seriam os turistas: pessoas que viajam a lazer, motivadas pela saúde, que se dirigem a reuniões, congressos, simpósios, os que viajam em caráter de prestação de serviço, a negócios, entre outros. Mas essa classificação não durou muito e foi reformulada. O Conselho da Liga das Nações desconsiderou e afirmou que:

Os que viajam para ocupar um cargo em outra cidade, aquele que fixa residência no país receptor, estudantes que habitam por um certo tempo em outros países, etc. não são considerados turistas. Nesse caso podemos citar aqui a existência dos excursionistas, que são os visitantes de um dia, caracterizando-se por não pernoitar nos lugares turísticos, e os veranistas, que possuem suas próprias residências, não equipamento turístico (in: ANDRADE, 1991:41-6).

Outra definição de turista bastante considerada é a da Organização das Nações Unidas (ONU, 1954):

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de um Estado contratante diverso daquele em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses no transcorrer de um período de doze meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de migração (in: ANDRADE, 1991:42).

De forma mais organizada, MURPHY (1985:6) cita três modelos de estudos desenvolvidos respectivamente por PLOG (1972), COHEN (1972 e 1979) e SMITH (1977), apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Modelo Normativo Cognitivo de Plog

<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Allocêntricos - turistas aventureiros que passam a viver ativamente com as comunidades turísticas;</li> <li>b) Mesocêntricos - viajam sozinhos e gostam de ter boas referências dos locais, a relação que se dá no local é apenas de visita;</li> <li>c) Psicocêntricos - só viajam para lugares que tenham semelhanças com os de sua origem, só viajam em grupos e utilizam pacotes turísticos.</li> </ul>
<b>Os peregrinos modernos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Existenciais - procuram paz espiritual;</li> <li>b) Experimentais - procuram estilos de vida alternativa;</li> <li>c) Experienciais - procuram em outras culturas características bem diferentes da sua.</li> </ul>
<b>Buscadores de prazer:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Diversionários - querem escapar da rotina para suportar a alienação;</li> <li>b) Recreacionais - procuram repor as forças psíquicas e mentais.</li> </ul>

Quadro 2 - Modelo Interacional de Cohen

<b>Não Institucionalizados:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nômades - procuram lugares exóticos;</li> <li>b) Exploradores - desejam entrar em contato com lugares conhecidos, mas que sejam pouco freqüentados.</li> </ul>
<b>Institucionalizados:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Turistas de massas individuais - viajam através de agências para locais conhecidos;</li> <li>b) Turistas de massas organizadas - viajam sempre em grupos de famílias, reproduzindo o mesmo ambiente de origem.</li> </ul>

Quadro 3 - Modelo Interacional de Smith

<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Exploradores - tentam conviver com culturas diferentes;</li> <li>b) De elite - visitam lugares que não sejam muito procurados por turistas;</li> <li>c) <i>Offbeat</i> - não gostam de multidões;</li> <li>d) Inusual - gostam de viagens arriscadas em áreas isoladas;</li> <li>e) Turistas de massa incipiente - desejam encontrar lazeres autênticos em parques recreacionais;</li> <li>f) Turistas de massa - fazem roteiros comumente programados pelas agências turísticas;</li> <li>g) <i>Charter</i> - procuram por relaxamento e tranqüilidade em locais diferentes dos de origem.</li> </ul>
--

Estas definições ou classificações muito contribuem para o estudo do turismo. Entretanto, as tipologias utilizadas freqüentemente deixam de apontar características mais consistentes do turista. Ao priorizar elementos como tempo, deslocamento,

consumo, serviços utilizados ou modelos interacionais, normativos, limitam-se à compreensão do indivíduo turista e suas ações sobre o espaço, conferindo a ele uma posição apenas de pessoa que viaja "gozando" de certa forma de "*status* especial", ignorando verdadeiras conseqüências trazidas pelos visitantes. Nesse caso devemos estar atentos para duas situações: o que o turista traz de positivo e o que ele traz de negativo.

As denominações aplicadas para identificação dos turistas não assumem caráter "conclusivo" nem "exclusivo". Estudiosos alertam, entretanto, para o cuidado que se deve ter quanto à nacionalidade, pois, dependendo da origem, os turistas podem apresentar-se com comportamentos e desejos bem diferenciados. Segundo KRIPPENDORF (1984:83) os turistas assumem várias personalidades bem específicas, tais como:

- O turista ridículo: apresenta-se com roupas coloridas, máquina fotográfica, sendo essa aparência reconhecível universalmente.
- O turista ingênuo: não consegue se adaptar aos lugares, deixa-se enganar facilmente, etc.
- O turista organizado: só se sente bem se estiver em grupos de seu ambiente.
- O turista detestável: tem atitudes desenfreadas e procura fazer coisas que não faria se estivesse em seu cotidiano.
- O turista inculto: não tem interesse pelo lugar que está visitando. Age como se estivesse vivendo em casa, no seu dia-a-dia.
- O turista rico: é esnobe, gosta de mostrar o quanto pode comprar.
- O turista explorador: esse se aproveita das pessoas, levando vantagem para não gastar grandes quantias.
- O turista poluidor: polui o ambiente de todas as formas, desde o cano de descarga desregulado de seu carro, contaminando o ar, ou pelo descaso com que trata o lixo. Agindo dessa forma, são os que mais desfiguram as paisagens.

Na seqüência da nossa abordagem, exporemos as terminologias utilizadas, referentes às estruturas e infra-estruturas (equipamentos) que comumente demandam o turismo, ou seja, todos os bens e serviços que uma região necessita para o desenvolvimento desta atividade.

#### 1.1.4 Terminologias turísticas

No meio técnico, os que lidam com a atividade turística desenvolveram os seguintes termos: a) Área turística: é aquela que reúne os atrativos turísticos. Uma área para ser reconhecida como turística precisa ter mais de dez atrativos. Pode ser compreendida também como cada uma das partes em que pode ser dividida uma zona. Assim, ela divide-se em: os atrativos turísticos, que seriam os recursos; o centro de apoio, que atua como base para o fluxo das viagens, sendo também o núcleo receptivo; o centro turístico, aglomerado urbano, que motiva as viagens por seu atrativo turístico, encontrando-se nele o alojamento, as informações turísticas locais, restaurantes, etc. b) Complexo turístico: se diferencia por ser maior que um centro e menor que uma zona ou área. Por ser melhor equipado, os visitantes têm instalações mais confortáveis e por isso demoram mais tempo; um complexo comporta um ou mais centros. c) Conjunto turístico: compreende toda a interrelação que existe entre os centros, oferecendo os mesmos serviços padronizados. d) Corredor turístico: são as vias que conectam as zonas, áreas, complexos, centros, conjuntos, atrativos, portões de entrada e os núcleos emissores (in: BARRETO, 1997:37-41).

Devemos, ainda, incluir em nosso estudo os termos "ofertas turísticas", que são os atrativos, equipamentos e serviços; "pólos turísticos", reconhecidos como os que emitem turistas; "recurso turístico", sinônimo de matéria-prima, condição primordial da atividade turística, que pode ser natural ou cultural. Os serviços turísticos seriam incluídos nessa análise como parte integrante dos equipamentos turísticos (serviço de hospedagem, agenciamento, transporte, alimentação, guias, entre outros). Entretanto, mais uma vez queremos ressaltar que a forma como essas terminologias foram convencionadas implica uma "melhor" sistematização do "espaço turístico". A divisão e a categorização dessas áreas adotadas pelos planejadores ou estudiosos do turismo nos remetem a uma reflexão sobre o uso dessas terminologias. Indagamo-nos: Como elas são aplicadas na prática? A resposta é simples; o resultado de convenções dessas terminologias acaba por trazer como consequência a apropriação, bem como a utilização de "lugares", que se (des)caracterizam, assumindo uma qualidade de valor de uso, tendo em vista que o espaço nesse sentido passa a ser produzido e transformado em mercadoria para ser consumida.

### 1.1.5 Tipologias turísticas<sup>5</sup>

Para finalizar, e complementando nosso estudo sobre tipologias turísticas, cujo reconhecimento é também de bastante importância, apresentamos estas tipologias, organizadas da seguinte forma:

Quadro 4 - Tipologias Turísticas

<b>Quanto a sua natureza:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo emissivo - aquele que envia para fora do local grupos de turistas. Apresenta-se economicamente passivo, trazendo dividendos para o núcleo emissor;</li> <li>- Turismo receptivo - aquele que recebe os turistas vindos de fora, é ativo e movimenta a economia local. Para alguns autores o turismo emissivo é também ativo, pois movimenta o local de origem do turista.</li> </ul>
<b>Quanto à nacionalidade:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O turismo pode ser nacional ou internacional. Quando realizado dentro das próprias fronteiras é turismo nacional interno; quando o turista sai do país, é turismo nacional externo;</li> <li>- Turismo internacional - quando um contingente de pessoas entra em determinado país, podendo ser classificado também como turismo de exportação, turismo nacional externo, turismo de importação.</li> </ul>
<b>De acordo com o volume:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O turismo pode ser de minorias e de massa. Essas modalidades referem-se não ao número de pessoas que viajam em determinada ocasião, mas ao número de pessoas que habitualmente demandam certo tipo de serviço, como por exemplo, cinco pessoas indo à Disney (turismo de massa), trinta pessoas indo a um templo tibetano (turismo de minorias).</li> </ul>
<b>De acordo com as viagens:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coletivo - quando um grupo viaja utilizando o mesmo pacote turístico;</li> <li>- Particular - quando um grupo viaja por conta própria, não utilizando pacotes turísticos.</li> </ul> <p>Quanto ao meio de transporte: rodoviário, ferroviário, aquático, ou ainda combinando vários transportes.</p>
<b>Quanto à permanência:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo estável - o turista fixa-se no lugar visitado;</li> <li>- Turismo itinerante - o turista passa mais tempo viajando.</li> </ul> <p>De acordo com os lugares, o turismo pode acontecer no litoral, no meio rural, na montanha, ou na cidade.</p> <p>Os financiamentos para o turismo podem ser de três tipos: autofinanciado, social ou gratuito.</p>

<sup>5</sup> A identificação das tipologias foi elaborada a partir das obras de BARRETO (1997:17-24), ANDRADE (1991:41-44) e RODRIGUES (1997:30).

**Quanto às classes sociais de seus participantes:**

- Classe privilegiada ou classe alta - viajam principalmente para outros países, de avião, por períodos mais longos e é praticado por minorias;
- Classe média - as viagens ocorrem tanto para o exterior quanto para dentro do próprio país, sendo o turismo de massa freqüente nesse grupo. Os indivíduos dessa classe aproveitam para fazer turismo quando viajam com outros fins (eventos, congressos, etc.). Para o deslocamento, utilizam, além do avião, transportes rodoviários, sendo muito comum na Europa o uso do trem;
- Classe baixa - o grupo que representa esta classe costuma fazer turismo de massa. São também os que mais praticam o turismo religioso, excursão de fim-de-semana, utilizando o ônibus como principal meio de transporte. Outra peculiaridade é que se hospedam geralmente em casa de parentes e amigos.

**Quanto à autonomia:**

- Turismo livre - neste o turista decide tanto sobre o tempo como sobre o destino;
- Turismo dirigido - neste o turista deve seguir normas e critérios, como por exemplo em colônia de férias.

**Quanto à duração:**

- O turismo pode ter caráter de excursão (viagens que duram menos de 24 horas) de fim-de-semana, de férias e de tempo indeterminado.

**De acordo com a freqüência:**

- Regular - anual, mensal, esporádico.

Fonte: BARRETO (1997:17-24), ANDRADE (1991:41-44) e RODRIGUES (1997:30).

O turismo pode ainda assumir diversas características, tais como: turismo restrito, praticado por um público de alto poder aquisitivo; turismo de eventos e turismo profissional, realizados por aqueles que participam de feiras, congressos, simpósios, exposições, etc.<sup>6</sup>

Duas outras tipologias devem entrar em nossa análise: o Turismo Cultural e o Turismo Ecológico.

Segundo a literatura, o Turismo Cultural estaria ligado especialmente às artes, associado a grupos folclóricos ou a demonstração de espetáculos típicos de alguns lugares. Entretanto, deve ser entendido "como aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural, e que tem como objetivo conhecer melhor os bens e materiais produzidos pelos homens" (BARRETO, 1997). Nessa perspectiva envolve não só

<sup>6</sup> Alguns estudos criticam essas duas últimas modalidades, porque muitos profissionais viajam com outros objetivos e não com a intenção de fazer turismo. No entanto, acabam utilizando-se de vários bens e serviços oferecidos para turistas. Seria também o caso do turismo de negócios, relacionado ao trabalho e com fins lucrativos, que se diferencia dos objetivos do verdadeiro turista. Mas a pessoa comporta-se como tal.

o desejo do turista de entrar em contato com novas realidades mas, principalmente, de trocar idéias e assimilar novas culturas (ANDRADE, 1991:71).

O Turismo Ecológico, bem mais polêmico, apresenta-se atualmente como forte alternativa para se evitar os diversos tipos de degradação causada pela atividade turística. A discussão em torno desse tipo de turismo está bastante associada à questão central do nosso trabalho, tanto que ao finalizarmos nossa discussão traremos novamente o assunto para debate, incluindo também um de nossos suportes teóricos, a questão do desenvolvimento sócio-espacial associado a nossa área.

Após fazermos, porém, o reconhecimento das bases do planejamento estratégico proposto pelos órgãos governamentais, ficou claro que essa modalidade, o Turismo Ecológico, vem se legitimando não só no plano nacional mas também no estadual e municipal, como alternativa para solução de problemas causados pelo turismo. Para o Ceará as bases são as mesmas.

A EMBRATUR, principal órgão responsável pela política nacional de turismo no Brasil, através do documento *Política nacional de turismo: diretrizes e programas (1996-1999)*, norteia o planejamento dos diversos itens que viabilizam a atividade turística. Um deles seria através do desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos e metas a serem alcançados segundo este documento, consta o seguinte: "o turismo alicerçado nas potencialidades naturais do maior país tropical do mundo pode cooperar de maneira substantiva como instrumento de desenvolvimento sustentável..." trazendo consideráveis resultados positivos, dentre eles: "a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros, que vivem em regiões com potencial turístico; a redução das desigualdades regionais; a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico". Dentre os principais programas (segue no documento) "o desenvolvimento sustentável estaria como base para o incentivo na exploração racional dos recursos naturais, como o ecoturismo" (1996:9). Em outras palavras, para a EMBRATUR o ecoturismo surge como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para a utilização dos recursos, "oferecendo ainda aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar o seu sustento e uma vida melhor ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras o acesso aos legados da natureza" (p. 38).

BENEVIDES (1998:47) também expõe suas idéias em relação a essa nova modalidade. Ao tecer considerações teórico-metodológicas entre planejamento governamental e turismo na região Nordeste do Brasil, assinala que basicamente são

"cinco vetores que engendram, internamente, os limites e as possibilidades do desenvolvimento do turismo", principalmente nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Para ele um destes vetores seria "a ideologia do desenvolvimento sustentável e as saídas *softs* do turismo ecológico", o que constitui a própria contradição nos termos, mas serve de modismo e simulacro com forte apelo mercadológico, ainda que este planejamento estratégico esteja contextualizado "nos debates sobre desenvolvimento sustentável, entendido como ideologia por excelência do capitalismo tardio..." (1998:49).

Ao apontar, porém, a contradição dos termos, Benevides apóia-se no pensamento de Tuan (apud BENEVIDES, 1996), para quem esta contradição está perfeitamente clara "nas formas de representação de uso dos lugares, totalmente incompatíveis e diferentes entre os turistas e os residentes de comunidades tradicionais". A respeito desta situação é comum encontrarmos relações conflituosas e de comportamento, quando levamos em consideração os valores de determinados grupos.

No Estado do Ceará, segundo CORIOLANO (1998:73-4), o desenvolvimento sustentável vai se caracterizar mais fortemente no II governo Tasso Jereissati, cujo *slogan* foi "Avançando nas Mudanças". Para a autora, este tipo de desenvolvimento, que traz como definição mais adotada: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades", tem ainda duas noções chaves: 1. as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2. a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações futuras. O posicionamento crítico da autora é este:

o desenvolvimento sustentável é ambíguo, que serve para tudo e para todos, independente dos lugares... É um conceito despolitizado. Não é um conceito estrutural, mas apenas normativo. Por isso muito útil aos governos. Deve ser posto no âmbito histórico da nova ordem em construção, que passa a ser produzida como esgotamento dos modelos vigentes desde o pós-guerra - 1939/1946 (CORIOLANO, 1998: 73).

Assim, o que vai constar no Plano de Desenvolvimento Sustentável, especificamente para o Estado do Ceará, adotando o desenvolvimento turístico, é a "intensificação de esforços entre os agentes públicos e privados, no sentido de dotar o Estado de uma estrutura turística integrada e moderna, segundo uma nova concepção da atividade turística para o Ceará" (CORIOLANO, 1998:75).

Estas concepções, conforme a autora, atribuem ao turismo as seguintes funções:

de atividade econômica estruturadora, situando, em termos de potencialidades, no mesmo nível de prioridade governamental conferido à indústria convencional;

de atividade de forte impacto sobre a base física do Estado, guardando íntima relação com as políticas de ordenamento urbano de recursos hídricos, de transportes e, principalmente, de meio ambiente;

de atividades de grande efeito multiplicador na economia estadual, justificando plenamente alocação de recursos públicos para o investimento em uma postura de governo pioneira e indutora;

de atividade determinante do aumento do bem-estar social, já que é programada para proporcionar lazer e recreação para os diversos seguimentos da sociedade e resgatar o valor dos bens culturais específicos da população local e das várias regiões do Estado.

Nessa perspectiva, e tendo em vista a fragilidade do ambiente que servirá de base para a atividade turística, entra em cena a proposta de um novo turismo, mais equilibrado e menos ofensivo: o ecoturismo. Esta modalidade traz em seu discurso "a utilização sustentada dos recursos naturais - base fundamental da atividade turística", que segue as mesmas ideologias do desenvolvimento sustentável.

Segundo a literatura, é na década de 1980 que vai estar vigente o termo turismo ecológico ou ecoturismo, inspirado no relatório *Brutland ou o nosso futuro comum*, em uma fase em que os encontros especiais e eventos aconteciam, visando principalmente à tentativa de solucionar as sérias ameaças sofridas pelo meio ambiente.

Em relação a esta modalidade, muitos são os posicionamentos, as críticas, pois, de acordo com estudiosos e pesquisadores, o que existe é um discurso pautado na dicotomia entre a falsa aliança do desenvolvimento sustentável e da conservação, de modo que ocultam, ainda, além do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico. O ecoturismo/turismo ecológico tem sido promovido como uma alternativa ideologicamente viável do turismo de massa (sendo esse o que mais agride o meio ambiente) e uma forma de desenvolvimento sustentável com garantido retorno econômico e sem maiores riscos e danos para as comunidades e para o meio ambiente natural (PLEUMARAN, 1994:3).

Ao se posicionar em relação ao ecoturismo, RODRIGUES (1996:29) ressalta que diante dos "...benefícios econômicos, sociais, ambientais, vê-se claramente que a proposta sobre o rótulo do ecoturismo não foge das práticas do turismo tradicional predatório". A autora acrescenta ainda que esse processo é "mais uma investida do capitalismo hegemônico que deixará extensas áreas de reserva de valor, que agora são chamadas para desempenhar o seu papel, contando com volumosos recursos públicos e privados e apoiados por agressivas campanhas de *marketing* e publicidade" (1996:30).

Mas quem está por trás, ou quem são os promotores do turismo ecológico? Além de envolver muitos governos (nacionais, internacionais), instituições acadêmicas, agências de desenvolvimento, o crescente número de projetos de turismo sustentável e de conservação é proveniente de instituições financeiras como o BIRD - Banco Mundial - o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pautados sobretudo por um discurso que garante o desenvolvimento das áreas ditas com potencialidades turísticas com o mínimo de impacto sobre o ambiente.

Com todos os fatores que envolvem a proposta do turismo ecológico calcada na ideologia do desenvolvimento sustentável, como poderíamos entender o turismo e suas implicações sob o ângulo do desenvolvimento local?

Tratando-se especificamente do turismo no Ceará, e tendo em vista o discurso usual dos grupos hegemônicos que estão à frente dos investimentos, instituições envolvidas direta ou indiretamente no investimento da atividade turística, percebe-se claramente que estas fundamentam suas políticas e estabelecem uma ordem econômica que "força" o poder público à execução e à inserção de planos e metas, em que o principal beneficiado será o "desenvolvimento" da região.

#### 1.1.6 O turismo e suas implicações sob o ângulo do desenvolvimento local

Quando no governo Tasso Jereissati apostou-se na valorização do "trinômio sol/praias/entorno paisagístico" (ALMEIDA, 1996), acreditou-se também que este, colocado como tripé da atividade turística, "poderia ser uma saída para os entraves econômicos, sociais e culturais...". O desenvolvimento, como meta, seria o principal objetivo desses novos projetos.

Não resta dúvida de que os órgãos governamentais têm realmente como objetivo o desenvolvimento do Estado via atividade turística.<sup>7</sup> No entanto, é válido questionarmos a quem realmente vai beneficiar, ou em que direção irá este suposto desenvolvimento. Tratando-se do litoral, ou mesmo da nossa área de estudo, insistimos no questionamento: Está sendo possível o desenvolvimento na zona costeira em face do incremento da atividade turística?

Para entender essa questão, tomamos como referência os estudos elaborados por SOUZA (1996, 1997a, 1997b) sobre o desenvolvimento social - considerando-se a dimensão espacial. Em seu artigo, A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial (1996), o autor ressalta que "toda a história de 'superações' de velhos conceitos (e simultaneamente de 'teorias' e estratégias) de desenvolvimento por outros mais novos foi, essencialmente, uma história de substituições de certas visões fechadas por outras igualmente fechadas, e todas com inequívoco comprometimento etnocêntrico em relação ao Ocidente" (SOUZA, 1996:9). Ao fazer um resgate de quarenta anos de estratégias de desenvolvimento, que para ele foram na verdade estratégias de *crescimento*, constatou que de fato o que "houve, ao longo de todo este século, foi uma enorme carência de alternativas analíticas verdadeiramente radicais ao desenvolvimento visto como *modernização* (laicização, racionalização etc., além de, derivativamente, industrialização e urbanização - em uma palavra ocidentalização)" (1996:13).

Diante das considerações do autor, o que devemos ter claro é que desenvolvimento não deve se reduzir a desenvolvimento econômico, pois assim estaria se resumindo a uma "conjugação de crescimento (expresso através do incremento do PIB, do PNB ou da renda nacional *per capita*) com modernização tecnológica" (SOUZA, 1997:15). Nesse sentido, foi muito comum associar o desenvolvimento ao desenvolvimento econômico, mas para o autor, "o desenvolvimento estritamente econômico só pode ser, na *melhor das hipóteses*, um meio, e jamais um fim, não sendo razoável, por conseguinte, *economicizar* o conceito de desenvolvimento em geral" (1997a:15).

---

<sup>7</sup> No capítulo 2, item 2.6, onde enfocamos outras alternativas de investimentos nos setores primários e secundários por parte do governo do Estado, observamos que existem várias propostas de desenvolvimento; no entanto, o turismo seria o grande filão que trará retorno imediato. Porém, esse posicionamento governamental, na visão de estudiosos, faz acreditar estar havendo exagero por parte dos órgãos oficiais ao colocar o turismo como grande saída, uma vez que nem todos os espaços e populações podem ser absorvidos por esse tipo de atividade. E mais, de acordo com os órgãos governamentais, os outros setores estão também destinados a passarem por transformações, pois estas afirmações estão incluídas nos projetos. Veja-se, por exemplo, o projeto para o Cumbuco.

Uma das razões de se acreditar que o turismo é a solução para os problemas sociais e econômicos é exatamente o incremento do PIB e PNB. "O setor viagens e turismo tem um faturamento mundial que corresponde a 10% do produto interno bruto mundial... No Brasil estima-se que em 1994 a indústria do turismo e lazer movimentou na economia, de forma direta e indireta, 45 bilhões de dólares e arrecadou cerca de 7,8 bilhões de dólares em impostos diretos e indiretos e pessoais" (EMBRATUR, 1996-1999:78).

Diante do exposto por Souza e no que se refere aos dados da EMBRATUR, caberia então insistirmos na questão do desenvolvimento, só que a partir de um enfoque mais abrangente, não economicista. A pergunta proposta diz respeito exatamente à distribuição de renda proveniente da atividade turística, sobretudo quando o discurso governamental afirma que o planejamento da atividade turística, atualmente mais organizado, resultaria numa melhor qualidade de vida, na geração de emprego e renda, na preservação ambiental, entre outras coisas. Além disso, os impactos positivos e negativos, relativamente à cultura e às relações de poder, necessitam, igualmente, ser considerados.

Ao retomarmos o pensamento de Souza, percebemos que o autor adverte para o seguinte: "É óbvio que ninguém, em sã consciência, proporia que o objetivo do desenvolvimento se limita ao crescimento e à modernização tecnológica". No entanto, precisamente porque a *ideologia do desenvolvimento* hegemônico recobre interesses vinculados ao *fim* (no sentido de meta), que é a perpetuação do modelo social capitalista e, neste contexto, dos benefícios de determinados grupos ou classes, "ela privilegia um conceito que coloca em primeiro plano os *meios* pelos quais se pode *aprimorar* esse modelo. No interior desse conceito fortemente ideologizado, a discussão ética e política sobre os fins é sacrificada (ou mesmo desaparece), silenciosamente, em favor de uma discussão instrumental sobre os meios" (1997a:15).

Se a proposta governamental é trazer mudanças para as comunidades via melhoria das estruturas já existentes, pergunta-se: Não teriam direito os cidadãos a todo e qualquer tipo de benefício, independente de habitarem em área turística? O que fica claro hoje é a deterioração de todas as comunidades praianas do Ceará, e até de outras comunidades litorâneas do Nordeste e do Brasil.

Diante das contradições e da distância em se alcançar os fins propostos pela ideologia do desenvolvimento, qual seria, na visão do autor, o caminho mais adequado para se atingir esses fins? A idéia apontada por Souza como forma de um caminho mais

apropriado para o desenvolvimento vem apoiada na idéia de autonomia sugerida nos estudos de Cornélius Castoriadis, ou seja, a autonomia para esse filósofo seria "a auto-instituição consciente da sociedade, alicerçada na garantia política e na possibilidade material efetiva de igualdade de chances de participação nas tomadas da decisão (o que inclui o acesso a informação) ..." (in: SOUZA, 1997a:20).

No caso das comunidades com potencial turístico, a autonomia estaria também indicada por Souza como base para um desenvolvimento sócio-espacial autêntico. Nessa perspectiva, podem ser adequadamente levados em conta os interesses e as necessidades das comunidades envolvidas. Para o autor, deveria existir razoável autonomia, sobre cujo fundamento a população pudesse "gerir os seus destinos (ou seja, eleger ela própria, e conscientemente, as suas prioridades e os meios para concretizá-las), até mesmo para disciplinar o turismo... Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos sócio-espaciais... dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento sócio-espacial duradouro" (SOUZA, 1997b:20).

O debate sobre autonomia, bem como quem decide o destino da população, é bastante oportuno, tendo em vista a forma como comunidades litorâneas são apropriadas pelos promotores do turismo (o que envolve aqui diferenciados grupos, sejam eles públicos ou privados). No caso das comunidades litorâneas do Ceará, o que elas enfrentam em seu "dia-a-dia" são imposições e mudanças vindas de órgãos governamentais, ou até mesmo de empresas particulares estabelecidas em Fortaleza. Para os municípios muitas vezes é impossível interferir nesses projetos, pois estes já vêm prontos "de cima".

Jefferson de Souza, engenheiro de pesca, um dos coordenadores do Instituto Terra Mar,<sup>8</sup> ao ser entrevistado, comentou "que nenhum projeto e planejamento para melhorar a atividade turística no Estado, sobretudo para as áreas litorâneas, jamais contou com a participação das comunidades de pescadores. Os representantes ou líderes comunitários não eram informados das tomadas de decisões a respeito do futuro destas comunidades." Todos os parâmetros definidos entre os grupos governamentais e empresariais aconteceram dentro dos gabinetes, em Fortaleza. Em relação ao Cumbuco, a informação prestada pelo engenheiro de pesca foi confirmada quando fazíamos nossa pesquisa de campo e interrogamos os moradores sobre o PRODETUR-CE. Os entrevistados foram unânimes em dizer que não sabiam do que se tratava.

---

<sup>8</sup> Instituto Terra Mar, organização não-governamental que atua nas comunidades pesqueiras, na capacitação de liderança, cursos e orientação na área de pesca, incentivando o uso de novas tecnologias.

A "adoção indiscriminada" por parte dos grupos hegemônicos colide freqüentemente com os anseios da população local. Especificamente no caso do litoral cearense, o que se vê são conflitos permanentes.

A orientação vinda "de cima", como tem sido visto, desconsidera as limitações das comunidades, que até hoje esperam por melhorias, mas a falta de perspectiva diante de um quadro de exclusão é notória na vida daqueles que já perderam seu valor e vivem sem dignidade. As estratégias para o desenvolvimento local, quando se acredita no turismo para superar problemas da própria comunidade, não conseguem atingir minimamente os fins propostos (ver objetivos lançados pelo PRODETUR-CE, capítulo 2, item 2.4), tanto que o habitante local (ser humano) não é mais aproveitado nem como espetáculo. Entendemos que essa situação também não é positiva, pois ele não consegue exercer o direito de cidadão, de usufruir do lugar com o qual se identifica e tirar daí seu sustento. O ser humano é desrespeitado constantemente.

No Cumbuco, por exemplo, a vida subumana imposta à população é evidente, pois em espaços mínimos (dois cômodos), moram mais de três famílias, ou até 15 pessoas. Em que se resume o Cumbuco? Em um espaço que tenta ser turístico, caracterizado por elevado grau de heteronomia (falta de autonomia, vale dizer, onde o grupo social envolvido tem seu destino determinado, exogenamente, ou também de cima para baixo, no âmbito das relações não transparentes e autoritárias), cercado de desigualdades e contradições por todos os lados. No capítulo 3, ao abordarmos e discutirmos a produção do espaço e o desenvolvimento local, trataremos destas e de outras questões.

Assim, ao apontarmos o debate sobre desenvolvimento, iniciamos nossa discussão sobre espaço, pois, de acordo com SOUZA (1996:11), o primeiro reclama uma espacialização, porquanto o "desenvolvimento é necessariamente *sócio-espacial*, ou seja, da sociedade e do espaço", mas "tão tola quanto a crença de se transformar substantivamente as relações sociais apenas por meio de intervenções no espaço (fetichismo espacial' tipificado por certos urbanistas) é a negligência para com o fato de que a mudança social demanda, concomitantemente (mesmo que isso nem sempre ocorra), a mudança da organização espacial que amparava as velhas relações sociais."

Quais são, entretanto, os aspectos a serem ressaltados na análise do espaço? A seguir focalizaremos este assunto, tomando como base a discussão do chamado espaço turístico.

### 1.1.7 O espaço turístico

Atualmente alguns autores desenvolvem trabalhos que prestigiam não só a "atividade turística", mas também a complexidade do "espaço turístico". Ainda não podemos contar com estudos abrangentes sobre esse tema. No entanto, os trabalhos existentes podem muito bem fundamentar nossa pesquisa, pois estão em sua maioria apoiados em teorias ligadas ao entendimento do espaço. Dentre eles encontramos o de RODRIGUES (1997), que em seu livro *Turismo e espaço* dedica um capítulo à "Natureza e método de análise do espaço do turismo".

Apoiado em obras de Milton Santos, esse estudo passa pelo "entendimento do espaço", enquanto a autora procura "focalizar o espaço do turismo, a fim de abordá-lo como um espaço de natureza urbana", advertindo, entretanto, "que há casos muito particulares que podem fugir a essa caracterização". Mais especificamente, RODRIGUES (1997:61) sugere "pensar o turismo em toda sua complexidade, expressa pelas relações sociais e pela materialização territorial que engendra no processo de produção do espaço".

A princípio, a autora fundamenta-se na apreensão do espaço a partir de Santos (apud RODRIGUES, 1997), quando ele afirma que o espaço deve ser entendido "como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações", e como estes sistemas "não podem ser tomados separadamente; (...) o espaço é também formado de fixos e fluxos" (RODRIGUES, 1997:61).

Por si só, a atividade turística apresenta profunda complexidade. Sua manifestação no território condiciona o surgimento de "áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamentos e áreas de atração", sendo, então, nessas áreas em que se "produz o espaço turístico". Outra situação é que este espaço pode ser reformulado se anteriormente foi ocupado com o intuito de ser transformado em espaço turístico (1997:43).

Para Rodrigues, a dificuldade em definir esse espaço reside basicamente em captar o peso ou a força que o turismo exerce na produção do espaço, ou, ainda, por existir muitos espaços produzidos pelo turismo e para o turismo, sendo que essa produção é possível mesmo em locais onde não existam condições favoráveis para que ela se desenvolva.

A proposta apontada neste estudo indica, ainda, que "o espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas, mesmo porque pelo menos um dos seus elementos básicos lhe é exterior - a demanda" (RODRIGUES, 1997:45). A discussão se faz presente quando a autora demonstra preocupação em não negar a concretude do espaço turístico, expresso pelo seu território, que para ela "não representa a totalidade do espaço". Nessa perspectiva, este espaço

demonstra que "suas fronteiras não são bem definidas, seus componentes identificados muitas vezes como abstratos são difíceis também de serem analisados, aparecendo assim como forma de fluidez de capital financeiro ou a influência da mídia na sua composição imagética." Ao finalizar esta discussão, Rodrigues sintetiza que "os elementos básicos do espaço turístico são: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização", destacando que esses elementos jamais podem ser "compreendidos separadamente".

Outra justificativa para a compreensão de espaço turístico é a de FERRARA (1996:21), que afirma o seguinte:

O turismo faz do "espaço" um objeto, quando o enfrenta na visibilidade comercial do pacote, dos retiros, da indumentária, dos acessórios e da bagagem, das passagens e dos bilhetes pagos à prestação, das estações de trem, das rodoviárias e, especialmente, dos aeroportos... O turismo é o deslocamento comercial do espaço sem necessariamente mudar as suas características; não raro, o pacote turístico supõe uma troca entre grandes centros urbanos, metrópoles mundificadas, que mimetizam imagens, serviços, hábitos e valores. Na nossa economia global, já há tempo livre, mas há a necessidade de empregar, através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao longo do tempo do trabalho.

No entanto, o espaço turístico não é tão-somente algo que se possa representar "pronto e acabado", ou como os estudiosos do assunto apresentam, com seus elementos. É muito comum hoje nos depararmos com artigos que enfatizam claramente os efeitos, sobretudo negativos, da atividade turística sobre os mais distintos espaços. Esses efeitos podem se apresentar das mais diversas formas, sejam eles ambientais, econômicos, culturais ou sociais. Ao desvendarmos as políticas e os planejamentos para o litoral, observamos que este espaço é de fato subjugado por grupos dominantes, que o asseguram através das relações de poder. Tal quadro poderá ser explicitamente revelado ao constarmos a realidade do Cumbuco que pode ser também compreendida a partir do entendimento das práticas especiais apontadas no estudo de CORRÊA (1995:35-36), para quem estas práticas "são meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução." As práticas espaciais identificadas pelo autor são: "seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora".

No caso da nossa área de estudo, manifestou-se uma prática do tipo antecipação espacial, motivada pelas construtoras que lá se estabeleceram, vista como a "criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão

igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para implantação da atividade...” “significa reserva de território, significa garantia para o futuro próximo, controle de uma organização espacial, garantindo, assim, as possibilidades, via ampliação do espaço de reprodução, das suas condições da reprodução” (CORRÊA, 1995:39). Esta prática espacial pode-nos também esclarecer outros processos que porventura venham a acontecer no Cumbuco.

Além do que apontamos anteriormente para o entendimento do nosso trabalho, achamos conveniente mostrar também exemplos de áreas turísticas existentes, e conhecidas internacionalmente, como forma de complementarmos nossos estudos e destacarmos a possibilidade de novas tendências. Para tanto, trouxemos os exemplos de: Cabo Frio, Cancún e Varadero.

#### 1.1.8 Modelos de complexos turísticos: Cabo Frio, Cancún, Varadero

### **CABO FRIO**

Para entendermos as mudanças ocorridas neste município, influenciadas por novos hábitos e atividades, nossa análise pautar-se-á no trabalho de COELHO (1986), que nos possibilitou investigar algumas particularidades semelhantes a nossa área de estudo.

O fenômeno da segunda habitação no município do Rio de Janeiro é considerado a partir dos seguintes pontos: as relações da Metrópole com sua área de influência imediata; a segunda habitação como estratégia de expansão da demanda para o setor imobiliário; a influência da política habitacional desenvolvida pelo BNH na produção da segunda habitação e as transformações que a partir da Metrópole do Rio de Janeiro criaram as precondições para a expansão do fenômeno do veraneio.

Com base na escala macro a autora abordou “as diversas origens históricas dos espaços atingidos pelo fenômeno da segunda habitação” nas regiões serranas<sup>9</sup> e litorâneas, constatando periodização diversa, e destacou a última fase do processo da segunda habitação e a forte penetração do capital imobiliário destas áreas.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Não trataremos aqui das áreas serranas do Ceará, pois apesar de estar se verificando atualmente sensível procura por parte de alguns grupos pelos maciços residuais, estas áreas não estão incluídas como de preferência dos fortalezenses e de outros grupos de visitantes. No Ceará, a zona litorânea ainda é a mais visitada, contudo estes maciços residuais estão também dentro do programa de desenvolvimento turístico do Ceará, como forma de descentralizar a procura pelas praias.

<sup>10</sup> Embora as tradições nacionais de desenvolvimento de segunda habitação variem expressivamente de um país para outro, a constatação de sua difusão em torno de várias cidades do mundo parece adiantar que esta nova forma de urbanização predominará no futuro (CLOUT, in: COELHO, 1986:19). A popularização e proliferação de segundas habitações é essencialmente um fenômeno novo pós-1940 ....A natureza bastante restrita da segunda habitação só foi quebrada depois da 2ª Guerra Mundial. No Brasil, pode-se afirmar que o mesmo fato acontece.

No nível da escala micro enfocou em seu estudo os impactos locais do "fenômeno da segunda habitação na estrutura urbana", levando em consideração "o fracionamento das terras - os loteamentos; o processo de produção da segunda habitação - a ação das empresas de construção e o impacto do veraneio no uso do solo urbano", no distrito-sede de Cabo Frio (COELHO, 1986: V e VI).

Sobre Cabo Frio, uma de suas constatações é que, além das modificações causadas pelos impactos decorrentes da forte inserção do mercado imobiliário, favorecendo a constituição e expansão de setores médios urbanos com novos hábitos de consumo como o lazer, este município recebeu também um contingente populacional atraído pela indústria química, que se estabeleceu no local, o que também constituiu aumento das segundas habitações.

Ao apontar fortes fatores condicionantes para entender o avanço da metropolização, o aumento da população, bem como a intensificação dos investimentos, a autora destacou em seus estudos a construção da Rodovia Amaral Peixoto e depois, em 1950, a criação da Companhia Nacional de Álcalis, mas foi sobretudo com a instalação da indústria que ocorreram "profundas modificações que influenciaram nas atividades econômicas locais" (COELHO, 1986:67).

A Companhia Nacional de Álcalis não só incrementou a economia local como também, através da vinda para Cabo Frio de técnicos e pessoas de classes mais altas provenientes do Rio de Janeiro, contribuiu para a divulgação das belezas naturais do município, impulsionando o veraneio. À medida que se construíam mais vias de acesso mais se aprofundavam as relações com a Metrópole. Nesse período, registra-se a construção da ponte Rio-Niterói, grande marco na redução das distâncias. Tudo isso incentivou a entrada de muitos grupos diferenciados, como veranistas e turistas, agentes imobiliários, empresários, trabalhadores, etc.

Analisando os fatores que contribuíram para as transformações ocorridas em Cabo Frio, é oportuno destacar os impactos causados com a chegada desses novos agentes ao local, porquanto o desenvolvimento do veraneio e do turismo, bem como a presença da dinâmica do setor industrial, colaboraram em muito para o avanço das atividades terciárias locais, atualmente em grande expressão, ocupando papel de destaque na economia do município (COELHO, 1986:73). O que houve em Cabo Frio foi o mesmo verificado em outros litorais com a chegada desses grupos e de outras atividades, sobretudo do setor terciário.

Problemas relativos ao espaço de moradia, não enfrentados pela população em décadas anteriores, passaram a ser comuns com a refuncionalização dos espaços nesse município. Desde a fundação da cidade, observa-se que o processo de apropriação de terras sempre esteve dentro de um sistema de doação praticado por pessoas influentes entre os grupos da burguesia, porque nesse município, desde o século XVII, foi constante a prática de doações de terras. Com a valorização desses espaços, decorrente de nova utilização - industrial, turismo, veraneio - áreas de restinga passaram a ser invadidas e, em virtude da inevitável expansão urbana, muitas áreas tiveram que ser aterradas. As áreas de salinas, tão comuns em Cabo Frio, foram substituídas por loteamentos, que acabaram expropriando os trabalhadores de suas terras. O aumento da população, porém, bastante considerável, logo mostrou a ausência de estrutura básica; arruamentos, adequação de malhas viárias, inexistência de espaços para equipamentos de uso comum. No entanto, a atividade imobiliária foi sem dúvida a que provocou mais impacto, pois nesse mesmo período registra-se o surgimento de grandes construções, condomínios, gigantescos hotéis, restaurantes e todo tipo de instalação, acarretando fortes mudanças para a região.

Em linhas gerais, ocorreu acentuada transformação nos modos de vida da comunidade, modificações nas relações de trabalho, inserção de atividades, aumento da população em áreas não providas de infra-estrutura e principalmente o registro de alterações irreversíveis no meio ambiente litorâneo.

A agricultura e a pecuária em Cabo Frio foram bastante reduzidas em virtude do amplo e desordenado fracionamento do solo municipal sob a forma de loteamentos, bem como do deslocamento de mão-de-obra para atividades urbanas. A pesca, comum em todo o litoral, sofreu perdas sensíveis para as atividades modernas "e pelo deslocamento progressivo de pescadores das orlas marítimas e das lagoas, áreas preferidas pelo veraneio, para espaços menos valorizados" (COELHO, 1986).

Os resultados obtidos através dos estudos da autora possibilitaram-nos ainda refletir, em nossa área de estudo, sobre os fenômenos mais ligados ao processo de segunda habitação. Nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro vinha aumentando consideravelmente o número de segundas habitações, em áreas que abrangiam serras e litorais próximos de vias de acesso. Além disso, aumentava também o número de propagandas sobre vendas de terrenos para construções futuras (chácaras, sítios, condomínios, etc.).

Referentemente a essas mudanças, Coelho aponta o Estado como interventor de medidas que facilitam a comercialização dos terrenos pelas imobiliárias. Nesse caso, todo tipo de investimento de infra-estrutura no local provinha de recursos destinados pelo Estado, que surge como o "responsável pelo atendimento das necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada, isto é, a demanda que não constitui fonte de lucro para o capital. Além disso, observa-se que as diretrizes do modelo econômico vigente no país refletem-se sobre a dinâmica do mercado imobiliário" (p. 11).

Ao analisarmos o que ocorreu no Cumbuco e considerando o trabalho de PINHO (1981:40), quando ela destaca o papel do Estado e suas ações sobre o litoral, percebe-se que estas ações governamentais foram as principais responsáveis pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos essenciais junto tanto às empresas como aos moradores, desempenhando papel importante no estabelecimento de preços de terrenos. E isto se verificou quando as vias de acesso passaram a ser construídas nessa parte do município de Caucaia.

Outra situação também observada no Rio de Janeiro e que podemos comparar com o município de Caucaia diz respeito à "concentração de capital no setor imobiliário associado à necessidade de circulação do capital..., com o objetivo de manter a demanda solvável em constante atuação e expandir a área construída" (p.19). A intenção do mercado imobiliário é suprir as necessidades da população atrelada aos modismos, bem como garantir que hábitos que as populações adquiriram nas últimas décadas estejam sempre em alta. Esses hábitos são "contato com a natureza, isolamento, ar puro, silêncio, etc. e/ou acionam signos que relacionam a promoção social (*status*) com inovações nas formas de morar e de utilização da habitação" (COELHO, 1986:14-19).

Nessa perspectiva, os investimentos das imobiliárias promovem o fenômeno da segunda habitação, que se dirigiam prioritariamente às classes alta e média da Metrópole, porque a produção destas habitações, seus sistemas e formas, segundo Topalov (apud COELHO, 1986), evoluíram com o "desenvolvimento do sistema capitalista".

Para Topalov, destaca Coelho, as características básicas para a promoção imobiliária manifestam-se de duas formas: "primeiro a separação entre a produção e o consumo, ou seja, a transformação da habitação em mercadoria..., e segundo a separação entre o capital e a propriedade do solo, ou seja, a transformação do solo em mercadoria" (p. 17). Essas construções, por sua vez, estão dentro de um sistema mais moderno e resultam, conforme o autor, da transformação histórica de sistemas anteriores de produção, como o sistema não mercantil da habitação, e o sistema de valorização da propriedade do solo" (p. 17).

Na primeira vai se caracterizar "a produção da habitação pelo seu uso direto e não como mercadoria, como por exemplo o proprietário autoconstrói individualmente ou coletivamente a habitação, ou ainda o proprietário de um terreno recorre a uma empresa para construir sua habitação" (p. 18). Na segunda, o sistema de valorização da propriedade do solo leva à transformação do proprietário do solo em capitalista imobiliário, "controla o momento de mudança do solo e, portanto, beneficia-se do sobrelucro localizado" (p. 18). A este fator, acrescenta-se o papel do sistema financeiro da habitação, apoiado muitas vezes pelo governo federal na construção das segundas habitações.

A orientação teórica de Topalov, ressaltada no estudo de Coelho, pode ser aplicada para o entendimento do processo de segunda habitação do litoral de Caucaia. No entanto, algumas particularidades devem ser ressaltadas, porque, dependendo do local, estes processos são distintos. Vejamos, pois: na praia do Icaraí ocorrem também alguns processos, grupos que construíram suas casas com dinheiro proveniente de financiamento ou com capital particular, recorrendo a empreitadas. As praias de Iparana e Pacheco sempre atraíram para seus espaços populações de baixa renda, por constituírem uma área fortemente influenciada pela Zona Oeste de Fortaleza, que faz limite com o município de Caucaia.

Presenciamos ali a influência da periferia de Fortaleza sobre o fenômeno da segunda habitação, pois os moradores comuns desta área são, em sua maioria, de classe média baixa e apenas 10% das casas pertencem a proprietários residentes em Fortaleza, que as utilizam para o lazer, registrando-se ainda uma diferenciação entre as casas, que se destacam por serem mais estruturadas, em relação às dos moradores das duas praias. No Cumbuco, verificou-se principalmente o caso de construções particulares com recursos próprios, relevando-se os grupos de alta renda. Apesar de Icaraí localizar-se bem próximo, as duas áreas são bem distintas no que diz respeito aos grupos freqüentados. O proprietário da Imobiliária J.B., que atua no litoral de Caucaia, opinou: "A praia do Cumbuco, desde a chegada das primeiras imobiliárias, foi eleita também como a praia dos 'colunáveis de Fortaleza', sobressaindo-se, assim, as mansões e casas de veraneio como as de melhor estrutura. Mais tarde, surgiram alguns equipamentos turísticos, tendência que se tornou mais forte nas últimas décadas".

## CANCÚN

Cancún fica no México, na península de Yucatan, região de Seuta, localizada dentro da zona do corredor turístico onde estão suas famosas praias. Esse corredor turístico estende-se até a conhecida zona arqueológica de Tulum, em um percurso de 200 km. Na visão de muitos empreendedores turísticos é o mais popular centro vocacional do mundo maia, internacionalmente conhecido como um dos lugares turísticos mais modernos dos anos de 1990. Até 1970, essa região vivia da exploração agrícola florestal, porém, a partir da inserção do turismo, tal atividade foi perdendo espaço.

No que diz respeito aos atrativos turísticos de Cancún, destaca-se sua costa com "praias de areia branca e azul-turquesa", localizando-se nessa área 99 hotéis cinco estrelas. Ao lado oposto da praia, encontra-se a lagoa de Nichupté, onde existem inúmeras marinas que oferecem os mais diversos esportes aquáticos e passeios de barcos (*tours* marinhos), praticados em toda a extensão da praia e em centenas de ilhas próximas. É apontado nos folhetos como um lugar ideal para se fazer turismo, com atrativos tanto de noite quanto de dia.

O tipo de turismo em Cancún é bem divulgado nas propagandas de folhetos: A maioria dos hotéis conta com equipes de animações, que organizam todo tipo de lazer para os turistas. A noite em Cancún é uma das mais concorridas; sua atmosfera acelerada é marcante, pois oferece os mais diversos tipos de restaurantes, desde os requintados restaurantes mexicanos, passando por outros representantes de vários países, até as redes de *fast food* norte-americanas. Caracteriza-se também por possuir os mais distintos lugares, bem como todos os tipos de diversões capazes de satisfazer todos os gostos. Vejamos por quê: Cancún é um dos locais turísticos mais ecléticos no que diz respeito aos estilos musicais. Ademais, por toda a orla marítima é possível perceber a presença de *shoppings*, lojas, boutiques, joalherias, etc. Junta-se a tudo isso a principal atração de Cancún, suas praias com areia branca e água do mar azul-turquesa e, ainda, a atmosfera desta região, que adquire ares bastante sofisticados, sendo assim um dos lugares mais visitados do mundo.

Mas Cancún não é só diversão e lazer; com o desenvolvimento da atividade turística, a cidade vem enfrentando sérios problemas sócios-ambientais, culturais e econômicos.

O estudo de CÉSAR & ARNAIZ (1997) sobre Cancún mostra-nos que as mudanças ocorridas com a rapidez e frenética transformação não trouxeram resultados tão paradisíacos como os que estão estampados nos folhetos de propagandas de cores vivas

e belas paisagens. O *marketing* turístico, lançado em sua maioria pelas grandes agências e cadeias de hotéis, encobre muitas vezes as realidades mais cruéis, bem diferentes do branco e do azul-turquesa da praia.

Os autores comentam que até 1960 o território Federal de Quintana Roo era zona de fronteira isolada do resto do país, por falta de caminhos e sistemas de comunicação permanente. Um lugar quase desconhecido embora, para os que tinham referências desta zona, fosse só um local de exílio (1997:107).

As transformações, segundo o artigo, começaram a ocorrer na década de 1970, quando foram destinados três projetos para o desenvolvimento da região: O primeiro, agroindustrial, para a zona que explorava a atividade canavieira; o segundo, de pesca, e o terceiro, de turismo. Os dois últimos, contudo, foram desenvolvidos no litoral concomitantemente.

A atividade turística identificada nesse projeto como dinâmica, sobretudo porque passaria a integrar ainda mais a região, mereceu especial atenção. Uma das razões bastante convincente foi sua proximidade a Miami, nos EUA, que sempre exerceu grande influência no mar do Caribe. Além disso, era interesse do México intensificar as relações com os EUA, mesmo que fosse na recepção de visitantes nas ilhas do Caribe Mexicano.

Assim, o governo mexicano passou a executar todo o planejamento no litoral de Cancún e em ilhas como Conzumel e Mujeres. "O crescimento de Cancún foi maior que o de Conzumel, pois este último tinha forte problema e limitação do espaço", especializando-se em turismo de cruzeiros. Mujeres especializou-se em um turismo associado a outras colônias de pescadores. A primeira consequência advinda da rápida execução dos projetos foi o aumento da população, pois, segundo os autores, a população temporal de Cancún era de famílias dedicadas à agricultura. Assim, em três décadas Cancún viu sua população triplicar.

Mesmo que os projetos para o desenvolvimento do turismo tenham sido considerados de vanguarda, por racionalizar o uso do solo e buscar o equilíbrio no que diz respeito a toda utilização das áreas, logo vieram à tona, dentro desse "modelo urbano" de desenvolvimento turístico, as contradições. A exemplo disso poderíamos citar o seguinte: "... em um espaço comum é possível observar a presença de hotéis cinco estrelas com cantinas populares..." sendo esta convivência entendida como algo "pitoresco e folclórico"; no entanto esta situação acabou por promover conflitos sociais derivados das grandes contradições sociais e diferentes serviços, tratos e possibilidades que enfrentaram os nativos e os turistas (CÉSAR & ARNAIZ, 1997).

O planejamento da área mais sofisticada de Cancún se deu no sentido de promover os grandes empreendimentos, as gigantescas redes de hotéis, mansões com grandes centros verdes, condomínios, etc. Outras duas áreas que constam nos projetos tinham como objetivo equilibrar todo o uso do solo. A primeira foi a área do aeroporto, localizada entre a zona turística e a cidade, e a segunda, mais distante do litoral, foi considerada pelos autores uma cidade dormitório. Na prática isso realmente não aconteceu, e uma das razões foi novamente o fato destes locais atraírem um contingente populacional maior que sua capacidade, resultando assim no uso de todos os locais para os mais diversos fins, dentre eles: moradia, serviços de baixa qualidade para a demanda turística, pousadas, restaurantes, cantinas, etc.

Nesse sentido os principais impactos causados pelos investimentos turísticos, segundo os autores referidos, foram o surgimento de uma zona hoteleira que não respeitou os planos originais de uso do solo, a apropriação de espaços destinados a áreas verdes para se utilizar como zonas de turismo popular e a apropriação de áreas úmidas de lagoas, gerando sérias conseqüências para o ecossistema.

Transformações radicais também ocorreram na economia e na cultura. Os nativos passaram a conviver com uma nova organização espacial, tendo em vista o crescimento populacional e ainda a chegada de imigrantes, os quais, por sua vez, se depararam com a falta de serviços, de infra-estrutura básica, déficit de moradia. Os problemas são inúmeros; estudiosos apontam que 60% dos habitantes fazem suas necessidades básicas ao ar livre, associando-se a falta de dignidade humana com a contaminação ambiental. A população que vive da agricultura localiza-se em áreas periféricas, proporcionando o crescimento da colônia, em tal ritmo que o Estado não consegue satisfazer os mínimos serviços... Há muita promiscuidade, falta de serviços, em uma sociedade onde estão claramente distinguidos trabalhadores e empresários (CÉSAR e ARNAIZ, 1997:108).

Em síntese, estes autores destacam que

... a demanda turística se incrementa, mas o desenvolvimento integral que era a meta do projeto não chegou. Só se reproduziu um cenário de modernidade, uma nova cidade tão contrastante como as antigas, tão completa como as grandes e tão contaminada como as mais alteradas. Para isto não se deve a falta de planejamento, mas sim a crise na gestão e a responsabilidade dos empresários que deram este problema para o Estado.

O que se observa como consequência em toda a região turística de Cancún é o mesmo que vem acontecendo em todas as áreas onde os empreendimentos turísticos chegam inesperadamente. Os resultados não são muito diferentes do que acontece no Brasil e nas áreas apontadas como turísticas. "Os modelos existentes formam parte de uma trágica cadeia de opções que vem prejudicando toda área de costa afetando sempre a mesma gente, cultura em uma espécie de determinismo econômico-trágico que obriga a aceitar modelos que são na verdade antemodelos" (CÉSAR e ARNAIZ, 1997:112).

## **VARADERO**

Varadero localiza-se na península de Hicacos no mar do Caribe e fica a 140 km de Cuba. A história conta que há mais de três mil anos Varadero já tinha seus primeiros habitantes, que viviam fundamentalmente dos produtos do mar e dos frutos das florestas, possuíam suas crenças, ritos e deixaram inscrições e resquícios nas paredes das cavernas do litoral, considerados atualmente atrativos turísticos, além da própria praia.

De acordo com os folhetos turísticos, esta cidade é uma área com mais de 25 sítios específicos, estendendo-se desde a baía de Matanzas até a porção ocidental de Cayos, do grupo insular Sabana-Camaguey.

Sobre a história do lugar, segundo a literatura, diz-se que foi "conquistada" por espanhóis. Depois da conquista, a primeira referência histórica que se conserva no arquivo sobre a península de Hicacos data de 1587, período em que já se registrava a existência de algumas salinas que atendiam às necessidades de Cuba e de todas as frotas espanholas que aportavam em Havana.

Na segunda metade do século XVIII, várias pessoas adquiriram *haciendas* (fazendas) na península, fato que constitui a gênese do primeiro núcleo populacional hispânico. Uma dessas fazendas chamava-se Varadero, e com o tempo o nome foi adotado para nomear toda a praia, identificada como uma das mais famosas do mundo, conhecida também como *play azul*. Basicamente Varadero foi utilizada por alguns como uma praia preferida pelas famílias das cidades vizinhas. Seus atributos faziam e fazem de Varadero até hoje uma área bastante visitada: ar puro, praia branca, limpa e extensa, água com vários tons de cor e com bastante espaço para tomar sol e banhar-se sem aglomerações, é o próprio paraíso. Estas foram as principais razões que levaram um grupo de investidores a se associarem, dando início à exploração turística por todo esse

litoral. Com isso, iniciou-se também o parcelamento criterioso dos terrenos, adotando todos os lugares para os investimentos. O desenvolvimento de Varadero foi tanto que ela chegou a ser eleita a capital turística de Cuba.

É um espaço que possui vários complexos turísticos, formado por até três grandes grupos hoteleiros, dentre eles o Meliand. As construções apresentam-se com as mais diversas arquiteturas, desde castelos coloniais, herança dos colonizadores espanhóis, até os mais modernos hotéis com toda a infra-estrutura exigida num complexo turístico.

Ao contrário do que observamos em Cabo Frio e Cancún, Varadero caracteriza-se por ter sofrido outros processos. Não conseguimos informações mais consistentes que nos fornecessem mais dados sobre impactos trazidos pelo turismo para o lugar.

Atualmente o que se sabe desta praia é que existem dois Varaderos: uma parte onde vive a maioria da população, um pequeno povoado com mais de cem anos de fundação e com alguns hotéis, obedecendo a um traçado urbano. A outra parte é de hotéis para estrangeiros, mais de cinquenta bem projetados, ou seja, hotéis de padrão internacional, semelhante a uma Cancún e em menores proporções, com bastante qualidade paisagística.

Outra informação sobre a área é que possui locais bem definidos de hotéis e de casas particulares. Não há muita poluição, mas existe erosão do solo, por se estabelecerem muitas construções em locais inadequados para construções do grande porte que lá prevalecem. Apesar do desenvolvimento da atividade turística conserva-se a vegetação original, de manguesais e mata seca, ocorrendo também grande área de reserva ecológica, embora tudo indique não ter sido local de pescadores. Por isso não se percebeu conflitos mais aparentes.

Após esta análise, passaremos ao estudo da planície costeira cearense e das políticas de desenvolvimento para a região, no capítulo 2.

## **2 APRESENTAÇÃO DA PLANÍCIE COSTEIRA CEARENSE E DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO**

O objetivo deste capítulo é tratar das unidades geoambientais, apontando cada uma delas, bem como apresentar os aspectos sociais, econômicos e culturais da planície litorânea; abordamos, entretanto, não só os aspectos do litoral cearense, pois citamos também alguns exemplos do litoral brasileiro.

Ao final expomos as políticas específicas para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, e no Ceará, discutindo criação de infra-estrutura e os projetos específicos para Caucaia. Em relação aos documentos consultados, salientamos os pontos mais importantes. Nesse capítulo, incluímos uma breve discussão sobre a expansão urbana de Fortaleza, destacando a Região Metropolitana e a contigüidade que existe entre os municípios de Fortaleza e Caucaia, pela Zona Oeste da cidade.

### **2.1 Unidades Geoambientais**

A planície costeira cearense, assim como quase todo o litoral nordestino, apresenta-se com "formações típicas de litorais tropicais", possuindo aproximadamente 573 km de praia. Diversos estudos realizados sobre a planície litorânea, dentre eles os de MEIRELLES (1993) e SALES (1993), apontaram para as seguintes características geoambientais, conforme mostra a figura 2.

#### **SOLO**

Em aspectos gerais, predomina o Grupo Barreira,<sup>11</sup> e ainda os tabuleiros pré-litorâneos, com feições planas e suavemente onduladas. Os tabuleiros pré-litorâneos apresentam-se como classe dominante, areias quartzosas, solos regossolos e podzólicos vermelho-amarelo. A ação eólica no litoral cearense é bastante intensa e é praticamente com essa ação que se dá a remoção do material/sedimentos. É principalmente nas marés baixas que ocorre o transporte de sedimentos, formando os extensos cordões de dunas, feições mais conspícuas da morfologia litorânea do Estado. As dunas, móveis e fixas (sendo as móveis mais recentes), estão presentes praticamente por toda a linha da costa (salvo nos lugares onde foram aplainadas ou serviram de base para construções irregulares). Compõem-se por extensos campos com espessuras de até 60 m ou mais, variando de 3 a 5 km continente adentro.

---

<sup>11</sup> Grupo Barreira: formações terciárias que aparecem como falésias costeiras desde o território do Amapá até o Estado do Rio de Janeiro (GUERRA, A.T. *Dicionário geológico-geomorfológico*, 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993).

Existe outra feição que, ao contrário das dunas, tem menor representação espacial, apresentando formas de abrasão do litoral cearense. No regime sedimentológico é constituída por material de erosão do Grupo Barreira, e, apesar de pouca representatividade, as falésias assumem o papel de principal fonte fornecedora de material, uma vez que o aportamento fluvial é diminuto, em face das condições climáticas do litoral.

## **PRAIA**

O ambiente praial, que funciona como uma espécie de anteparo natural, onde as ondas terminam por dissipar sua energia, tem como principal característica a contínua variação de sua forma. O transporte de areias que se dá sobre uma praia é essencialmente devido ao regime de ondas e o sentido de transporte é em função da direção dos ventos segundo a qual atinge a costa.

## **VEGETAÇÃO E HIDROGRAFIA**

A cobertura vegetal natural, já quase totalmente ausente em decorrência do desmatamento, é caracterizada por diversidade florestal e vegetacional do tipo mata de tabuleiros, formada por espécies arbóreas do cerrado e caatinga. Sobre o tabuleiro pré-litorâneo, encontramos uma espécie típica aclimatizada, o cajueiro (*Anacardium SP*), que coloniza com vigor essa feição geomorfológica, e o coqueiro, cuja freqüência se dá por quase todo o litoral, representando importante atrativo turístico.

No domínio da paisagem costeira ocorrem as planícies fluviais e flúvio-marinhas, que modelam os tabuleiros pré-litorâneos e a planície litorânea, ainda que com baixa densidade de drenagem, em face da elevada permeabilidade do material e do regime pluviométrico torrencial resultante das condições de semi-aridez instaladas na região. Em geral, esses rios têm suas nascentes situadas nos maciços residuais existentes nas depressões sertanejas e drenam em grande parte terrenos do embasamento cristalino. Encontramos, ainda, depósitos de mangues que estão submetidos ao fluxo lateral de água com alta salinidade, freqüentes nas partes inferiores dos estuários do Nordeste. São de formações recentes, formando bancos de areias, localizando-se preferencialmente nas desembocaduras dos rios. A vegetação predominante nessas áreas são os manguezais, que formam comunidades anfíbias, lenhosas e perenifólias, representada pela *Rhizophora mangle*.

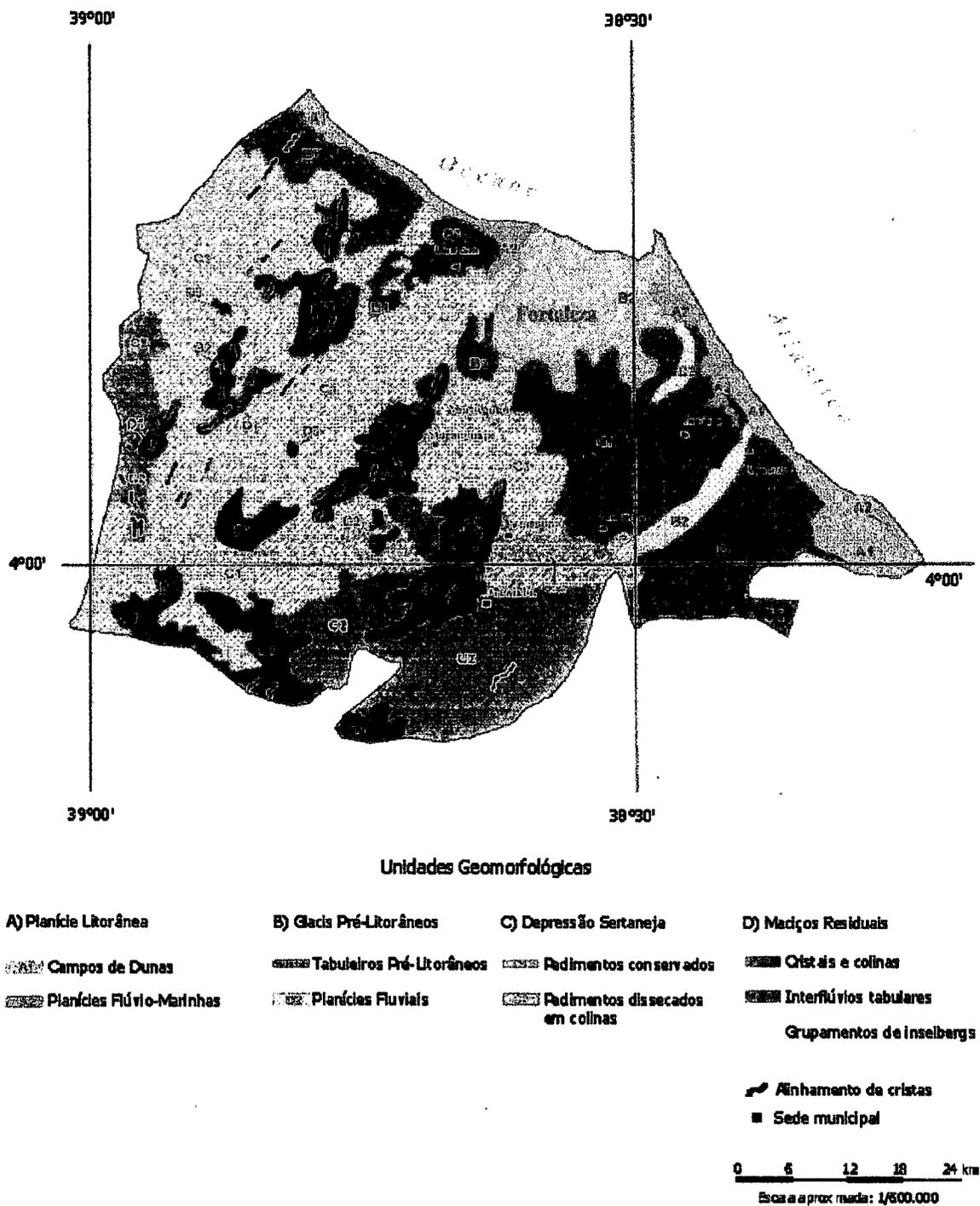


Figura 2 - Região Metropolitana de Fortaleza - Esboço Geomorfológico  
 Fonte: Projeto SINFOR, 1995, com modificações.

Estes depósitos estão localizados nas margens dos canais e são constituídos, predominantemente, por material sílteo/argiloso, com uma coloração de cinza esverdeada a preta, e rico em matéria orgânica (restos de raízes e folhas da vegetação de mangue). As lagoas são outras formações que ocorrem comumente no litoral. Localizam-se no sopé das dunas móveis e das dunas fixas e são temporárias. A alimentação é, em grande parte, proveniente de enxutórios do lençol freático dessas dunas. O fluxo d'água é mais intenso no período de alta pluviosidade. Uma maior característica das lagoas é a sua disposição alongada, com o eixo maior mantendo relação direta com as direções predominantes do vento e acompanhando pequenos vales existentes entre dunas fixas. São relativamente rasas com fundo areno-lamoso, rico em matéria orgânica, associada a uma vegetação submersa.

Com o breve reconhecimento das unidades geoambientais do litoral do Ceará, podemos perceber que, apesar de não ser muito diversificado, é muito peculiar, com características singulares e próprias de um ecossistema que tem em sua dinâmica uma característica de inter-relações, fazendo com que esse ambiente se auto-sustente em um contínuo processo cíclico entre as unidades.

## **2.2 Aspectos Sociais, Culturais e Econômicos do Litoral Cearense**

No que diz respeito aos aspectos sócio-culturais e econômicos, encontramos em meio à faixa litorânea grandes cidades ou pequenos núcleos (comunidades de pescadores) que se estabeleceram nessas áreas.

Sob esse enfoque, o processo de ocupação do litoral como um todo vai se configurar da seguinte forma: grandes aglomerados urbanos que se desenvolveram, em sua maioria, graças à atividade portuária (caso das capitais litorâneas do Brasil) e pequenas comunidades de pescadores, que passaram por mudanças a partir da década de 1950, com o incremento do lazer na praia e a industrialização da pesca. Segundo a literatura, os pequenos núcleos (comunidades pesqueiras) foram escolhidos como área de lazer, por já possuírem certa infra-estrutura ou, ainda, por não terem sido descaracterizadas. Além disso, foi nesse período que as segundas residências ou casas de veraneio passaram a ser construídas, causando a expulsão de muitas famílias que tinham com esse ambiente um estreito relacionamento (MACEDO e PELEGRINO, 1996:157).

Na ocupação do litoral, alguns grupos eram destinados pelo governo para fixar-se em praias praticamente desertas. Desde a chegada dos portugueses, sempre houve preocupação em relação à defesa da costa. No caso do litoral cearense, não só a criação da capital, mas o surgimento de pequenos núcleos vão ocorrer bem mais tarde, ao contrário da Bahia e Pernambuco, que passaram a ser ocupados desde o "descobrimento" do Brasil. As comunidades do litoral do Ceará, até mesmo as localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza, mantiveram-se com suas atividades tradicionais de "certa forma intocadas" até o final da década de 1950. Nas décadas seguintes, seus espaços estiveram ameaçados, cobiçados por grupos que previam o aumento da procura dessas áreas. Assim passava a acontecer gradativamente a refuncionalização do litoral cearense, ou, como ressalta ALMEIDA (1996), "a invenção do litoral". A principal atividade, até a década de 1950, era a pesca artesanal, sendo também típica dessas comunidades a produção de artesanato (rendas, labirintos, cestos de palha, etc.), a fabricação de rapaduras e a comercialização de coco.

Ao caracterizarmos mais distintamente essas populações, que comumente denominamos de locais, tradicionais, nativas, etc., vamos nos deparar com uma população que desenvolveu "formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro, mas reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação à natureza e dependência de seus ciclos" (DIEGUES, 1988:82). Diante disso, podemos constatar que a natureza, no sentido de recursos naturais, tem uma representação totalmente diferente, se quisermos comparar com o modo de produção capitalista vigente hoje na zona litorânea.

Para os pescadores, a natureza vai ser, além do meio de subsistência, meios de produção e de trabalho, o elemento que mantém a sobrevivência das relações sociais que se apresentam de forma diferenciada e peculiar em relação a outras sociedades (DIEGUES, 1988:83).

Gradualmente, esse cenário, bem como as relações de produção começam a mudar. As transformações no setor da pesca artesanal intensificam-se a partir da década de 1970. Com as inovações tecnológicas surge um novo sistema de pesca no litoral, atrelado às grandes empresas pesqueiras capitalistas: a pesca industrial.

Os pescadores artesanais, apesar de possuírem um modo particular de se organizarem, utilizam em sua atividade "técnicas rudimentares e primitivas", o que de certa forma dificultou a inserção de novas técnicas, trazendo como consequência a

(des)estruturação dessas comunidades. Para LOUREIRO (1988), "a modernização do setor pesqueiro não resultou da propagação de tecnologias mais avançadas pelas unidades artesanais do setor, mas fez-se por cima, ou seja, superpondo a estas uma classe de empresários até então estranha à sociedade local".

Outro fator que muito contribuiu para essas mudanças foi o "crescimento desordenado das taxas de ocupação física do litoral pela expansão urbana industrial e turística, com o conseqüente deslocamento das populações de pescadores para as cidades" (DIEGUES, 1988:19). No entanto, esses deslocamentos não se restringiram apenas às cidades. Muitas vezes, as famílias expulsas fixam-se bem próximas às comunidades, formando assim uma periferia, constringendo-se com a "nova organização espacial".

Essa "nova (re)organização espacial" que vem assolando o litoral ocorre quase sempre apoiada pelo novo modelo de desenvolvimento adotado para estas áreas, ressaltando-se que o litoral brasileiro, desde a chegada dos portugueses, sempre foi palco das explorações indevidas e permanentes conflitos. Ao longo dos séculos, sobretudo em épocas mais atuais, notou-se crescente interesse por essas áreas. Todavia, quando nos reportamos ao litoral e observamos a forma como este foi apropriado, percebe-se sua verdadeira realidade, bem como suas contradições e irregularidades.

Essas áreas, onde a principal atividade até as décadas de 1950/60, como ressaltamos, foi a atividade da pesca, vão estar ameaçadas por uso e ocupação indevidos, decorrentes de diversos agentes modificadores, dentre eles: o turismo, a especulação imobiliária, as atividades terciárias, a pesca industrial, etc. Contudo, é na década de 1980 que estas áreas estarão mais fortemente subjugadas aos projetos de desenvolvimento determinados por órgãos governamentais. Nesse caso destacamos, o PRODETURIS-NE, cujo objetivo central é conhecer e aprimorar as "potencialidades turísticas", pois as previsões são de que a demanda do fluxo turístico se intensificará nas próximas décadas. Nessa perspectiva, nos propusemos a uma investigação dos documentos, dentre eles o PRODETURIS-NE e o PRODETUR-CE, nessa análise já inserindo os projetos específicos para o município de Caucaia e o Cumbuco.

Para analisar as conseqüências trazidas ao litoral por estes novos agentes e essas novas relações, seguiremos a proposta de RODRIGUES (1996:160), segundo a qual "todo e qualquer projeto turístico, notadamente gerados no âmbito da administração pública, deve ser analisado em profundidade...". Ao propor alguns itens a serem investigados, a autora sugere prioritariamente o seguinte:

A ideologia subjacente; as áreas geográficas objeto de intervenção, principalmente quando se trata de ecossistemas de grande fragilidade; avaliação dos equipamentos turísticos propostos no projeto, tendo em vista a sua adequação ou inadequação às condições ambientais locais; o posicionamento das comunidades no raio de ação dos projetos, a fim de que não sejam arbitrariamente destruídas ou socialmente excluídas; o conhecimento dos núcleos de resistência étnico-culturais, como os das comunidades pesqueiras dentre outras, a fim de reforçar a luta pela valorização da sua cultura.

### **2.3 Políticas de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste: Desvendando o PRODETURIS-NE**

Para CRUZ (1996:264), nos últimos vinte anos, duas políticas destacam-se em escala regional no Nordeste. Uma, denominada Política de Mega Projetos, que corresponde à prática de implantação de grandes projetos turísticos, realizada por governos de sete estados e, ainda, o PRODETURIS-NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, instituído pela Portaria nº 1, Decreto-Lei de 29/11/1991, tendo como principal objetivo a indicação de diretrizes para o desenvolvimento do turismo em escala regional.

O PRODETURIS-NE, programa vigente, que já inicia suas ações no litoral nordestino, como ressaltamos, apóia-se principalmente nos potenciais e produtos turísticos "oferecidos" pela região (sobretudo o potencial paisagístico). Na concepção de BENEVIDES (1998:51), é o "(re)descobrimto do Nordeste" como saída para o "velho entrave desenvolvimentista da região". O autor, ao falar desse (re)descobrimto, apóia-se em Paiva e Soares. O primeiro diz das "possibilidades do turismo como tecnologia apropriada para a região e que, crescentemente, o Nordeste passa a constituir o espaço preferencial das atenções e dos incentivos fiscais da EMBRATUR". O segundo acredita que, aprimorando e melhorando ainda mais a região, esta poderá se constituir "como solo receptor da afluyente demanda de setores de alta renda, provenientes de vários países de economia pós-industrial".

Em linhas gerais e de acordo com a EMBRATUR (In: RODRIGUES, 1996:157), os objetivos do PRODETURIS-NE assinalam os seguintes parâmetros: "aumentar o turismo receptivo; aumentar a permanência do turista no Nordeste; induzir novos investimentos na infra-estrutura turística; gerar emprego e renda com exploração direta e indireta da atividade turística."

O que realmente se discute, sendo também polêmico em relação ao PRODETURIS-NE e suas propostas, são os fatos subjetivos ligados ao imaginário que sempre esteve associado ao Nordeste. Os grupos planejadores concebem a região como "exótica e inusitada", ou seja, o desejo de visitar os "países periféricos" acontece em sua maioria porque esses locais (ou especificamente regiões da América Latina) são identificados como "países tropicais", sendo também "espaços de reserva de valor, que só agora, com nova vocação, entram em cena" (RODRIGUES, apud BENEVIDES, 1998:78).

Ao insistir no "(re)descobrimto do Nordeste", Benevides esclarece que "redescobre-se" também a "natureza", entendido como "valorização do meio geográfico, minimamente transformado pela ação humana, constitui, contudo, uma representação social produzida principalmente no plano da cultura" (1998:78).

Na opinião dos dois autores, o Nordeste passa a assumir novas características, adquirindo, ainda, atributos e qualidades que, veiculadas através da mídia, promovem uma nova imagem diferente da imagem de região problema, e assumindo nova posição no imaginário nacional, das quais uma delas, a de paraíso tropical. A noção de "Nordeste organizado, que evidentemente se fragilizou com a seca, pode ser compreendida como avesso do avesso de uma velha imagem bastante estereotipada negativamente... Se antes essa estereotipagem era negativa, agora chega-se à hora da ilha de prosperidade...", (BENEVIDES, 1998:39-40), imposta quase sempre pelos empreendedores turísticos, sejam eles públicos ou privados. Uma discussão sobre o Nordeste contextualizando Fortaleza e Ceará será desenvolvida no item 2.6.

Entretanto, não podemos esquecer que as propostas ambíguas do PRODETURIS-NE, como ressaltou RODRIGUES (1996:17), devam estar constantemente sendo repensadas, ou até mesmo reelaboradas, pois os planejamentos turísticos que lá constam podem até assumir um "caráter doméstico artesanal", mas, comumente, estão "submetidos aos centros de decisões do capitalismo em nível global".

#### **2.4 Os Atrativos Turísticos do Litoral Cearense e suas Políticas de Desenvolvimento: O PRODETUR-CE**

Como vimos, não resta dúvida de que o Ceará possui "atributos" que justificam os investimentos e implementação de uma melhor infra-estrutura para a demanda turística, cujo fluxo aumentará nos próximos anos. Sob o argumento de que o Estado configura-se dentro de um contexto com tendências naturais, aposta-se fortemente na atividade turística como nova base estratégica para o desenvolvimento do Estado.

Estas idéias estão centradas em seus principais atrativos: praias (com suas águas esverdeadas, com temperatura entre 25° e 28° C), dunas vastas e brancas, sol, clima quente o ano inteiro, com temperatura oscilando entre 27° e 28°, vegetação típica, prevalecendo o coqueiro, o sabor de sua culinária, artesanato e ainda o contato com as comunidades nativas de pescadores com características bem acolhedoras.

Além da "vocação turística" ligada ao potencial paisagístico, essas áreas precisavam estar preparadas e equipadas para atender a "massa" de visitantes que passaria a procurar por serviços (hospedagem, alimentação, melhores acessos, etc.). Nesse sentido, observou-se que o litoral do Ceará necessitava urgentemente de investimentos capazes de criar mais equipamentos ou, de modo geral, adequar toda a área para o turismo, o que proporcionaria maior procura. Todavia, só a partir da década de 1980 surge o interesse de incorporar o Ceará, de forma mais elaborada, ao mercado nacional e mundial do turismo (CORIOLANO, apud ALMEIDA, 1997). Todo esse potencial paisagístico, ou adotando a terminologia adequada, atrativos turísticos, é que justificou a elaboração do PRODETUR-CE.

Este procedimento, ou seja, o planejamento de projetos, já havia acontecido em governos que antecederam a gestão de Tasso Jereissati. Sem maiores recursos, ou porque não existia um direcionamento específico desses investimentos para o turismo, ou mesmo por falta de uma política mais efetiva, os projetos dificilmente eram executados.

É, então, no governo Tasso Jereissati que se definiu pela primeira vez uma política de turismo mais consistente, tendo como meta prioritária a ser alcançada: "promover o adequado e eficiente aproveitamento do potencial turístico, no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Ceará" (ALMEIDA, 1996:185).

Em 1991, na administração de Ciro Gomes, inaugura-se junto ao PRODETURIS-NE o PRODETUR-CE, que divide o litoral em quatro áreas (já citadas na introdução), "levando em conta suas características de potencialidades de investimento, de preservação ecológica e cultura (ALMEIDA, 1996:186).

De acordo com o documento *A inserção do planejamento turístico governamental no desenvolvimento sócio-econômico do Ceará* (IPLANCE, 1994), os fundamentos do PRODETUR-CE são os seguintes:

- a) associar o desenvolvimento do turismo com a proposta de regionalização e de interiorização dos investimentos governamentais, de vez que a região litorânea corresponde a uma das sete Áreas de Desenvolvimento Regional do Estado (ADRs),

áreas estas que constituem as unidades do planejamento regional e da regionalização do orçamento do governo do Estado.

- b) fortalecimento das cidades e municípios no litoral, de modo a criar condições de reduzir o efeito polarizador exercido pela Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).
- c) desenvolvimento de atividades que induzem o revigoramento da base econômica.
- d) desenvolvimento da infra-estrutura do litoral (estradas, abastecimento d'água, esgotamento sanitário e telecomunicações).
- e) preservação de um ecossistema frágil, facilmente degradável de forma irreversível, através do assentamento turístico em bases sólidas e com a preservação da atratividade natural.

De modo geral, as pretensões do PRODETUR-CE montavam-se sob um arcabouço que desde o início de sua elaboração esteve dentro de discussões polêmicas. Encontros, seminários, palestras foram acontecendo à medida que os projetos iam se legitimando. As questões principais eram as seguintes: Conseguiria o PRODETUR-CE atingir os seus objetivos, principalmente diante da fragilidade do ecossistema e ainda das comunidades tradicionais? Seria possível, após melhorar infra-estrutura básica, ampliar emprego e renda, preservar o meio ambiente, valorizar os recursos naturais, culturais e históricos? Seriam todos esses objetivos atingidos com o mínimo de impacto sobre o ambiente?

## **2.5 Criação de Infra-Estrutura**

Depois da elaboração dos projetos necessários à captação de recursos a serem financiados para o programa turístico, deram início na Região Turística I à instalação de infra-estrutura, em três setores, de acordo com IPLANCE (1994):

1. Transportes - rodovias, aerovias, terminais portuários;
2. Saneamento Básico - abastecimento d'água, esgotamento sanitário, limpeza urbana;
3. Proteção Ambiental.

Como proposta para futuros investimentos, três bases turísticas foram projetadas para essa região, que vão se localizar respectivamente no entorno da enseada e barra do Mundaú, entre os municípios de Trairi e Itapipoca; na enseada do rio Curu, entre Paracuru e Paraipaba; no Lagamar do Cauípe, extremo-oeste de Caucaia, estando previstas as seguintes instalações: hotéis de lazer, hotéis *resorts*, hotéis ecológicos, hotéis fazendas, clubes e condomínios haras, marinas, para ancoradouros de barcos, e o parque do Lagamar do Cauípe, envolvendo iniciativas públicas e privadas.

Com o objetivo de divulgar a imagem do Ceará, o *marketing* turístico estabelecerá programas específicos, tais como: campanhas promocionais, captação de eventos, *workshops*, sinalização e segurança turísticas, apoio à produção e à comercialização do artesanato, capacitação de recursos humanos e implementação e manutenção de equipamentos.

As ações do PRODETUR-CE iniciaram-se em uma área denominada Solpoente, constituída por 117 km do litoral, sendo composta por seis municípios, localizando-se a oeste de Fortaleza, e correspondendo às Regiões Turísticas I e II. Para esta região o grande investimento será a instalação do "Parque Sun e Fun, maior complexo diversional da América Latina, com 500 ha, tendo sua expansão prevista para 32 km<sup>2</sup>, englobando a barra do Cauípe e o estuário no município de Caucaia, próximo ao Cumbuco, local que não sofreu ainda nem um tipo de impacto" (SILVA e PERDIGÃO, 1996). (Ver figura 3).

É incontestável o caráter extremamente econômico da atividade turística e sua capacidade de interagir com elementos de ordem cultural, social e ambiental. A propósito do PRODETUR-CE, que leva em conta essa característica do turismo, ao priorizar em seus projetos uma utilização estratégica sem danos ao meio ambiente social e cultural, devemos ter o cuidado de perceber que essa "preocupação" faz parte do discurso, muitas vezes, apenas como formalidade para a rápida viabilização dos projetos, assumindo, assim, um caráter ambíguo, ressaltado anteriormente.

O documento referente ao projeto indica que ocorrerão benefícios quanto à geração de emprego e renda, aumento de divisas, melhoria da qualidade de vida, só para citar alguns. Entretanto, existem inúmeros documentos que demonstram uma "forte carga ideológica do PRODETUR-CE".

Ao tratarmos especificamente do litoral do Ceará, mesmo sem a ação efetiva do PRODETUR-CE, até porque este ainda não se impôs definitivamente, vamos perceber que, mesmo incipiente, o turismo trouxe muitos impactos.

Citaremos aqui alguns exemplos. Na praia de Flecheiras, situada no município de Trairi (119 km de Fortaleza), o mangue foi aterrado, assim como no Pecém, que, além disso, teve sua área de dunas apropriada irregularmente, causando grande processo de erosão na praia e o avanço do mar sobre a comunidade (transgressão marinha). Um dos casos mais sérios é o de Canoa Quebrada, situada no município de Aracati (litoral Leste), que "descoberta" há aproximadamente vinte anos por turistas argentinos e europeus sofreu uma descaracterização cultural muito forte, pois os visitantes que vinham fazer turismo acabavam por morar na comunidade, influenciando o comportamento da população, que passaram a assimilar a cultura dos novos moradores (ALMEIDA, 1996, CORIOLANO, 1996, RODRIGUES, 1996).

Este cenário é observável em todo o litoral, especialmente nas comunidades que têm ainda como agravante a freqüente apropriação de suas terras pelos agentes imobiliários, somada ao aumento da prostituição e da utilização de drogas.

Outra questão que caberia agora, após termos exposto os projetos e apresentado os graves problemas do litoral, seria a seguinte: Além de melhorar a qualidade de vida da população, o turismo de forma mais organizada poderá reparar danos deixados de herança pelo turismo incipiente em décadas passadas? Para respondermos esta questão, e outras que já apresentamos ao longo do trabalho, daremos prosseguimento à avaliação dos projetos tomando agora como base o município de Caucaia e especificamente a comunidade do Cumbuco. De acordo com alguns estudos, esse quadro poderá se agravar mais ainda, pois para a região do Cumbuco as transformações que possivelmente venham ocorrer, a princípio, não são compatíveis com o lugar.

O município de Caucaia, cuja sede fica a aproximadamente 19 km do litoral, possui cinco praias, que recebem as seguintes denominações, pela ordem: Iparana, Pacheco, Icaraiá, Tabuba e Cumbuco,<sup>12</sup> num total de 23 km de extensão. A decisão dos órgãos governamentais de priorizar esta área para iniciar os investimentos e planos definidos pelo PRODETUR-CE, conforme IPLANCE (1994), deu-se pelos seguintes motivos:

1. permaneceu relativamente menos associada pela ocupação e pela especulação imobiliária, onde a principal via de acesso, BR-222, mantém-se mais afastada do litoral, ao contrário da rodovia para as áreas litorâneas da Costa do Sol-Nascente;
2. detém maior contingente populacional, tanto em relação à população total como à urbana (exclusive Fortaleza);
3. possui o maior número de localidades e aglomerados urbanos costeiros;
4. todos os seus municípios têm por lei a obrigatoriedade de um plano diretor;
5. sua estrutura fundiária é composta de pequenas, médias e grandes propriedades, o que seria mais adequado para dinamização de investimentos turísticos, à medida que pode responder a uma demanda derivada (alimentos, materiais de construção, mobiliário e peças decorativas e utilitários para hotéis e pousadas);
6. demanda por urgentes ações de proteção ambiental, em face do avanço de um processo de ocupação espontâneo, mais vulnerável à degradação ambiental.

---

<sup>12</sup> Por todo o litoral de Caucaia aparecem ainda outras comunidades, atreladas, porém, às maiores.



Para o Cumbuco, especificamente, e de acordo com documentos de órgãos financiadores, neste caso, Banco do Nordeste (1995), fica estabelecido que os projetos estarão calcados nos seguintes princípios básicos: respeito à qualidade de vida do ambiente durante todo ano; respeito à arquitetura colonial característica da região; equilíbrio entre as áreas de lazer e moradia com o objetivo de manter uma baixa densidade de construção em todo o projeto; respeito ao meio ambiente através da preocupação em reduzir, ao mínimo, o impacto do complexo turístico sobre os recursos naturais existentes na área.

O Complexo Turístico da Praia do Cumbuco vem sendo projetado para receber hotéis, prédios de apartamentos e residências particulares. O empreendimento tem, conseqüentemente, três áreas distintas:

**Zona Leste** - Esta área contará com uma igreja, um parque aquático com fontes, parques, lagos, locais tanto para descanso quanto para recreação, e um hotel cinco estrelas com 600 quartos e instalações para serviços da natureza medicinal. Ademais, existirão também: 50 prédios de apartamentos com três andares, em terrenos de 51.388 m<sup>2</sup>, com pátios semicobertos, áreas comerciais com *shopping*, jardins e piscinas privativas; terrenos de 1.500 m<sup>2</sup> para residências individuais, com jardins e piscinas; terrenos de 3.000 m<sup>2</sup> para residências individuais, com jardins e piscinas.

**Área Central** - Esta área incluirá o hotel *Las Dunas*, padrão cinco estrelas, com 450 quartos, restaurantes elegantes e jardins, um apart-hotel quatro estrelas, com 375 quartos, espaços ajardinados e galerias para receber vários tipos de eventos, o hotel Ceará, com 650 quartos distribuídos em bangalôs de dois andares, além de um prédio central de serviços, um centro comercial com lojas e escritórios para locação, um cassino com jardins e amplo espaço para estacionamento, um anfiteatro com galerias para exposições e salas com múltiplas funções, uma área esportiva com um estádio, restaurantes e salões para receber diferentes eventos, uma praça de artesanato, uma locadora de automóveis com garagens, oficinas para bicicletas, motocicletas, bugres e automóveis, áreas verdes localizadas em terrenos centrais do complexo, dois heliportos.

**Área Oeste** - Esta área incluirá: 50 prédios de apartamentos com três andares em terrenos de 5.800 m<sup>2</sup>, terrenos de 3.000 m<sup>2</sup> para residências particulares com jardim e piscina, o hotel Jóquei, padrão cinco estrelas, com 600 quartos, restaurantes, galerias e grandes áreas ajardinadas com toldos externos, o Golf Hotel, padrão cinco estrelas, com

700 quartos, restaurantes e jardins, um clube hípico com pista central para competições, estábulos, seleiros e clube social, um clube de golfe com pista de 18 buracos, clube social com pista para tacadas e restaurante, um clube de praia com instalações para a prática de esportes ao ar livre, restaurantes e áreas de compras. Vejamos então o que foi considerado para os investimentos.

O governo do Estado do Ceará apóia o desenvolvimento da praia do Cumbuco, tanto que a região tem prioridade no recebimento de subsídios para obras de infra-estrutura concedidos pelo Estado e pelo Programa Ação de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, cabendo a responsabilidade de administrar esses investimentos a empresários já destacados no município, que terão a função de administrar e implantar o Complexo Turístico do Cumbuco em parceria com grupos estrangeiros, dentre eles: Estudos de Arquitetura de Galícia e Coimbra e Madri, Espanha.

## **2.6 Contextualizando o Nordeste, o Ceará e Fortaleza**

No artigo *Nordeste, Nordestes; que Nordestes?* ARAÚJO (1995) faz uma análise de todos os Estados nordestinos, concentrando sua investigação no período que corresponde a 1960 e 1992. De início expõe que, apesar do lento crescimento verificado nas últimas décadas no Nordeste, o que está se apresentando é que esta característica vem sendo substituída pelo forte dinamismo de numerosas atividades. No entanto, os resultados apontados por Araújo afirmam que este dinamismo não foi suficiente para mudar a imagem que a região adquiriu ao longo dos séculos. "A pobreza continua a ser uma das marcas mais importantes do Nordeste, quando vista no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente" (p. 130).

Este estudo demonstrou que nas últimas décadas a região vem se caracterizando como um local onde mais se inseriu o capital privado, buscando novas "frentes de investimentos", que até então tinham o Sudeste como destino certo.

Outro ponto bastante presente na atualidade contrapõe-se ao tradicionalismo existente no Nordeste, destacando-se como "área de modernização intensa". A tendência que se coloca a partir da iniciativa privada, apoiada pelas ações do Estado, é que "fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsável pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas da Região" (p. 132).

Contudo a autora nos alerta e nos mostra, através de "dados do IPEA (1993), que, 46% da população rural brasileira, o Nordeste tem 63% dos indigentes brasileiros que vivem nas áreas rurais e dos indigentes urbanos do país quase 46% estão no Nordeste" (p. 132).

Mesmo assim observamos que mudanças significativas ocorreram e que estão sendo positivas para a região; identificadas no texto de Araújo como frentes de expansão, aparecem ora como pólos dinâmicos, ora como manchas ou focos de dinamismos, ou até mesmo como enclaves (p. 132).

No caso específico do Ceará, destacou o pólo têxtil e de confecção de Fortaleza como um dos principais centros do setor, tanto em nível regional como nacional. "Entre 1970 e 1985, o número de estabelecimentos cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados ao vestuário passaram de 152 para 850. Em 1991 segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o pólo cearense reunia cerca de três mil empresas, gerava empregos diretos e era responsável por 12% do ICMS do Ceará" (LIMA e KATZ, in: ARAÚJO, 1995:134).

A nova realidade que se coloca diante do desenvolvimento deste setor é que Fortaleza apresenta-se agora "competindo nacionalmente", e no caso da fiação, em nível nacional, em virtude de sua atualização tecnológica. No entanto é preciso ressaltar que este novo quadro do setor secundário é "preocupante", tendo em vista "que esta abertura comercial pode ter implicações negativas sobre a tecelagem e as confecções dado que nesses segmentos existe uma defasagem tecnológica a ser superada" (p. 134).

Outro estudo que podemos destacar e que complementa o de Araújo é o de SILVA (1998). Em seu artigo Produção e dinâmica do espaço nordestino: da moenda à automação, faz a seguinte reflexão:

O Nordeste muda bastante segundo as estatísticas oficiais, no entanto permanece a mesma coisa. Os resultados obtidos a partir de diversos programas de desenvolvimento não conseguiram modificar o processo acentuado de conceituação de renda típico da região e o restante do país. Na verdade, os investimentos aplicados no Nordeste reforçam a concentração de renda, permanecendo os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. A região enquanto recorte permanece inalterada durante muito tempo (p. 15).

O que Silva deixa claro é que o Nordeste passou por significativos avanços, crescimento nos diversos setores da economia, desenvolvimento de áreas, rápida modernização, porém não foi o bastante para trazer melhorias nas condições de vida para uma grande parcela da população.

O que se apresenta diante deste "Novo Nordeste" é sua inserção na modernidade, mesmo que os políticos atuais identificados como substitutos da política dos "velhos coronéis" nem sempre consigam resultados satisfatórios. Na visão do autor "ao mesmo tempo que os Estados do Nordeste se desprendem do conjunto regional, colocam-se soltos em contigüidade espacial regional, numa situação única, pelo fato de o discurso dessa prática geradora da imagem de progresso não se estender para outras áreas envolvendo estados inteiros" (p. 17).

No que diz respeito a outros segmentos da economia, e complementando os estudos de ARAÚJO (1995) e de SILVA (1998), poderíamos destacar quais as outras tendências que estão atualmente norteando os programas de governo especificamente para o Ceará. O que vem acontecendo na agricultura? Quais os programas mais importantes destinados ao desenvolvimento rural? Em relação ao desenvolvimento de outras indústrias que estão despontando no Ceará, como fica o setor secundário? E o terciário, como vem se apresentando?

Em artigo publicado na revista *Economia e Mais* de agosto de 1998, Ferreira Lima, ex-Secretário do Planejamento do governo do Estado, expõe de forma bastante clara os planos de governo que seriam aprovados caso o governo desse período se mantivesse no poder. A agenda para o Estado e os rumos da economia cearense são orientados a partir dos investimentos públicos e privados. Para os três setores, segundo o autor, a prioridade seria a seguinte:

No investimento para o setor primário, "procura-se fazer uma transição de agricultura de sequeiro independente das vicissitudes do clima para a agricultura irrigada (FERREIRA LIMA, 1998:13). A construção do Castanhão<sup>13</sup> seria, nesse sentido, o "projeto mais engenhoso" com capacidade para 6,5 bilhões de metros cúbicos d'água, ultrapassando o açude de Orós, e que irrigaria todas as regiões do Estado: "Será então possível atender tanto ao consumo humano como à atividade econômica das áreas de irrigação, que utilizariam tecnologia de ponta para produzir competitividade para os mercados internos e externos; nessas áreas surgiriam as agroindústrias, construindo os

---

<sup>13</sup> Dentre as ações da política de águas do governo para a região semi-árida destaca-se a construção da barragem do Castanhão na região do médio Jaguaribe - um dos principais rios do Ceará. Esta obra será de grande representatividade um vez que sua construção tem como objetivo resolver os problemas sócio-econômicos motivados pelas secas periódicas. Contudo, sua construção, desde o início, causou polêmica, tanto no que diz respeito aos impactos ambientais, quanto aos verdadeiros fins, pois os mais críticos garantem que a obra irá atender sobretudo os grandes latifundiários.

chamados pólos e oferecendo um número apreciável de emprego” (p. 12). Contudo a realização desses projetos só será possível, enfatiza o autor, com a transposição das águas do rio São Francisco.

As atenções estão voltadas para o setor primário, exatamente por ser considerado crítico, “apesar de ter 43% da população ocupada na atualidade responde por menos de 6% do produto interno bruto (PIB)”, sendo sua mão-de-obra muito baixa “10 vezes menor que a indústria”, indicando assim que a maioria da população vive no “limite de subsistência e a cada seca periódica assiste-se a cenas dramáticas, como ocorreu no ano de 1998.”

Os problemas, entretanto, serão superados a curto prazo, por isso mesmo terá que haver um espaço conjunto mais efetivo com o “setor público - recursos hídricos, agropecuária, agroindústria, educação, ciência e tecnologia e promoção de investimentos como o setor privado” (p. 12).

A previsão de Ferreira Lima é que estas mudanças para a área rural do Ceará aconteçam rapidamente e que as decisões práticas viabilizem as transformações, passando de área tradicional para novas funções, dentre as quais podemos citar: piscicultura, criação de aves nobres e de outros animais de corte, produção orgânica e de plantas medicinais, produção orgânica para o mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de *fast-food*, fruticulturas, etc., além de trazer para o campo mais atividades industriais. Dentre estas transformações surgem também propostas de trazer para o meio rural complexos hípicas, leilões, exposições agropecuárias, festas de vaquejadas, etc. (p. 13).

Para o setor secundário, que na visão do autor tem sido o mais ágil e dinâmico, o governo aposta no pólo metal-mecânico, que será criado nas imediações do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, “cuja matriz será uma siderúrgica que atrairá uma refinaria proporcionando o sistema de pólo-petroquímico”. Trata-se de base industrial que garantirá ao Estado a condição de um dos eixos importantes da indústria nacional, constituindo o Ceará nova fronteira industrial no país (p. 13).

A estes novos investimentos vêm se complementar as experiências que o Ceará está vivendo nos últimos tempos. O quadro que se apresenta é que nas últimas décadas algumas indústrias, principalmente do setor têxtil e calçadista, se fixaram no município de Fortaleza e em sua RMF (como já citamos) e agora se deslocam para municípios do interior do Estado. O positivo destes investimentos estaria nos resultados satisfatórios no

que concerne à melhoria de vida da população da área rural que espera investimentos mais concretos na agricultura, e ainda não viram resultados positivos. Assim estas indústrias, que não seguem um aparato tecnológico, vêm gerando muitos empregos, mudando neste sentido o quadro do interior do Estado. "O maior desafio do setor industrial reside na mão-de-obra, na educação profissional que deverá desvincular-se de vias assistencialistas para sintonizar-se com o programa de industrialização e dos demais setores econômicos do Estado". Observa-se hoje em alguns municípios a criação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e Centros de Ensinos Tecnológicos (CENTECs) (p. 13).

A tentativa de se conseguir a curto prazo uma contribuição maior para o desenvolvimento do Estado através da indústria é também aplicada para os projetos no ramo da atividade turística; no entanto, para Ferreira Lima, os resultados destes investimentos serão mais perceptíveis a médio prazo.

A equipe do governo responsável pela realização do grande projeto para o desenvolvimento turístico aposta na vocação histórica do Ceará para o comércio e os serviços que, nos últimos anos, representam cerca de dois terços do PIB, mas até hoje, apesar da pretensão governamental, dos projetos de grande envergadura, conforme já expomos, não possui uma política bem definida. A opinião do arquiteto Antônio Lemenhe (entrevista realizada em 30 de novembro de 1999), ao falar dos planejamentos para atividades turísticas, é que "o governo não tem definido estes projetos e as políticas. Pelo tempo que os projetos existem já era possível ver algum resultado, o que se vê ainda é o turismo incipiente ocorrendo de forma desorganizada".

Mesmo assim, o Estado, nas duas últimas décadas, aproveitando uma tendência que já se colocava desde o início da década de 1970, vem investindo na melhoria de infra-estrutura, na construção de portos, aeroportos, ferrovias, malha rodoviária, água, transportes e comunicações. O governo tem se voltado principalmente para o retorno desses investimentos e dos benefícios que eles poderão trazer para a educação, a saúde, o saneamento, o meio ambiente e o combate à pobreza.

Em linhas gerais, o que podemos esclarecer relativamente ao Estado do Ceará, bem como a sua capital Fortaleza, é que nos últimos dez anos os mesmos têm estado em evidência em nível nacional. Os veículos de comunicação, revistas de grande circulação, imprensa escrita e falada, mostram de forma abrangente todas as qualidades e ainda o "crescimento" pelo qual o Estado vem passando. É preciso notar, então, que existe toda uma intenção, assim como um *marketing* estrategicamente elaborado pela equipe governamental (Atual Governo das Mudanças), para melhorar a imagem do Ceará e de sua capital.

Com isso, os grupos hegemônicos estão conseguindo atingir seus objetivos, atraindo mais investimentos para o Ceará, especificamente para o setor industrial, o têxtil e o calçadista. Futuramente, com a conclusão do porto do Pecém, os grupos dos setores metalúrgicos e siderúrgicos com certeza se estabelecerão no Estado. Essa é a nova imagem do Estado empreendedor e moderno, lançada também com a intenção de atrair para o Ceará grupos investidores do setor turístico, sobretudo grupos estrangeiros, para ocupar espaços que já possuem infra-estrutura (ver, por exemplo, o projeto para o Cumbuco).

Não temos dúvida quanto aos esforços dos órgãos governamentais em trazer grupos capazes de investir em todos os setores, nem podemos afirmar que o Estado assim como Fortaleza não tenham sofrido transformações; devemos, porém, estar atentos a todo esse novo quadro.

A respeito disso poderíamos retomar o pensamento de SILVA (1998), quando ele diz que no Ceará houve uma grande dinamização nos diversos setores da economia, destacando-se o Estado no âmbito nacional, bem como sua capital, com áreas promissoras, e que nessa crise "geral brasileira o Ceará ingressa na era dos milagres, saindo da opacidade que tem sido seu papel histórico no Nordeste, se reconstruindo dessa forma uma nova imagem do Ceará" (p. 23).

Em seu ensaio, Silva nos mostra ainda um quadro bastante inovador da renda e pobreza nas metrópoles brasileiras, e assim fica bem evidente que, à medida que permite verificar a manutenção da região e, no caso, a região Nordeste, base matricial de expressivos movimentos sociais inscritos na área política brasileira, não é mera coincidência serem Salvador, Recife e também Fortaleza as três metrópoles mais pobres do país (p. 25).

O que devemos observar em relação à verdadeira realidade do Estado do Ceará, incluindo Fortaleza, é que, em alguns casos, o que é divulgado como benefícios e melhorias provenientes do discurso governamental, a exemplo de projetos e planejamentos, pode muitas vezes permanecer apenas no discurso. Áreas ou até mesmo regiões do Estado sofreram alterações; novas atividades se instalaram nas cidades do interior do Ceará, substituindo a agricultura por atividades industriais; mesmo assim os resultados ainda não alcançaram mudanças significativas, especialmente onde o nível de vida não sofreu expressivas alterações com a chegada do setor secundário. Mesmo que as mudanças tenham ocorrido, urge desmitificar essas e outras informações freqüentemente impostas pela mídia e pelos discursos oficiais.

Vejamos no caso do turismo, pois alguns espaços do litoral nordestino cearense vêm sofrendo com a imposição arbitrária desta atividade. Não podemos nos limitar a olhar com o "olhar do turista" e vermos apenas alguns aspectos melhorados, ou aqueles destinados a ser cartão postal. O governo do Estado, ao priorizar determinados projetos, esquece que outros segmentos ainda são precários e problemáticos. Ao destinar, por exemplo, recursos para o desenvolvimento de atividades turísticas, segue muito mais a lógica do capitalismo e ignora que muitos poderiam realmente ser beneficiados com estes investimentos. O Estado como órgão que viabiliza a execução de muitos projetos está de fato reproduzido, de forma integral, espaços contraditórios e repletos de desigualdades. Lembramos que esta situação já foi retratada quando estudamos Cabo Frio, Cancún e Varadero. Mas não é só isso. O litoral cearense é o exemplo concreto do mal planejamento e do corporativismo dominante entre os grupos de poder e também de investidores.

Assim, o que existe não só no Estado, mas em Fortaleza, é uma forte intenção em se executar projetos que atenderão interesses de apenas alguns grupos, dentre os quais destacamos as classes mais favorecidas e determinados visitantes. A exemplo disso poderíamos citar a situação de Fortaleza, cada vez mais consolidada como cidade turística. Ou seja, a cidade vem se organizando para atender principalmente turistas/visitantes, enquanto toda melhoria está direcionada para o lado Leste da cidade, área nobre que já possui infra-estrutura e muitos equipamentos urbanos.

Nessa perspectiva o concreto em relação à verdadeira situação do Estado, ou até mesmo de Fortaleza, é que o crescimento da população urbana, nos últimos anos, não foi acompanhado de elevação do número de empregos industriais, não atendeu, portanto, às necessidades do mercado de trabalho. As políticas para o setor de habitação não conseguiram se estender a todos, nem através dos programas de mutirões, que influenciaram no surgimento de mais favelas, ou seja, a ampliação de infra-estrutura urbana não foi capaz de acompanhar o ritmo de crescimento de Fortaleza.

Para o Estado do Ceará a indústria ainda não trouxe os resultados tão esperados, prevalecendo, pois, a grande propriedade rural, enquanto os projetos de irrigação continuam a acontecer dentro das terras dos grandes latifundiários.

Ao contextualizarmos brevemente a cidade de Fortaleza, com suas contradições, para mostrarmos a influência da Zona Oeste sobre Caucaia, discutiremos ainda particularidades sobre a capital do Estado - mito da realidade positiva explorada pela mídia.

### 2.6.1 Expansão urbana de Fortaleza: Zona Oeste, limite com o município de Caucaia

Segundo GIRÃO (1959:15), desde sua criação Fortaleza apresentou-se da seguinte forma: "Concentração demográfica oriunda do arraial que aos poucos se justapôs ao Forte Schoonenborch, Fortaleza foi bem o tipo de cidade espontânea, de desenvolvimento ligado muito mais aos fatores mesológicos do que humanos, crescendo ao tirante dos mais acentuados daqueles fatores - o Ribeiro Pajeú com sua 'água doce', o seu pequeno vale fresco, as suas barrancas e suas sinuosidades."

Lemenhe (1991:17) ao analisar a evolução desta cidade, bem como suas transformações e crescimento, fundamenta seu estudo em Oliveira (OLIVEIRA, apud LEMENHE, 1991), que faz a seguinte observação: "Todo o processo de urbanização não foi o mesmo vivido por Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Manaus, São Luís, Belém, que para ele já nasceram hegemônicas no período colonial". Essas cidades, ao longo do primeiro e segundo século da colonização, foram "instituídas vilas ou cidades reais, pontos exclusivos de nucleação da produção para o mercado externo e sede do aparato burocrático militar."

Até o século XVIII Fortaleza ficou isolada em relação às outras regiões do Estado. Essa situação decorreu principalmente do fato de o Ceará pertencer à Capitania de Pernambuco, deixando algumas áreas por muito tempo como "produtoras de bens para o mercado do litoral de Pernambuco", o que inviabilizou o desenvolvimento de atividades urbanas em núcleos como Fortaleza.

Somente por volta de 1799 Fortaleza conseguiu se desligar de Pernambuco e ter autonomia; no entanto ainda disputava com outras cidades do próprio Estado que haviam, ao longo das décadas, mantido os domínios de algumas funções. Essa disputa, porém, logo estaria definida.

Sobre esse período, LEMENHE (1991) observa: "Fortaleza como capital suplantou Aracati e constringiu o desenvolvimento de outras cidades, à medida que o crescimento econômico da província foi acompanhado pela expansão de suas funções político-administrativas." Abertura de estradas, melhoria do porto, etc. Sua hegemonia, destaca a autora, vai despontar, portanto, desde a primeira metade do século XIX. Além disso já se verifica nesse período uma concentração dos grupos político-administrativos, com a concentração de serviços de administração em geral, estabelecimentos executivos, assumindo a cidade posição de grande centro de decisões.

Lemenhe, ainda se referindo a Fortaleza, diz que a capital legitima-se como núcleo hegemônico, após “o gradativo domínio que exerceu nas trocas da província com os mercados internacional e nacional, assegurando o estabelecimento de firmas comerciais, estrangeiras e nacionais, dedicadas ao comércio externo e ao interno. Em 1862, a cidade já contava com 277 estabelecimentos”, dentre eles “escritórios de comércio, armazéns, lojas de fazendas, casas de roupas e calçados, tabernas, quitandas, boticas, açougues etc.” (p. 129).

Com a construção do porto de Fortaleza, embora precário, e o aumento das exportações do principal produto gerado no Estado, o algodão, ao longo de todo o século a cidade foi se consolidando como grande centro urbano e exportador. Assim, a expansão e o crescimento da capital vão estar associados à produção de algodão para o mercado externo, à criação do primeiro porto e ainda à ação de grupos de políticos que detinham o poder e que promoveram várias melhorias na cidade. Paralelamente a todos esses fatores, não podemos deixar de citar as inovações que marcaram o século XIX, infra-estrutura para a construção da ferrovia que promoveria com maior rapidez o escoamento do produto vindo do interior (SOUZA, 1978:98).

Sobre esse momento de Fortaleza, SOUZA (1978:99-102) acrescenta ainda que havia também a exportação de couro e pele, e que ao mesmo tempo que existiam muitas casas exportadoras, havia muitos estabelecimentos de produtos importados da Europa, “os mais variados”. Ao sintetizar o processo de evolução de Fortaleza, a autora relata o seguinte:

... pode-se verificar que transformações de ordem econômico-social e do sistema de transportes - as ferrovias ao final do século passado e durante a metade desse século e as rodovias sobretudo a partir de 1950 - explicam a evolução de Fortaleza - as vias de comunicação vieram facilitar os contatos entre as regiões favorecendo, além das atividades comerciais, um intensivo processo migratório para a capital. Este processo migratório, diretamente ligado aos problemas da economia rural do Estado, foi intensificado a partir de 1930, em parte por influência das sucessivas secas (1932, 1952, 1958, 1970).

A ocupação do espaço de Fortaleza, segundo o pensamento de Souza, ocorreu tanto para Leste como para Oeste, ou seja, “veio se realizando de forma multidirecional inexistindo eixos de crescimento que estivessem orientando a expansão das funções urbanas em determinadas orientações”. Depois observou-se que a periferia urbana parecia indicar a continuidade desse processo através dos loteamentos precariamente ocupados, onde praticamente inexistiam infra-estrutura e serviços urbanos.

1940 é o período em que Fortaleza apresentou um crescimento bastante considerável, contudo esse processo aconteceu

através da aglutinação cada vez maior dos espaços periféricos, seu crescimento será portanto de forma espontânea e desordenada. Apesar de alguns projetos de disciplinamento, sua forma vai estar associada à malha de xadrez em plano radiocêntrico, que orientou a continuidade do processo de expansão; nesse sentido a forma radiocêntrica trouxe em seu traçado as principais vias saindo do Centro e dando origem às principais rodovias que davam acesso ao interior (SOUZA, 1978:105).

Com a construção do Porto das Dragas, no fim do século passado (século XIX), e, onde hoje se localiza a ponte dos Ingleses (também conhecida como ponte Metálica, um dos atrativos turísticos mais visitados de Fortaleza), a cidade viu fixar-se o primeiro bairro com representantes da burguesia fortalezense: Jacarecanga. Segundo SILVA (1992) e GIRÃO (1959), esta elite se estabeleceu nessa zona, que também ficava próxima ao Centro, para ter acesso a todas as novidades e produtos que chegavam nos navios vindos da Europa e Rio de Janeiro. Assim como muitas cidades brasileiras, Fortaleza foi crescendo e sua evolução foi acompanhada por um "alto índice de carência no que se refere à infra- estrutura urbana" (SILVA, 1992:44).

A área do porto, por exemplo, já nas décadas de 1930 e 1940, passou a atrair não mais a burguesia, mas um considerável contingente populacional, que se fixava nesta parte da cidade, por concentrar maior número de atividades, que se estendia do Centro até a Zona Oeste da cidade, dando início ao bairro Barra do Ceará.

Quando Fortaleza viu surgir na Zona Oeste instalações industriais favorecidas pela proximidade com o porto das Dragas e ainda pela ampliação da via férrea, todas as famílias mais abastadas do bairro de Jacarecanga, primeira área nobre da cidade, se deslocaram para a Zona Leste, dando início ao bairro da Aldeota, consolidado nas últimas décadas como a principal área nobre da cidade.

Assim a Zona Oeste de Fortaleza passou a ser um espaço da população proletária, da massa assalariada, atraída sobretudo pelas indústrias que se fixaram nessa área, sendo também a zona onde passou a se concentrar o maior número de favelas.

Para a Zona Leste, o que se observou nas últimas décadas foi um intenso processo de ocupação, principalmente nas áreas que se estendem da praia de Iracema ao porto do Mucuripe. Para além dessa área - Praia do Futuro, até a praia do Caça-e-Pesca - não foi

possível uma concentração da população porque não houve maiores investimentos em equipamentos, freando assim as ações dos especuladores imobiliários. A Zona Sul, que até a década de 1980 tinha como característica a presença de chácaras e sítios, com grandes espaços arborizados, segundo SILVA (1992; 56) “vem aos poucos mudando sua fisionomia, a partir da construção de quarteirões de residência para as famílias de classe média que querem modificar sua forma de habitar, mas não possuem renda que lhes possibilite adquirir residências em bairros melhores”.

Na visão do autor ocorreu ainda, nos últimos anos nesta parte da cidade, maior valorização dos terrenos, prevendo-se assim uma refuncionalização desta zona ou até mesmo a transferência de famílias de classe média alta para essa área; entretanto isto ainda não afetou a valorização do bairro em seu conjunto.

Pesquisadores que estudam a evolução urbana de Fortaleza enfatizam muito as Zonas Leste e Oeste, exatamente por serem espaços que sempre apresentaram contradições em sua forma de se configurarem e cujas características de dinamicidade foram também presenças marcantes. A Zona Leste, por abrigar as classes mais favorecidas, e a Zona Oeste, por ser ocupada por uma população proletária. Para nosso estudo enfatizaremos principalmente a Zona Oeste, em virtude de estreita relação com o município de Caucaia e por fazer limite com o bairro da Barra do Ceará, que exerce forte influência sobre as duas primeiras praias do município: Iparana e Pacheco. Outras razões que nos levaram a destacar a Zona Oeste foi porque, além de influenciar as primeiras praias do município de Caucaia, as melhorias que estão acontecendo nessa zona puderam ainda se estender ao longo de toda de toda a orla chegando até o Cumbuco. Com esta análise, a segunda hipótese do nosso trabalho poderá ser respondida, mas a esta discussão devemos associar a questão sobre o porto do Pecém, pois todas as melhorias e ainda a construção de novas vias vêm acontecendo com o intuito de facilitar o acesso não só às praias mas também ao Complexo Industrial-Portuário do Pecém.

O porto, segundo o discurso governamental, vai gerar empregos porque irá trazer outras indústrias metalúrgicas e siderúrgicas e atrairá um setor específico de trabalho: atividades, veiculação de transportes freqüente e pesada e a polarização de uma grande concentração de pessoas. Como consequência da construção do porto, prevê-se que sua área de expansão será estendida a todas as áreas vizinhas, prolongando-se até o Cumbuco.

Mesmo antes de ser construída a Avenida Leste-Oeste, na década de 1970, o processo de ocupação da Zona Oeste já estava bastante definido, pois era cada vez mais marcante a presença de famílias, em sua maioria imigrantes fugidos da seca e da estrutura fundiária, abrigando-se em submoradias, favelas, alguns conjuntos habitacionais. Esta expansão, entretanto, aconteceu desordenadamente, desrespeitando muitos padrões urbanísticos. A propósito dessa observação, e levando em conta todos estes processos, vamos ver que Fortaleza, assim como muitas cidades brasileiras, foi crescendo e sua evolução foi acompanhada por um alto índice de carência no que se refere a infra-estrutura urbana (SILVA, 1992).

A forma como essa zona se configurou e o tipo de população que ela abrigou jamais agradaram aos grupos investidores, aos agentes imobiliários. As razões são bastante claras: o limite de Fortaleza na Zona Oeste da cidade com a município de Caucaia é definido pelo estuário do rio Ceará. Sua foz é ainda um exuberante manguezal que forma um conjunto paisagístico até então não explorado como cartão postal exatamente por ter se estabelecido nessa parte da cidade esta população de baixa renda, e ainda por ter se definido uma zona industrial.

Em entrevista, o arquiteto Antônio Lemenhe revelou que a Zona Oeste está dentro de um projeto, cuja principal transformação é a duplicação e reforma da Avenida Presidente Kennedy. Com isso, será inevitável a expulsão de diversas famílias, pois com a desapropriação de inúmeras residências "os terrenos serão valorizados e os grupos de moradores serão substituídos por outros de melhores renda." Segundo Lemenhe este mesmo processo já se verificou em áreas da Zona Leste, onde a verticalização ocorreu em meio a espaços ocupados por favelas. "Com o tempo, estas favelas acabam sendo deslocadas, como foi o caso da favela do América e Santa Cecília. Lemenhe acrescenta ainda que estas mudanças poderão ocorrer em um prazo de dez a quinze anos e, como não poderia deixar de ser, já se observam diversos conflitos na área. Primeiro, entre moradores e o governo do Estado; depois, entre governo e prefeitura. A prefeitura, neste caso, estaria do lado dos moradores, enquanto o governo do Estado pensa no potencial paisagístico, com a intenção de melhorar a área como zona turística, ou até mesmo como prolongamento da orla de Fortaleza, que sempre esteve dentro de uma tendência que atende mais à população de alta renda e, nas últimas décadas, às funções turísticas.

Um empreendimento já foi realizado: a construção da ponte sobre o rio Ceará,<sup>14</sup> que liga a cidade de Fortaleza a Caucaia, cujo primeiro benefício foi a diminuição da distância entre Caucaia e Fortaleza, tanto para quem utilizava as praias do município para o lazer, como para os moradores do litoral de Caucaia que trabalham em Fortaleza.

Sobre a construção da ponte, Lemenhe faz uma observação que pode ser aplicada a outros projetos, sobretudo os ligados à atividade turística: "O que guia os grupos que projetam esses empreendimentos é a visão comercial e não ecológica ou paisagística. O projeto da ponte é apenas funcional para facilitar o acesso; o rio Ceará e seu estuário não foram preservados, o rio não foi visto com seu potencial, sua beleza cênica."

Os primeiros problemas relativos à construção da ponte já começam a acontecer, pois a forma como foram posicionadas as colunas de sustentação vem provocando o assoreamento do rio e em consequência as embarcações estão ficando encalhadas e os pescadores precisam esperar a maré encher para poder movimentar os barcos. Barqueiros que faziam a travessia da Barra do Ceará para o lado de Caucaia, e tinham essa função como fonte de renda, já não podem executar esta tarefa. Logo após a construção da ponte, foi necessária a construção de uma via que desse acesso à CE-090, construída há quinze anos.

Para essa nova via ser construída houve a remoção de muitas residências, sítios, casas de veraneio e chácaras. Esta situação prejudica os proprietários, que não receberam a devida indenização; no entanto favorece ainda mais os especuladores imobiliários que sempre atuaram na área, tanto que foi bastante considerável o aumento dos loteamentos em Iparana, Pacheco e em todas as praias próximas ao Cumbuco.

O que devemos entender é que estas áreas passaram a ser especuladas, obedecendo à lógica do capital imobiliário. Quando tratamos de algumas particularidades de praias do município de Caucaia, vemos o seguinte: o Icaraí foi a zona que teve um adensamento urbano mais forte, sua verticalização foi bastante intensa, o que favoreceu a transferência de algumas famílias para o local. Esta nova situação, no entanto, não foi positiva, porquanto, na visão de ambientalistas e estudiosos, o processo ocorrido foi irregular e desordenado. Toda essa região, que acompanha a CE-090 e vai até o

---

<sup>14</sup> A ponte sobre o rio Ceará foi construída em 1994 e desde o início causou conflitos entre os dois municípios, relativos aos lucros do pedágio. Não temos dúvida quanto a sua funcionalização, tanto para o turismo quanto para o porto do Pecém, ou até mesmo para facilitar o deslocamento daqueles que vão eleger o município de Caucaia como moradia, fato que já se verifica desde a década de 1970. O que queremos deixar claro é que a construção da ponte dá início ao grande marco das modificações previstas para a Zona Oeste de Fortaleza.

Cumbuco, atraiu muitos equipamentos urbanos - lojas, supermercados, bares, restaurantes - e alterou um vasto campo de dunas, aterrando riachos e expulsando os pescadores. Além disso, o fluxo nessa praia só ocorre de fato nos fins-de-semana, feriados, ou época de férias. O Icaraí, em outros períodos, é identificado como uma "cidade fantasma". A praia da Tabuba, que antecede o Cumbuco, é a que mais tem terrenos à disposição da especulação imobiliária. Ao chegarmos ao Cumbuco, o que vemos é outro quadro: prevalecem as mansões, em sua maioria de proprietários residentes em Fortaleza, em outros estados ou até mesmo em outros países (ver figura 4).

Após mostrarmos a expansão urbana referente à Zona Oeste de Fortaleza, bem como todos os processos ocorridos nessa região, as informações obtidas nos deram condições para acreditarmos na possibilidade de toda a região do município de Caucaia estar dentro de uma zona que sofreu influência, onde poderá se intensificar o uso do solo para outros fins, além dos projetos turísticos já existentes. Estamos falando da Região Metropolitana de Fortaleza e de uma área que tem contigüidade com Fortaleza. O que vem se configurando não é muito diferente do que ocorre em outras Regiões Metropolitanas do país. Áreas que foram destinadas a determinadas funções irão passar por transformações. Dentre estas, podemos citar as relações de trabalho, as mudanças nas atividades tradicionais e ainda a refuncionalização do município como um todo, tal como observamos nos três complexos turísticos estudados.

Quando falamos da Região Metropolitana de Fortaleza é preciso ressaltar que até a década de 1970 não havia uma relação muito intensa entre os municípios que a compõe e a capital, contudo uma nova situação vem se configurando.

A Região Metropolitana de Fortaleza foi institucionalizada oficialmente em 1973, mas todos os seus municípios sempre tiveram uma característica de espaço agrário, onde se destacava a produção para escoamento para os mercados de Fortaleza ou para subsistência, pois nestes municípios o que sobressaiu foi a agricultura de subsistência. Outra característica freqüente é a atividade comercial que, mesmo incipiente, traz certo dinamismo à economia. Atualmente, o que se percebe nos arredores destes municípios é o surgimento de algumas indústrias, especialmente dos setores calçadistas, têxteis, alimentos, bebidas, de montagem e até de CDs, como é o caso de Caucaia, onde, por esses motivos, os espaços mais distantes da sede passam a funcionar como sítios e chácaras que abrigam moradores de Fortaleza.

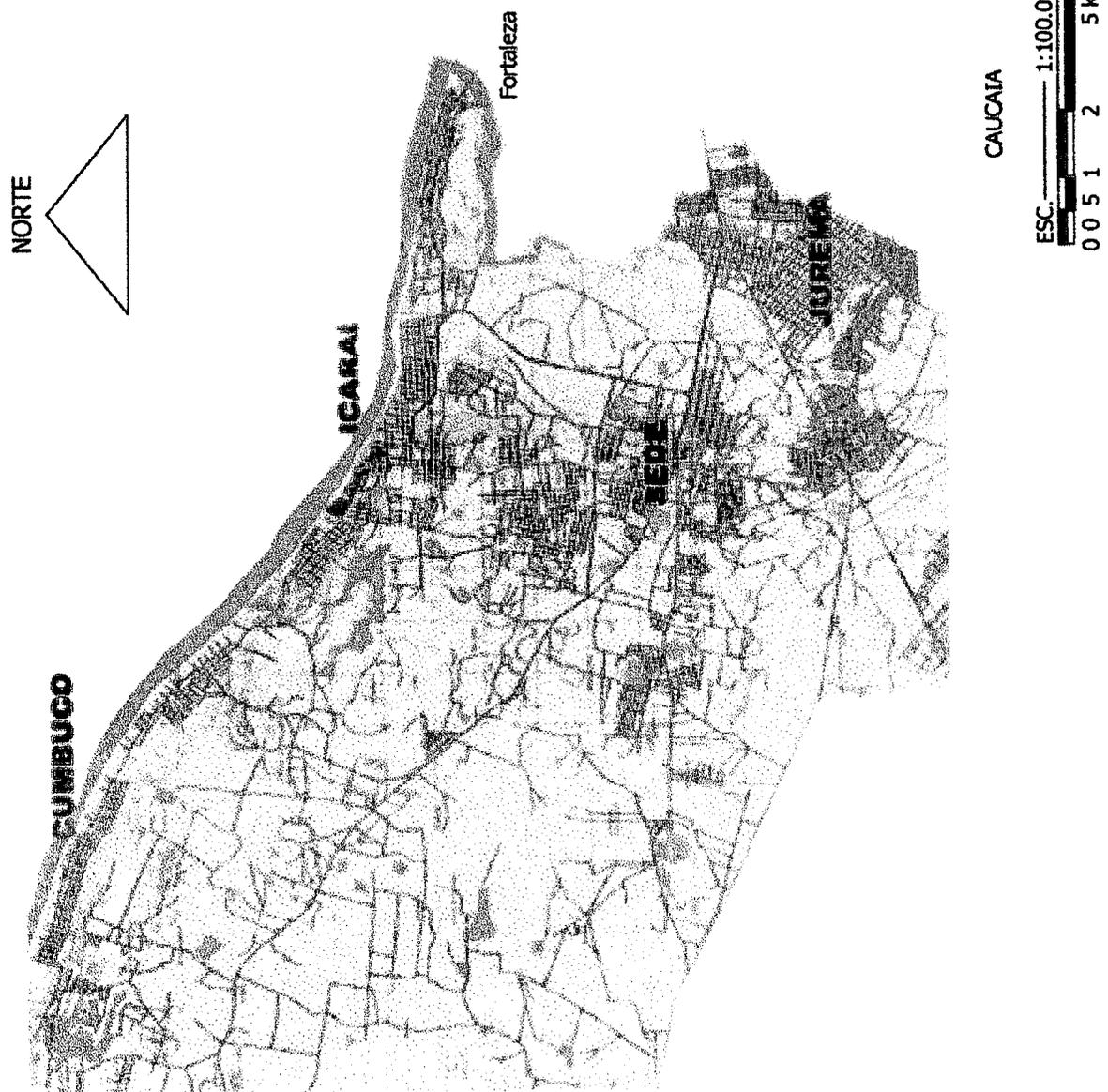


Figura 4 - Adensamento das Praias do Cumbuco e Icarai  
Fonte: PDDU/Caucaia.

Ao ser oficializada, a Região Metropolitana acabou por comprometer uma série de atividades, as denominadas tradicionais. Em Caucaia não só a agricultura mas também a pesca foram bastante alteradas.

Segundo OLIVEIRA (1999:19):

A criação da Região Metropolitana de Fortaleza baseou-se em um planejamento funcionalista, que foi seguido de mudanças profundas no uso e ocupação dos solos intermunicipais, implicando em uma reestruturação física dos municípios, que passaram a receber mais impostos. Todos os espaços, fossem eles no interior fossem eles no litoral. O que acabou também por comprometer a agricultura metropolitana, ou melhor, os cinturões verdes com cultivos de hortifruticultores, voltados para o abastecimento do mercado metropolitano.

Estas informações podem ser complementadas da seguinte forma:

A falta de planos de organização territorial nestes municípios vem acarretando sérios problemas quanto ao parcelamento, uso e ocupação do solo metropolitano, principalmente quanto à perda de áreas rurais para o uso urbano, além da descaracterização das praias e da implantação desordenada de conjuntos habitacionais, concentrados predominantemente na periferia de Fortaleza, como os encontrados no distrito da Jurema em Caucaia (IPLANCE, 1999:22).

SOUZA (1978) em seu trabalho sobre Fortaleza ressaltou não existir uma diversificação das estruturas e funções urbanas capaz de

irradiar um dinamismo econômico-social nos municípios vizinhos, que pudesse provocar a intensificação dos relacionamentos... As relações no conjunto definido como Região Metropolitana de Fortaleza (município de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz,<sup>15</sup> estão ainda longe de ser caracterizadas como dinâmicas, tendo em vista a própria estrutura ocupacional e o baixo nível da população (1978:132). (Ver figura 5).

No final da década de 1970 e começo da de 1980, observa-se ainda grande participação dessa população no setor primário, embora incipiente no setor secundário, apenas 14% para Maranguape e Caucaia; no entanto, ressalte-se: a indústria que prevalece é de caráter artesanal (OLIVEIRA, 1999 e SOUZA, 1978).

---

<sup>15</sup> Atualmente a Região Metropolitana de Fortaleza é composta por Caucaia e pelos seguintes municípios: Eusébio, Aquiraz, Itaitinga, Guaiúba, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba. Mais recentemente foram integrados os municípios de São Gonçalo do Amarante e Horizonte.

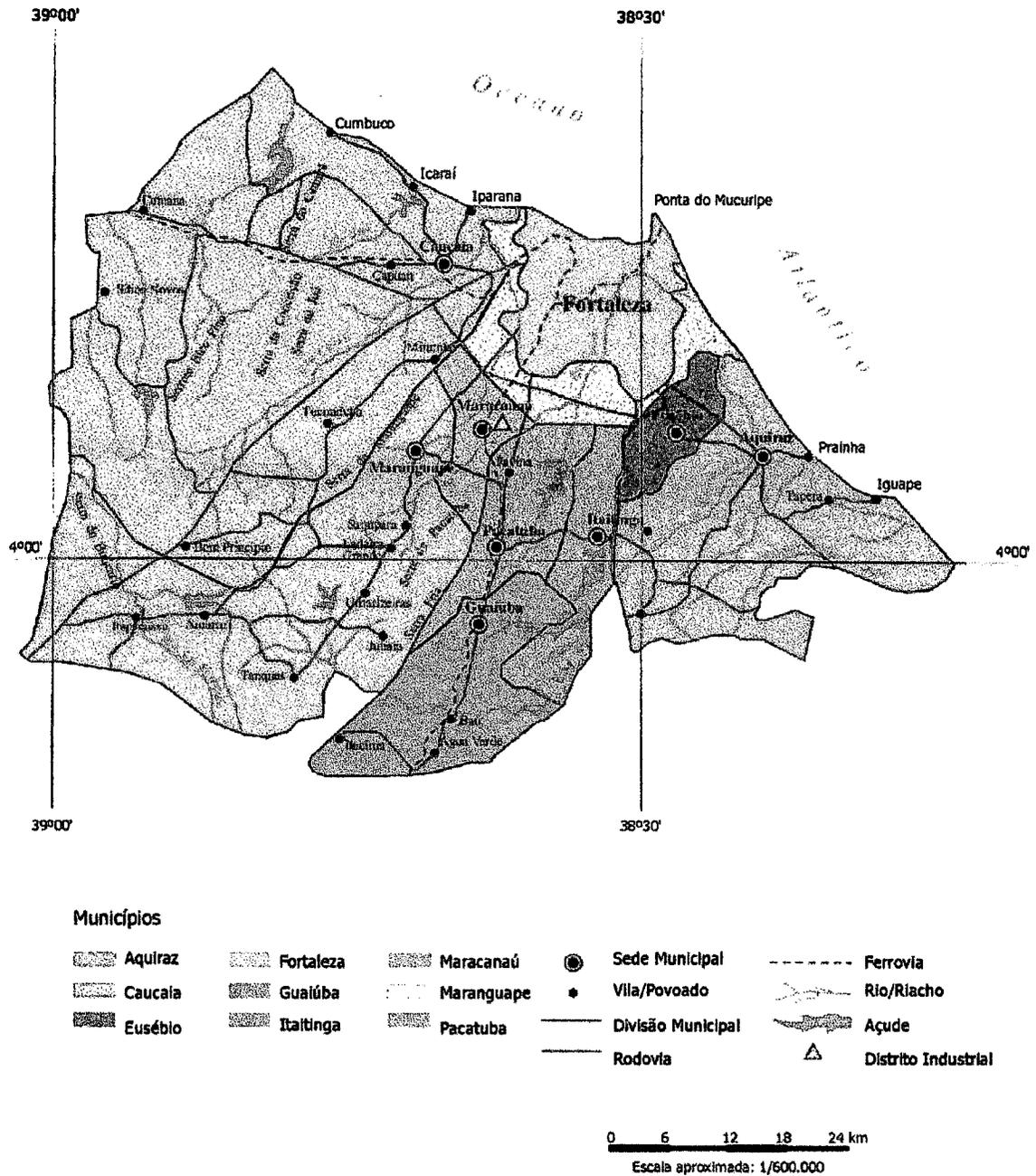


Figura 5 - Divisão Municipal - Região Metropolitana de Fortaleza - 1995

Fonte: Projeto SINFOR, 1995.

O que se observa, e tendo em vista as falhas em outros setores da economia, é que Caucaia, assim como Fortaleza, vem tentando adotar o turismo como saída para os entraves econômicos, sobretudo por possuir extenso litoral.

Tratando-se especificamente do Cumbuco vamos perceber que nem através do turismo os problemas sócio-econômicos estão sendo resolvidos e, como ressaltam alguns autores, o que pode ser uma solução traz na verdade problemas. Após visitarmos órgãos competentes envolvidos com esses projetos, observamos que os mesmos integram um jogo de interesses que vai beneficiar grandes empreendedores, em detrimento de outros, refletindo-se na falta de organização do resto dos espaços, como pode ser perfeitamente visualizado, no próximo capítulo.

### **3 A PRAIA DO CUMBUCO NO CONTEXTO DO LITORAL CEARENSE<sup>16</sup>**

O objetivo deste capítulo é contextualizar o Cumbuco dentro do litoral cearense, resgatando um pouco a história do lugar, complementando com novas informações adquiridas em campo. Posteriormente traçamos também um paralelo entre os dados colhidos na comunidade e os capítulos anteriores.

#### **3.1 O Cumbuco na Atualidade. Desenvolvimento Local e Conseqüentes Transformações**

Até 1779 o município de Caucaia era vila e chamava-se Novo Soure, nome da Freguesia do Bispado de Coimbra. No entanto, só a partir dessa data, passou a se denominar Caucaia, palavra indígena que significa "mato queimado". A comunidade do Cumbuco, que se localiza nesse município, surgiu aproximadamente na década de 1920.

De início a história desse povoado está associada a um pescador que, insatisfeito com a vida que levava em Fortaleza, decidiu procurar outro lugar para desenvolver sua atividade. Por conhecer todo o litoral próximo e sabendo da existência de muitas praias desertas, resolveu estabelecer-se em uma não muito distante de Fortaleza. Utilizando como transporte sua própria jangada, mudou-se com a família para essa praia, mais tarde denominada Cumbuco. O lugar era totalmente deserto pois não havia acesso, a não ser pela beira da praia se a maré estivesse baixa. A pesca era abundante tanto no mar quanto nas lagoas. Com o passar do tempo essa praia, onde viviam apenas esses moradores, passou a receber outras famílias que vinham de longe trazidas por notícias de pescadores que já conheciam o local.

Conforme relato, as primeiras famílias a chegarem apossavam-se das terras "pois essas não tinham donos". A maioria era de pescadores, que encontravam na praia grande fartura de peixes.<sup>17</sup> Plantavam coco e, além de consumi-lo e comercializá-lo, utilizavam as palhas como telha para cobrir suas casas, situadas a beira-mar, todas com uma "puxada", local que servia para guardar os barcos para protegê-los do sol e da chuva.

---

<sup>16</sup> As informações contidas neste capítulo foram extraídas de PINHO (1981), *A atuação do capital imobiliário em um distrito pesqueiro cearense*, monografia para obtenção do título de bacharel em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

<sup>17</sup> Não se pesca hoje, no litoral, a quantidade de peixes que se pescava há duas décadas, principalmente porque o pescador está abandonando esta atividade, por várias razões: além da falta de interesse do pescador, existe a concorrência entre a pesca predatória e a pesca industrial, que arrastam do mar quantidade de peixes em grande escala. É comum em muitas comunidades litorâneas os bares e restaurantes só possuírem peixes congelados ou vindos de colônia de pescador de Fortaleza. Este problema é extensivo tanto ao litoral Leste como Oeste. Aqueles pescadores que insistem em se manter na atividade reclamam muito da falta de apoio dos órgãos competentes, que não incentivaram através de investimentos esta atividade tradicional.

Além da pesca artesanal, a vila possuía uma economia de subsistência. Como cada família era posseira de um pedaço de terra, desenvolvia-se uma agricultura de subsistência e plantava-se feijão, milho, batata-doce, mandioca, jerimum (abóbora), existindo ainda pequena criação de animais (galinhas, porcos). A comunidade tinha seu auto-sustento e o pequeno comércio se dava com a troca do que era produzido no local, enquanto “esses pescadores viviam em uma situação de relativa fartura”.

A principal fonte de renda da comunidade era a pesca no Cumbuco porém estritamente artesanal, sendo a técnica mais utilizada a pesca de rede, denominada pelos pescadores de caçoeira. Pescavam basicamente o peixe, usando processos rudimentares não só na captura, mas também na conservação e comercialização.

A relação de trabalho ocorrida na vila era da seguinte forma: os pescadores, em sua maioria, eram autônomos ou empregados diaristas de outros pescadores donos de seus barcos. Às vezes esses proprietários eram também os marchantes ou mestres intermediários na comercialização de todo o peixe pescado. A distribuição desse peixe era praticamente de responsabilidade do marchante, que exportava quase toda a produção para Caucaia, ou seja, 75%. Os 25% restantes eram divididos e comercializados na vila.

Mas estas relações nunca foram harmônicas. A parte comprada pelo marchante quase não oferecia vantagem aos pescadores, pois, além de não dar segurança quanto ao pagamento, caso o peixe viesse a apodrecer, eles corriam o risco de toda a mercadoria ser levada pela polícia, uma vez que não possuíam licença para a venda de peixe nas proximidades.

Outra opção que funcionava como fonte de renda da família era a confecção de rendas, labirintos e bordados feitos à mão, comercializados em Caucaia, ou levados para as boutiques de Fortaleza, e mais tarde vendidos pelos próprios moradores aos visitantes que iam ao Cumbuco.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Até a década de 1980 as comunidades de praia do Ceará foram locais onde se produzia o artesanato feito de renda, labirinto, bordados, etc. Atualmente não mais encontramos as artesãs (rendeiras) nas portas de suas casas praticando esta arte, o que era muito comum. “O artesanato não é mais ensinado para as filhas mais jovens. Elas não têm interesse em aprender, preferem ir para as barracas ser cozinheiras, servir os barões, ou namorar com os turistas”, nos revelou Dona Maria Pereira, moradora do Cumbuco, uma das poucas rendeiras que ainda insiste no ofício. Outro problema, segundo a moradora, é que “ninguém passa mais pela comunidade como antes. Andando pelas ruas, os turistas são levados para os restaurantes onde os produtos artesanais são comprados nas lojas das barracas. Do que produzimos não vendemos quase nada; eu ainda faço porque gosto muito e tenho uma compradora de Fortaleza”. Ao visitarmos o maior centro de artesanato de Fortaleza, descobrimos que as peças vendidas estão vindo, em sua maioria, dos municípios do interior do Estado - Baturité, Pacatuba, dentre outros.

As relações sociais, não só na vila do Cumbuco, mas em todas as vilas do litoral, sempre foram de estreita amizade entre os moradores, contando ainda que em quase todas as comunidades pesqueiras existe parentesco entre eles. O respeito entre os mais velhos é outra característica, pois estes assumem o papel de conselheiros e mediadores nas desavenças que por acaso aconteçam e seus conselhos sempre são obedecidos.

De um modo geral, as atividades de pesca, agricultura e artesanato eram praticamente o cotidiano dessas pessoas; a opção de divertimento, entre as mulheres, resumia-se a conversa simples com as amigas ou com os homens que freqüentavam os botequins ou bodegas para beber cachaça e jogar conversa fora. Uma vez por ano todos se reuniam na festa de São Pedro, para saudar o santo padroeiro dos pescadores, acontecimento que reunia pessoas de toda a comunidade, bem como da vizinhança.

Em período anterior à década de 1950 a vila do Cumbuco era totalmente desprovida de infra-estrutura: não existiam estradas, luz elétrica, postos de saúde, enquanto as casas eram feitas de palha e não possuíam banheiros; só havia uma escolinha onde as crianças aprendiam a soletrar e contar. Quanto à alimentação era constituída de peixe, feijão, arroz, batata-doce e milho.

Na década de 1950, esse quadro começa a se transformar, pois a vila passa a pescar lagosta, que logo entrou em decadência, embora a pesca desse crustáceo tenha favorecido o aumento da renda dos pescadores, tanto que "alguns chegam até a rasgar dinheiro, ou ainda acender o cigarro feito com cédulas só para mostrar que tinham muito dinheiro" (PINHO, 1981:13).

Foi ainda nessa época que a vila do Cumbuco construiu suas primeiras casas de tijolos. Nesse período o lazer dos pescadores limitava-se a corridas de cavalos, cujos animais haviam sido comprados por eles mesmos. Outra novidade invadia o local: os rádios de pilha adquiridos por todos os moradores.

As mudanças se aceleram ao entrar em cena, no final da década de 1970, a Cumbuco Empreendimentos Ltda., que loteia toda a área e dela se apropria. Nessa fase, em decorrência da melhoria de acesso, passa a se verificar a procura por Cumbuco e o aumento do fluxo de turistas. A área ocupada por 120 famílias na época era de 100 ha, mas após a apropriação de terras pela construtora restou-lhes apenas 50%. Com a falta de espaço, quarenta famílias se deslocaram para outros lugares, enquanto as oitenta famílias restantes se estabeleciam em área mínima.

O crescimento natural da colônia e o aumento do fluxo de pessoas rapidamente provocam novas alterações no espaço físico do Cumbuco. Com a valorização das terras pelo capital mobiliário e com a criação de infra-estrutura, que nesse caso não iria atender somente aos turistas, mas também à própria comunidade, alguns moradores se vêem obrigados a sair de suas terras à procura de outros locais, dentre eles, Fortaleza.

A apropriação das terras e conseqüente expulsão de alguns moradores dessa praia se dá a partir da dominação das imobiliárias que se estabeleceram no local. Por ser essa faixa de terra pertencente à União, as imobiliárias recorrem à Capitania dos Portos, onde requerem um documento que lhes garanta o direito de propriedade; antes de ter esses documentos em mãos, elas conseguem convencer os moradores de que são herdeiras de toda a praia do Cumbuco, tomando a decisão de doar para os nativos, considerados posseiros desde então.

Essa área, que tinha valor de uso pela vila, passa agora a ter valor de troca, e com a especulação imobiliária o solo se transforma em mercadoria, como forma de acumulação para capitais futuros. Não só a natureza, mas a vida tranqüila e pacata dessa comunidade transformam-se em produtos que passariam a ser consumidos por novos visitantes, fossem eles moradores de segunda habitação, turistas ou visitantes dos fins-de-semana. Nessa perspectiva, podemos afirmar que além da intensificação da comercialização de terras no Cumbuco, a atividade turística esteve também presente desde que a melhoria de infra-estrutura passou a acontecer. Assim "o turismo passa a produzir cada vez mais espaços, e, desse modo, praias, montanhas e campos entram no circuito da troca apropriada, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas" (CARLOS, 1996:25).

Com a veiculação de imagens sobre a vila do Cumbuco e o aumento dos empreendimentos (loteamentos, construção de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, etc.), essa comunidade vai rapidamente se (re)estruturando. Em 1980, apenas 40% dos moradores continuavam na atividade da pesca artesanal, mas com o aumento da construção de casas de veraneio, os moradores substituíram a pesca pela construção civil, ou pela função de caseiros ou de garçons.

Algumas mulheres deixam o artesanato e até aquelas que não tinham ocupação passam a ser faxineiras ou cozinheiras. Mudam-se as relações de trabalho, aumentam os problemas relativos ao meio ambiente, causados sobretudo pelas construções irregulares, intensifica-se a degeneração da cultura local, perde-se espaço físico.

Do trabalho de PINHO (1981) até a atualidade já decorreram quase vinte anos. No momento em que executávamos a pesquisa de campo, percebíamos claramente, mesmo antes de termos completado esta etapa do trabalho, que a comunidade do Cumbuco passou por transformações ainda mais consideráveis, as quais apresentaremos à medida que formos aprofundando nosso estudo. A questão que colocamos agora, e que pode nortear ainda mais esta pesquisa é a seguinte: Teve ou não o Cumbuco seu desenvolvimento local? Em que dimensão isso ocorreu? Quais as conseqüências trazidas para a comunidade em face da inserção do turismo? Como vem se configurando o espaço do Cumbuco?

*A priori*, e tendo em vista as informações colhidas em campo, vamos perceber que a comunidade do Cumbuco passou por transformações sim mas não foram aquelas tão esperadas pelos moradores, ou como estava proposto nos documentos oficiais. As entrevistas mostram evidentemente que as supostas melhorias que viriam juntas com a atividade turística até hoje não se concretizaram; mesmo assim muitos moradores ainda acreditam que possam lucrar com o turismo.

Quando perguntamos se o turismo é negativo ou positivo, mesmo estando claro que esta atividade bem como a comercialização de terras de certa forma desintegraram a comunidade, apenas 4% dos entrevistados disseram ser o turismo negativo. O restante permanece favorável, apesar da contradição, ao afirmarem que ainda não viram nenhuma mudança, melhoria, ou aumento de renda provenientes desta atividade.

No que diz respeito às mudanças ocorridas no local, observa-se terem estas suas raízes vinculadas não só à presença da atividade turística mas também à intensificação dos empreendimentos imobiliários. Ao longo das últimas décadas, suas características de comunidade de pescadores foram perdendo paulatinamente a identidade a partir da chegada de novos agentes e de novas atividades.

O impacto e a contradição verificados ao chegarmos a nossa área de estudo é que o Cumbuco está mais para uma população pobre marginalizada, "espremida" pelo mar e pelas "mansões dos barões" (denominação aplicada pelos próprios moradores às casas de veraneio, em sua maioria de pessoas residentes em Fortaleza), do que para uma simples comunidade de pescadores.

As melhorias que chegaram ao Cumbuco, ou seja, abastecimento d'água, eletricidade, estradas, etc., só se tornaram possíveis com a intervenção de empresários do setor imobiliário que passaram a atuar na área. O procedimento destas imobiliárias foi

apropriar-se das terras, driblando os moradores, apresentando escritura do terreno, incitando de alguma forma os nativos a venderem suas casas ou "permitindo" que esses "ficassem em suas terras" nas casas de alvenaria construídas pelas construtoras, criando a situação de "morar de favor".

Ao tratarmos especificamente a problemática da terra no Cumbuco, vamos perceber que a questão, excetuando-se algumas particularidades, obedece ao mesmo padrão dos problemas que a questão agrária enfrenta no país. Nesse sentido a problemática existente no Cumbuco pode ser entendida como nos coloca Martins (apud FERNANDES, 1996:55): "A racionalidade econômica e a política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais" (e nesse sentido poderíamos estender aos pescadores do Cumbuco, que há vinte anos possuíam em seus terrenos bastante espaço para desenvolver agricultura de subsistência), "como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país".

### **3.2 Especulação Imobiliária e Estrutura Fundiária**

À medida que vamos conhecendo a história da comunidade, observamos que a presença das imobiliárias ia se fortificando e se legitimando cada vez que o Estado ou até mesmo a prefeitura de Caucaia melhoravam a infra-estrutura do local.

Diante disso, o procedimento adotado pelos especuladores, a princípio foi, oferecer dinheiro pelas terras dos nativos. Muitos, acreditando poderem estar fazendo um bom negócio, se desfizeram de suas terras, passando a morar em locais distantes do mar (distantes de seu local de trabalho), ou, como muitos fizeram, deslocando-se para Fortaleza, para tentar outras atividades. A respeito desta situação, muitos moradores, ao serem indagados sobre antigos moradores, responderam que "alguns nativos se arrependeram, queriam voltar para o Cumbuco, mas agora era tarde, todas as terras pertenciam às imobiliárias que estavam comercializando terrenos e agora eles custavam muito." Dos moradores entrevistados, 70% ainda recebem proposta de compra de suas casas.

Atualmente é possível visualizar claramente os propósitos deste comércio no Cumbuco. O mercado imobiliário, na década de 1970, ao se apossar da comunidade e dos terrenos circundantes, estava especulando sobretudo para comercializações futuras.

Insistimos na teoria das práticas espaciais apenas para reforçarmos a intenção que se coloca já neste momento porque este espaço foi apropriado exatamente no período em que estavam surgindo os projetos e intensificando-se os investimentos turísticos no Nordeste e também no litoral do Ceará. Eles se apropriaram dos lugares, mantiveram essa posse através de documentos conseguidos via Capitania dos Portos e prefeitura de Caucaia, loteando os terrenos, assegurando dessa forma que nenhum nativo se apossasse dos mesmos e garantiram também áreas vizinhas para os maiores investimentos turísticos, como é o caso de futuras construções que exigem uma vasta área.

As razões principais de todo esse processo que vem ocorrendo são a existência da matéria-prima (paisagens naturais) freqüentes no Cumbuco e a oferta turística que viabiliza a atividade do turismo no local.

Com o reconhecimento da situação atual do Cumbuco, vamos constatar que o que ocorre na comunidade é uma demonstração clara dos impactos que a chegada de agentes externos causou ao serem incorporados. Assim, o que percebemos é a forte presença de espaços diferenciados e bem definidos, além da existência de um espaço desigual, levando-se em conta seus aspectos sociais, culturais e econômicos, causados sobretudo pelo imediatismo como se procederam as mudanças no local.<sup>19</sup>

Nas comunidades litorâneas sempre foi uma tradição que os filhos de pescadores ao se casarem construíssem suas casas nos terrenos disponíveis à beira-mar e dentro da própria comunidade. Com a "doação" das casas de alvenaria e a apropriação indevida dos terrenos na área do Cumbuco, a situação das novas famílias de pescadores que venham se constituir torna-se caótica.

O espaço para os futuros casais ficou limitado a esse pequeno aglomerado de casas doadas. Como ressaltamos no capítulo 1, item 1.1.6 a área para os nativos é mínima, sendo muito comum encontrar pessoas disputando uma minúscula área, ou seja, é possível encontrar mais de quinze pessoas dividindo uma casa de dois cômodos. Os terrenos que deveriam pertencer aos filhos dos pescadores foram negociados e vendidos para moradores de Fortaleza, de outros estados ou até mesmo de outros países. Ademais, nestes espaços estão localizadas as casas de veraneio, "mansões dos barões", e ainda grandes áreas reservadas para estacionamentos.

---

<sup>19</sup> Não pretendemos afirmar que a comunidade deveria manter-se à margem, sem experimentar os "avanços" das "sociedades modernas". Contudo queremos chamar a atenção para o imediatismo com que foram inseridas novas atividades, novos hábitos, novos valores e que dessa forma a população não acompanhou os avanços. O que houve de imediato é que os resultados não foram muito satisfatórios, nem aqueles esperados pelos nativos.

Atualmente a proposta da prefeitura de Caucaia e de empreendedores é: "Aqueles moradores que não conseguirem morar no núcleo da vila que se mudem para uma localidade chamada Barro Preto, distante 7 km do Cumbuco"; o caminho ao ser feito pelas dunas diminui a distância em 4 km, mesmo assim não melhora em nada a vida dos pescadores. A questão que se coloca é a seguinte: Como vão os pescadores transportar seu material de pesca, bastante volumoso e pesado, seja pela estrada ou pelas dunas? A atividade da pesca, como se sabe, é extremamente cansativa e sofrida, pescadores passam até uma semana em alto mar. A reclamação dos pescadores é que, além de não poderem estar próximos da praia e de suas jangadas, pior ainda vai ser "carregar por um longo pedaço de chão toda a tralha da pesca" (Sr. Jovino, pescador). Estamos aqui nos referindo àqueles pescadores que ainda insistem na atividade.

Um fato interessante e curioso foi acrescentado por um morador e confirmado por outros entrevistados, em relação ao episódio das casas "doadas" pelas imobiliárias. "Quando entregaram as casas para os moradores, o governador veio e inaugurou as casas. Ele disse que as pessoas não iam pagar imposto nenhum, depois com a troca da prefeitura, os impostos passaram a ser cobrados, sendo ainda muito caros" (Sr. Francisco Antônio, pequeno comerciante).

Ao interrogarmos os proprietários das imobiliárias como conseguiram as escrituras para a venda dos terrenos, responderam que era só ir à prefeitura de Caucaia que os documentos eram liberados facilmente. Para os moradores, a situação é bem complicada em relação à propriedade de suas casas, 70% dos entrevistados não possuem nenhum registro ou documento. Quando fazíamos as entrevistas com os moradores e perguntávamos sobre a questão dos terrenos ou das casas logo ficava aparente a preocupação dos nativos, porquanto eles vêm ao longo dos últimos anos perdendo além dos espaços o poder sobre suas casas.

Durante as entrevistas aconteceu outro fato bastante curioso. Os nativos pensavam que nós tínhamos o poder de conseguir na prefeitura de Caucaia as escrituras de seus terrenos. Foi difícil explicar para eles o que realmente estávamos fazendo ali.

A questão da terra no Cumbuco, ao que parece, irá permanecer por mais tempo. Sabendo disso, a prefeitura de Caucaia, juntamente com as imobiliárias, vem lançando uma proposta para os moradores, como mostrou a reportagem do jornal O POVO (12/1/2000): "os moradores do Cumbuco irão receber tintas coloridas para pintar suas casas, todo o material será doado pela prefeitura e imobiliárias". A idéia, segundo o

jornal, deixou os nativos bastante felizes, pois suas casas ficariam com uma aparência melhor. Para os que possuem casa de veraneio no Cumbuco, para os especuladores ou apenas para aqueles que passam pela comunidade, a idéia foi bastante positiva.

Queremos chamar a atenção para o seguinte: os nativos do Cumbuco não querem se desfazer de suas casas. A vila, em relação às outras casas e mansões do local, apresenta grandes diferenças; para muitos as mesmas têm uma aparência "feia, suja" e deteriorada. Com a pintura, a área ficaria com um aspecto limpo, melhorando a aparência do local, o que seria muito positivo diante daqueles que visitam o lugar.

Os conflitos que envolvem a problemática da terra no Cumbuco podem ser entendidos com a simples observação de uma moradora: "muita gente quer comprar nossas terras. No Cumbuco de antigamente não tinha isso não, os ricos que compraram nossas terras construíram casas e muita gente foi embora. Os ricos não querem deixar os pobres construir as casas perto do mar. As pessoas que foram embora hoje choram pra voltar. Com o turismo tudo ficou caro. Só tem terra para os ricos, para os pobres, não" (Sra. Chiquinha, doméstica).

Quando falam das casas de veraneio, 60% acham que foi positivo, mas apesar do bom relacionamento que têm com os veranistas, estes não trouxeram empregos: "O turismo ou as casas dos barões nunca trouxeram muitas coisas para nós. Só quando está na alta estação é que melhora um pouco; na baixa estação, aquelas pessoas que só querem trabalhar com o turismo passam fome. Os barões chegam no fim-de-semana, ficam dentro das casas e não vêm para as barracas, algumas pessoas aqui do Cumbuco até trabalham como caseiro e cozinheira, mas a maioria, quem traz o trabalhador é o próprio dono de casa (Sr. Manoel Francisco, aposentado).

Podemos nortear agora nossa discussão, considerando que o Cumbuco deixa de ser um espaço de uma comunidade que tira da pesca seu sustento, deixa de viver seu dia-a-dia de "comunidade tradicional" para se transformar em um espaço condicionado pela especulação imobiliária e pelo turismo: neste aspecto deve-se entender ainda que este "espaço social" passa a incorporar valores a tudo que nele existe, não só nos aspectos físico-ambientais, mas ainda na própria vida do nativo que se transforma em atrativo e adquire função de espetáculo para os que de fora chegam.

Se os grupos responsáveis pelos investimentos: instituições privadas, públicas ou até mesmo o capital internacional, apostam no "desenvolvimento" como principal meta a

ser atingida, caberia aqui o questionamento: Tendo em vista que a problemática da terra se apresenta no Cumbuco bastante conflituosa, este desenvolvimento está atendendo ou vai atender a quem?

Ao mostrarmos na prática outras particularidades do Cumbuco, além de respondermos às questões anteriormente colocadas, poderemos verificar a verdadeira tendência que se coloca para a região, sendo possível vermos também como está se dando o desenvolvimento local condicionado pelo turismo, quem está se beneficiando e, ainda, quais as conseqüências advindas da atividade turística, considerando a forte atuação dos especuladores imobiliários.

### **3.3 O Espaço Turístico do Cumbuco: sua Realidade, seus Conflitos e suas Contradições**

Mas como é de fato o espaço turístico do Cumbuco? Será possível afirmar na prática que a área do Cumbuco é realmente um local turístico? E como as políticas públicas contribuem? Categoricamente, depois de conhecermos a problemática local, podemos dizer que esta comunidade apresenta uma realidade repleta de contradições.

O município de Caucaia, diferentemente de outros municípios do Estado, não possui secretaria de turismo, mas um órgão denominado Fundação de Desenvolvimento do Turismo e da Cultura. A Dra. Rosanni Guerra, assistente da presidência, foi a pessoa responsável por nos informar dos projetos turísticos para o Cumbuco.

Em linhas gerais, o que ficou claro é que existem vários projetos para esta praia, no entanto, a preocupação da Dra. Rosanni Guerra é a desorganização por parte da comunidade, o que faz com que ela perca seu "grande potencial que não está sendo aproveitado", afirmou.

Quanto aos projetos mais específicos, segundo a entrevistada, existe uma parceria da prefeitura de Caucaia com equipes do PRODETUR-CE, órgãos como o SEBRAE, SINE-CE, BNB, SEMACE., cujo objetivo é operacionalizar as atividades, para que os mesmos possam ser executados. No caso do SEBRAE e do SINE-CE, estes atuariam no preparo dos moradores para a atividade turística, qualificar aqueles que já têm conhecimento, melhorar o centro artesanal existente no Cumbuco, etc. Instituições bancárias, como o Banco do Nordeste, entrariam com os investimentos e a SEMACE, principal órgão relativo ao meio ambiente, atuaria na liberação dos projetos depois da análise ambiental feita através de RIMAS.

Tratando-se do PRODETUR-CE, principal projeto que abrange todo o Estado, as realizações, até o momento da entrevista, consistiam apenas na construção de uma estrada que passa por dentro do município de Caucaia e que daria acesso até a praia da Baleia, em Itapipoca. A estrada que dá acesso ao Cumbuco não está em bom estado, por isso são planos futuros a reconstrução dessa via, que por sua vez melhoraria o acesso a todas as praias do município.

A Dra. Rosanni Guerra ressalta que o PRODETUR-CE contemplará ainda a região de Caucaia, melhorando toda a parte de infra-estrutura (estação de tratamento de esgoto, ampliação do abastecimento d'água, etc.), "revitalização" das lagoas, projetos de preservação ambiental e urbanização em áreas abandonadas. Ao visitarmos a SETUR, ficou claro como seria executado todo o projeto turístico do Cumbuco, com a criação de infra-estrutura, sobretudo melhorias de acesso, responsabilizando-se os empresários que têm destaque no município pela construção de hotéis, condomínios, chácaras, parques aquáticos. Para Pedro Capibaribe, técnico em planejamento da Secretaria do Turismo do Estado, esses projetos, denominados MART PLAN, acontecerão com o apoio de investimentos estrangeiros, tal como o projeto do Banco do Nordeste. No entanto, só alguns itens desses projetos serão realizados e uma das razões é o fato de a área não poder suportar toda a estrutura proposta nos documentos. "Estes projetos já são planejados de forma que, no ato de sua execução, realize-se entre 40% e 50% do que foi proposto", afirmou Pedro Capibaribe.

No que diz respeito às realizações mais voltadas para a comunidade, como forma de integrá-la à atividade turística, a Fundação de Desenvolvimento do Turismo e da Cultura vem promovendo campanhas educativas, no intuito de conscientizar a população para a limpeza da praia e sobre o aspecto geral do local. Em 1997, quando ocorreu o "Seminário Cumbuco 2000", de acordo com a Dra. Rosanni Guerra, houve expressiva participação da comunidade, juntamente com todas as associações existentes no Cumbuco. O seminário teve como principal objetivo discutir projetos de pequeno porte e esteve mais acessível à comunidade.

Discutiu-se ainda mais investimentos em artesanato, manutenção dos eventos tradicionais, como a festa de São Pedro, criação de eventos para atrair turistas, reforçando a cultura da comunidade, promoção mais organizada da regata que acontece todos os anos, conseguindo patrocínio de bancos e empresas, dentre outros. Sobre a atividade da pesca, foi exposto que existe um projeto do Banco do Nordeste para compra de barcos, material de pesca, construção de uma fábrica de gelo, câmara frigorífica, etc.

### 3.3.1 Ofertas e equipamentos turísticos

Mesmo antes do PRODETUR-CE começar a atuar efetivamente, a praia do Cumbuco vem ao longo dos anos se legitimando como local turístico. A afirmação de alguns grupos indicando o Cumbuco como apropriado ao turismo está ligada ao seu potencial paisagístico e à existência de alguns equipamentos turísticos. Entretanto é preciso tomarmos como base as denominações adotadas nos estudos sobre turismo, as terminologias, tipologias, etc., até como forma de mostrar se esta atividade é organizada e como ocorre sua inserção no Cumbuco.

Além de tratarmos aqui da forte vocação existente no Cumbuco para o turismo, trouxemos alguns problemas de ordem empresarial, econômica, social, cultural e ambiental que envolvem todos os que lidam com o turismo naquele local. Ressaltaremos também os principais conflitos existentes que indubitavelmente são conseqüências das novas relações.

Em todo o Cumbuco, só existem quatro pousadas pequenas que passam a maior parte do tempo fechadas, três hotéis de porte médio, um estande fechado, de propriedade de grupos estrangeiros, que funciona apenas para sediar grandes *shows*, e os outros dois que estão em funcionamento, de propriedade de empresários de Fortaleza, arrendado a outros grupos empresariais. Destes dois hotéis apenas um, o Paradise (ver foto 4), tem uma freqüência maior de turista. Manoel Gonçalves, gerente deste hotel, comenta que no momento o Paradise está arrendado a um empresário chileno e que os funcionários são, em sua maioria, de Fortaleza; contudo, existem algumas pessoas do Cumbuco trabalhando no local. Para os dois maiores restaurantes da praia, o Tendas e o Velas do Cumbuco, a situação é quase a mesma: pertencem a dois empresários de Fortaleza e absorvem pouca mão-de-obra local. São pontos que atraem muitos turistas e que mantêm convênio com agências turísticas em Fortaleza.

A localização dos hotéis e dos dois restaurantes é estratégica, pois estão situados na extremidade direita e na extremidade esquerda. No espaço existente entre os dois restaurantes estão fixadas as barracas menores, de propriedade de comerciantes do local, ou até mesmo de Fortaleza.

Nas barracas menores, da própria comunidade, embora só freqüentadas nos fins-de-semana, o que mostra claramente o direcionamento dos turistas para as barracas maiores, percebemos que não existe muita preocupação com o atendimento e falta infra-estrutura para receber turista exigente.



Foto 4 (arquivo particular da autora, Maria Élia dos Santos Vieira)  
Hotel Paradise, o maior do Cumbuco, arrendado a um empresário chileno.

O conflito envolvendo estes proprietários acontece, segundo a Sra. Rosineide, atual presidente da Associação Comunitária Amigos do Cumbuco, "é porque os turistas que chegam na capital, Fortaleza, são levados para o Cumbuco por guias contratados pelas agências de turismo". Três agências atuam no Cumbuco, mas a Ernaitur é a mais ativa e tem um acordo com as duas maiores barracas, a "Velas" e a "Tendas". Nas palavras da Sra. Rosineide quase todos os turistas são levados a essas barracas maiores, causando um prejuízo para outras barracas menores. Relata ainda que "cada guia turístico desta agência leva 20% do que gasta cada turista individual." É muito aparente a insatisfação dos proprietários mais humildes, que perdem muito com essa situação; além de não terem incentivos, nem apoio por parte da prefeitura para melhorarem seus negócios, não conseguem uma clientela considerável, o que lhes garantiria boa renda.

Na estrada que dá acesso ao Cumbuco, encontramos em determinado local, a aproximadamente 6 km da Colônia de Pescadores, um *outdoor* com propaganda sugerindo que os visitantes freqüentem as barracas de praia dos pescadores.

A representante da Fundação de Turismo também nos expôs sua preocupação quanto aos conflitos, porém, segundo ela, o problema não é só com os barraqueiros, e a prefeitura de Caucaia já está tomando providências para melhorar a situação: "Antes só quem se beneficiava eram os grandes empresários, mas agora a prefeitura procura atender a todas as partes, como forma de melhorar a renda das famílias." Em campo, constatamos que o monopólio das duas maiores barracas continua, sendo claramente observável.

Além do sol, mar, lagoas, dunas, um ambiente em meio aos coqueiros, comidas típicas, como frutos do mar, o turista tem ainda como opção de lazer os passeios de bugues sobre as dunas, com banhos nas lagoas e rios em águas cristalinas, a prática do “esquibundo” (descer sobre uma prancha pequena de madeira da duna até a água), passeios a beira-mar, de cavalos, de quadriciclo, de barcos de pesca em alto mar, etc. Tudo isso, de acordo com as terminologias, faz de Cumbuco um local turístico. Todavia, o modo como essa comunidade se organiza e reage perante os visitantes demonstra contradição e conflitos, de forma bastante visível.

Este quadro, segundo a Sra. Rosa Maria (coordenadora da Comissão Pastoral do Pescador) começou a acontecer depois que a idéia de que a atividade turística seria incorporada e com isto as famílias iriam se beneficiar com a geração de emprego e renda. As promessas faziam crer que a população seria aproveitada nos diversos setores desta atividade, e embora seja esta uma das propostas do PRODETUR-CE, até agora isto não aconteceu. A esse respeito, 100% dos entrevistados desconhecem o PRODETUR-CE, inclusive entre as lideranças comunitárias: “Nunca recebemos a visita de um representante do governo ligado a projetos turísticos; ele nunca participou de nenhuma reunião que envolvesse esse tema”, afirmou a Sra. Rosineide.

Quando indagamos sobre o “Seminário Cumbuco 2000”, que a princípio teria sido um encontro para discutir sobre melhorias para o Cumbuco, ela declarou: “Só falam, falam e falam; na prática... nada.” Em relação à prefeitura de Caucaia e tratando-se do Cumbuco, ela acha que também “só promete e não faz nada, pois em outras localidades bem menores, a prefeitura fez creche e posto de saúde”.

A realidade é que as previsões de melhorias não se confirmam. A inserção do turismo, mesmo incipiente, trouxe com ele “práticas predatórias”, inclusive na utilização dos próprios recursos, que são as bases do turismo. Na verdade esta atividade acarretou para a população um processo de desintegração. Com a chegada dos empresários, especulação imobiliária e ainda aumento do fluxo turístico, a comunidade, cuja organização era frágil, se desestruturou mais ainda.

A pesca, principal atividade, já não prevalece. A partir daí vai se desestruturando sua cultura, modos de vida, valores, etc., deixando de viver o dia-a-dia de uma simples comunidade para se adequarem aos novos modos de produção que vão chegando. Essa desagregação por sua vez faz com que a comunidade se fragilize. Sem força, sem união, sem organização ela torna-se mais vulnerável, o que vem a agravar ainda mais sua situação.

O que ocorre é uma disputa dos moradores com os grandes proprietários dos estabelecimentos maiores pelos turistas. "O visitante é disputado a gritos". Essa situação causa constrangimento a todos os envolvidos.

Ao questionarmos em que direção vai o desenvolvimento e para quem, nossa pergunta começa a ser respondida quando apontamos os principais responsáveis pelos investimentos e viabilização dos projetos: prefeitura do município, órgãos governamentais, investidores particulares que estão envolvidos seja no planejamento ou na execução da atividade turística e de certa forma a própria população local. Estes grupos estão prontos a atender a seus próprios interesses e aos interesses de grupos que estejam dispostos a investir altas cifras.

Qualquer melhoria ou benefício que tenha ocorrido nas comunidades litorâneas só aconteceu porque em primeiro lugar precisavam ser atendidas as necessidades dos grandes hotéis, casas de veraneio, restaurantes, pousadas, etc.; as comunidades, sempre em segundo plano, aproveitam-se desses serviços.

O próspero negócio do turismo no Cumbuco não foi extensivo a todos os nativos da comunidade, e o espaço do Cumbuco é hoje um espaço de exclusão e desigualdade. Ao contrário do que afirmou Edvaldo Filho, não é um paraíso cercado de bolsões de pobreza. É a pobreza, no centro, cercada pelas "mansões dos barões" e casas de veraneio.

Os estados do Nordeste apostam na atividade turística como uma possível saída para muitos problemas, sobretudo de ordem econômica. No entanto, aquilo que poderia ser uma solução não passa na verdade de algo que traz mais problemas, ou como ressalta CRUZ (1996:264):

Diante da fragilidade da estrutura econômica, em que pobreza e miséria compõem parte significativa do quadro social, o turismo tem sido visto como alternativa viável em busca do desenvolvimento e da superação dessas deficiências. O imediatismo que tem caracterizado o desenvolvimento dessa atividade, porém, compromete os resultados ao longo do processo, inibindo a maximização de benefícios e levando à superação de impactos negativos.

Muitos autores têm a mesma opinião de Cruz, e por sua vez, chamam a atenção para esse turismo imediatista que a curto prazo trará a destruição dessas áreas. A literatura existente que discute as irregularidades provenientes do turismo é vasta, no entanto, todo tipo de arbitrariedade continua acontecendo.

Os conflitos e problemas, porém, tomam outras proporções; se com o declínio da pesca a comunidade já vem se desestruturando, quando interrogados sobre o turismo e sobre se a população consegue melhorar sua renda, a insatisfação é visível entre os entrevistados, embora alguns ainda acreditem ser possível lucrar com o turismo e outros que até conseguem alguma renda. As respostas são em sua maioria ambíguas e carregadas de contradições. Mesmo assim existem momentos em que o descontentamento vem à tona acompanhado de insegurança pelas incertezas do amanhã.

Ao acrescentar mais informações sobre turismo, a Sra. Rosineide expõe mais algumas questões, como a frequência das barracas. Apesar de todas as revelações, ao indagarmos sobre o que pensa do turismo, no geral, ela resumiu: "Traz ainda muitas vantagens e é possível trazer dinheiro, ampliar os empregos direta e indiretamente". Ela se orgulha por ter visto uma reportagem na televisão mostrando que, de "cada grupo de 100 turistas que chegam a Fortaleza, 80 vêm a para o Cumbuco". Apesar desta observação, a Sra. Rosineide nos expôs outras informações que só legitimam os problemas da praia. Ao ser questionada sobre como a população local reage perante o turista, ela diz o seguinte: "Os nativos recebem os turistas muito bem, nós nos preocupamos em organizar a área da beira-mar. Aqueles turistas que procuram as nossas barracas passam pouco tempo e são mais pessoas que vêm de Fortaleza". Relatou ainda que acontecem divergências entre os garçons e os proprietários de barracas: "Os garçons da beira da praia (cada barraca da beira da praia possui uma casa de onde geralmente saem as comidas e bebidas consumidas pelos turistas; se não existe uma casa, a cozinha fica situada em uma "puxada") exploram muito o turista e ainda o recebem mal." Esta exploração ocorre quando o turista é atendido à beira-mar, ou seja, a inflação de todos os serviços acontece no espaço de menos de 15 metros, da casa para a barraca. Os proprietários dos estabelecimentos sabem de toda essa situação, mas nada fazem. A Sra. Rosineide acredita que assim muitos turistas não voltam mais, contudo turistas de melhor poder aquisitivo nem reclamam, mas ela continua achando que isso é "propaganda negativa para o turismo." Ao entrevistarmos os funcionários das barracas dos moradores do Cumbuco, esta história foi confirmada.

Apesar de todas as informações obtidas em relação à atividade turística, muitas situações ficaram confusas, diante do posicionamento contraditório de muitos entrevistados. Mesmo estando claro que esta atividade ainda não trouxe os resultados propostos, atualmente a razão de ser da comunidade é o turismo, embora a vila venha pagando altos preços por isso.

Todos os moradores do Cumbuco, sejam eles comerciantes, desempregados, pescadores, homens, mulheres, jovens, esperam a qualquer momento lucrar com o turismo; uma prova disso é o número de vendedores ambulantes existente na praia. Em um espaço de tempo de duas horas, contamos mais de cinquenta vendedores.

Nossa investigação se estendeu até os visitantes do Cumbuco. Escolhemos aleatoriamente e em períodos diferentes (alta e baixa estação) nossos entrevistados por toda extensão da praia e ainda pelos espaços referentes às casas de veraneio.

Como já havia sido exposto por um morador, "os donos das casas de veraneio estão vindo pouco ao Cumbuco, eles estão preferindo alugar seu imóvel". Quando visitamos no período de alta estação as casas de veraneio, algumas estavam fechadas. Entrevistamos cinco proprietários e dois caseiros. Dos proprietários entrevistados, três estão freqüentando o Cumbuco apenas duas vezes por mês, enquanto os outros vêm freqüentemente. Ao perguntarmos se eles alugavam suas casas, todos responderam que não. Já os caseiros afirmaram que os proprietários há mais de um mês não apareciam no Cumbuco.

Perguntamos aos veranistas se eles desciam até a praia e se utilizavam os serviços oferecidos pela comunidade. Quatro responderam que não, quando vêm ao Cumbuco ficam dentro de casa. Das cinco casas visitadas três possuíam piscina e um dos proprietários ressaltou o seguinte: "Dia de sábado e domingo a praia do Cumbuco é muito tumultuada, não vale a pena vir para cá" (Sr. Fernando Moreira, comerciante em Fortaleza).

Todos os proprietários entrevistados residiam em Fortaleza. Apesar disso, os moradores comentaram que muitas mansões pertencem a pessoas de outros estados, o que justifica algumas delas estarem fechadas, e que outras pertencem a estrangeiros.

Aos domingos é comum encontrarmos alguns ônibus de linha da capital que conduzem moradores de Fortaleza para o Cumbuco, os conhecidos "farofeiros". Encontramos também outros ônibus, mas de excursões, contratados por agências de turismo de Fortaleza. Os primeiros grupos procuravam as barracas menores (dos pescadores), o segundo era direcionado para as barracas maiores: Velas e Tendias.

Mesmo recebendo o Cumbuco muitos visitantes de outros estados, 60% dos nossos entrevistados eram provenientes de Fortaleza e visitavam a praia até dois domingos por mês, à procura de lazer e descanso, em sua maioria com a própria família. Aqueles que identificamos como turistas provenientes de outros estados eram em sua maioria grupos ou casais que chegaram a Fortaleza utilizando serviços de agências

turísticas de seus estados, através de convênio, com a ErnaniTur e Valtur. Souberam do lugar através de propagandas fotográficas, de folhetos turísticos e ainda de pessoas que estiveram no Cumbuco. Apenas dois grupos não utilizaram os serviços das agências, viajaram por conta própria. Todos afirmaram que o lugar é realmente atraente e que estavam encantados com suas belezas naturais.

Os estados de origem eram: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Belém constando também pessoas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Deste último, encontramos um grupo identificado por "Fun Tur", cujos profissionais são da área de turismo, especializados em conhecer lugares, avaliar e posteriormente indicar para pacotes de viagem. Ao indagarmos sobre a praia do Cumbuco e ainda como eles estavam sendo recepcionados, foram unânimes em dizer que "o lugar tinha muita beleza, as pessoas eram muito agradáveis e que gostariam de voltar". Este grupo se encontrava na barraca Velas.

Pelo que percebemos, as motivações que levam os turistas a visitar o Cumbuco são basicamente as mesmas: descanso e conhecimento das praias do Nordeste.

Ao contrário do que havíamos ouvido falar sobre a praia, no que diz respeito a estrangeiros, não conseguimos perceber tanto a presença deles. Entrevistamos apenas dois italianos, e ambos voltavam pela segunda vez, porque gostaram e acharam o lugar muito bonito.

Algumas observações negativas foram expostas pelos entrevistados. Falaram da poluição da vila e da estrada e dos veículos que trafegam sem qualquer controle na beira da praia.

Fizemos ainda algumas visitas para verificarmos a presença de mais estrangeiros. Sábados e domingos foram os dias em que mais encontramos estes grupos, em que predominavam os italianos, principalmente nos meses de janeiro, fevereiro e agosto.

Um fato curioso nos foi narrado por uma barraqueira natural de Belém, que mora na vila há três anos: "Às terças-feiras uma das barracas aqui da praia (ela não quis dizer o nome) recebe ônibus e microônibus de turistas italianos, vindos de Fortaleza, conduzidos pelas agências de turismo. Eles vêm interessados em se relacionar com as jovens da comunidade. Quando é terça-feira, elas ficam todas pela beira da praia e pelas barracas. Algumas aceitam até o serviço de garçoneiro para se aproximarem com mais facilidade. Outras se prostituem e algumas pensam em se casar e ir embora para a Itália" (Sra. Amélia Alves, barraqueira).

Durante três semanas visitamos a comunidade do Cumbuco para confirmar o relato da Sra. Amélia. Como não conseguimos a comprovação do fato, voltamos à barraca para saber onde estavam os visitantes. Ela respondeu apenas que fazia algum tempo que não vinham.

Embora não confirmada, essa situação é bastante comum, seja nas praias da RMF, seja na capital. Queremos alertar aqui para esta motivação, que seria o prazer da aventura dos relacionamentos - muitas vezes promovendo prostituição dos lugares.

#### **3.4 (Des) Organização da Comunidade: Atividades da Pesca, Nativos, Anseios e Desejos**

Além da Colônia de Pescadores e da Associação dos Barraqueiros, Cumbuco possui duas associações dos moradores: a Associação Comunitária Amigos do Cumbuco, cuja sede fica na colônia de pescadores e que tem como presidente a Sra. Rosineide de Souza Santos, e a Associação Amigos do Cumbuco, que para os moradores é na verdade "associação dos ricos", cujo presidente é um empresário de Fortaleza, que vai ao Cumbuco esporadicamente, e que, por sua vez, representa os interesses dos proprietários de casas de veraneio, "colunáveis de Fortaleza", embora ultimamente venham diminuindo a frequência com que visitam a praia.

Em relação, porém, à quantidade de associações, um morador observou: "O Cumbuco tem mais associação do que morador", e apontou ainda outras associações: dos barraqueiros, dos "bugueiros", dos cavaleiros.

A atual população do Cumbuco é de aproximadamente 2.000<sup>20</sup> pessoas, das quais 92 são sócias da Associação dos Moradores do Cumbuco, mas em média aparecem trinta pessoas para as reuniões. Ao perguntarmos aos moradores se eles freqüentavam as reuniões, 90% responderam que não e as razões mais citadas como justificativa foram exatamente a falta de organização e de poder que a associação tem diante dos problemas. Muitos moradores até chegaram a dizer que não sabiam da existência da associação. Um dos moradores foi mais além e fez crítica em relação à prefeitura de Caucaia e sua administração. "O povo aqui é muito desacreditado. O governo nem ninguém olha pelo Cumbuco. Vamos atrás na prefeitura de alguma coisa para a comunidade, e só tem conversa, a gente vai falar na prefeitura e não existe nada" (Sr. Francisco Antônio, comerciante).

---

<sup>20</sup> Dados da Secretaria de Saúde de Caucaia.

As informações já obtidas sobre o Cumbuco foram confirmadas nas entrevistas. Quase todos os moradores estão insatisfeitos com a intervenção das imobiliárias no local; das pessoas entrevistadas apenas 10% acreditam que as intervenções feitas pelos especuladores trazem o "crescimento"<sup>21</sup> para a comunidade.

Outra situação enfatizada pelos moradores diz respeito à atividade da pesca. De todas as mudanças ocorridas nos últimos anos, sobretudo para atender as pessoas que estavam chegando e ainda os turistas, a pesca, principal atividade do Cumbuco, foi a mais comprometida. O desejo de deixar de ser pescador para ser comerciante, ou trabalhar em outras atividades, manifesta-se sempre no relato dos entrevistados, que acreditam possam lucrar mais com este tipo de mudança.

A preocupação com a possível extinção da pesca é constante nas observações dos moradores, e com o crescimento do turismo no Cumbuco os pescadores preferem fazer passeio com os turistas a ir pescar. Mesmo acreditando que o turismo traz algumas vantagens, também traz muita coisa negativa, como a extinção da pesca: "(...) os pescadores precisam se conscientizar de que eles vivem da pesca, e que esta é que traz melhores condições de vida" (Sra. Maria Zuíla, moradora doméstica).

É notório, em todo o litoral cearense, a pesca vir, ao longo dos últimos anos, cedendo espaço para outras atividades. Esse quadro está também presente no Cumbuco. Aquilo que traduzia a razão de ser da maioria dos pescadores, já não prevalece mais. O que constatamos é que nesta comunidade inexiste total infra-estrutura sócio-produtiva em relação à pesca artesanal, o que está influenciando também a forma de comercialização, inadequada e ineficiente. Faltam ainda incentivos econômicos e financeiros diretos para a categoria.

Nos depoimentos dos pescadores, e do próprio presidente da Colônia, percebemos ainda a desestruturação da categoria; é que no Cumbuco a pesca tende a diminuir cada vez mais. "Falta financiamento e há tempos que os projetos prometem dinheiro e não saem do papel" (Sr. Francisco José, pescador).

Continuando com os relatos:

"Nós sabemos que em outras comunidades existem cooperativas, entreposto de pesca e aqui não se consegue nada. A nossa colônia é pobre, não temos nem frigorífico, câmara de gelo para o beneficiamento do pescado" (Sr. Manoel Ferreira, pescador).

---

<sup>21</sup> Quando indagamos sobre o crescimento da vila, os moradores entendem a pergunta como sendo o crescimento físico da comunidade. Assim eles acreditam que essa cresceu, aumentou o número de casas, de barracas, a estrada asfaltada passa por dentro de comunidade, mercados, comércios, casas de veraneio, etc.

“A fiscalização que devia existir para que outros barcos não viessem pescar aqui no Cumbuco também não aconteceu. E devia acabar também com o atravessador, que paga pouco e vende muito, era para nós ser mais organizados, mas não existe interesse aqui no Cumbuco, não. Às vezes os donos de bar e restaurante vão comprar peixe é em Fortaleza” (Sr. Pedro da Silva, pescador).

Os pescadores querem fazer mais passeios com os turistas ao invés de pescar, como faziam antes. Acham que o turismo é bom, porque traz mais dinheiro, mas bom mesmo é para os donos de barcos e de barracas, que lucram mais. O pescador que vive apenas da pesca só tem alguma coisa no dia em que consegue vender peixe. Nós aqui passamos muita necessidade. O turismo é melhor para quem já tem dinheiro (Sr. Manoel Antônio, pescador).

No Cumbuco, na época da alta estação, os barcos deixam de pescar - mudam o instrumento de pesca, colocam salva-vidas para passear com os turistas. “Venha usufruir as emoções do passeio de jangada com o nativo”, é esta a propaganda.

Em algumas de nossas visitas foi comum encontrarmos muitos barcos ancorados, raramente víamos barcos chegando do mar. “Os pescadores de antigamente tinham jangadas. Antigamente era muito bom, peixe à vontade e hoje diminuiu muito” (Sr. João Crisóstomo, pescador).

Outra reclamação muito enfatizada pelos pescadores, sobretudo os mais velhos, é que os jovens não querem mais aprender com os pais pescadores a arte de pescar. Um dos entrevistados chegou a afirmar que as razões de não se pescar mais como se pescava era porque os atuais pescadores “não sabem pescar e nem querem aprender”.

É do poeta Martins Dalvarez (1966) uma poesia que trata dos perigos que cercam o jangadeiro ao enfrentar o mar:

Jangadeiro cearense,  
Aonde vais todo dia,  
Por esses mares bravios  
Onde o perigo se esconde,  
Onde o infortúnio se acoita,  
Onde a desgraça te espreita?  
O que procuras é a vida,  
Ou a morte está a te buscar?

E o jangadeiro indomável,  
A vela branca o sol tendo,  
Sobre as ondas vai rasgando  
Novos caminhos no mar.

O poeta não tinha idéia dos perigos que os jangadeiros/pescadores iriam ter que enfrentar no futuro, além do mar. No entanto, hoje em dia, além do mar outros problemas estão contribuindo para que essa atividade venha a desaparecer.

Com o intuito de esclarecer aos nativos sobre futuras mudanças que por ventura venham ocorrer no litoral, muitas instituições não-governamentais vêm desenvolvendo junto às comunidades litorâneas trabalhos de assessoria, promovendo cursos, palestras, seminários. Dentre as instituições, constam a Comissão Pastoral do Pescador e o Instituto Terra Mar, que têm uma atuação mais intensiva e próxima.

Na fala da Sra. Rosa Maria, coordenadora da CPP, e na do engenheiro de pesca Sr. Jefferson de Souza, coordenador do Instituto Terra Mar, já citados: "O aumento da procura das áreas litorâneas para os grandes investimentos e a conseqüente deterioração das colônias de pescadores, vêm ocorrendo já desde a década de 1970, e têm à frente grandes grupos empresariais. Mesmo com o trabalho desenvolvido por muitas instituições, é quase impossível conter o avanço e a forma como estas se apropriam do espaço litorâneo."

Para eles, os problemas das comunidades têm sua origem fora delas. Suas informações são as mesmas prestadas pela população do Cumbuco e estas não coincidem em nada com as informações da Fundação do Turismo de Caucaia.

O engenheiro de pesca, Sr. Jefferson de Souza, ao expor sua opinião sobre os conflitos e contradições do litoral diz claramente que os investimentos nessa área estão acontecendo como forma de "subsidiar e enriquecer grupos", que segundo o entrevistado "têm hoje acesso livre bem como a apropriação indébita das terras litorâneas."

Sobre os projetos maiores como o PRODETUR-CE, causaram grandes impactos, pois as colônias de pescadores só tomaram conhecimento em 1995, quando tudo já havia sido planejado nos gabinetes com os grupos que iriam investir altas cifras. As comunidades só ficaram sabendo através dos trabalhos das instituições e em nenhum momento as duas instituições entrevistadas tiveram o apoio de instituições

governamentais.<sup>22</sup> "(...) Os moradores não eram avisados dos projetos e suas terras foram compradas a preço de batata. As comunidades sofreram assim grande defasagem sobre suas terras. O sistema econômico do litoral é frágil, (...), quando ficou inevitável participar à comunidade o que iria acontecer, usaram de promessas fortes e muita propaganda sobre o que estes nativos poderiam conseguir com o turismo."

As conseqüências logo começaram a surgir. "Desestruturação do setor pesqueiro que se rendem ao turismo, com uma expectativa de vida melhor." Na opinião do Sr. Jefferson "os resultados propostos pelos documentos ainda não aconteceram e com certeza, a exemplo do que já ocorreu em outros litorais, nada vêm trazer de positivo."

Ainda sobre a pesca artesanal, de forma geral, o Sr. Jefferson de Souza afirma que esta foi bastante massacrada com as "chuvas de incentivos fiscais, empréstimos para investimentos voltados para captura da lagosta e camarão, que não foram muito bem planejados nem extensivos a todos os pescadores, visavam basicamente ao lucro." Nos anos de 1970 foram criados os grandes grupos pesqueiros cearenses, dando início à pesca industrial. Sua opinião é que com esses subsídios muitos empresários enriqueceram e aplicaram dinheiro em outros investimentos.

Assim, os pólos de pesca industrial chegaram e desarticularam o já não muito organizado setor produtivo tradicional. O sistema de comercialização é diferente, a pesca é predatória, as comunidades pouco participam e os projetos de "ação e desenvolvimento" para essas áreas passam a não mais existir.

Os problemas de ordem ambiental e cultural também são apontados pela Sra. Rosa Maria e pelo Sr. Jefferson. "...o ecossistema litorâneo é o tempo todo agredido, excessos de construção à beira-mar e em áreas impróprias, barramentos dos rios impedindo a produtividade marinha, degradação que sofrem os mananciais de água doce faz com que a produção marinha se atrofie e degenere." Aos poucos as pequenas colônias que têm suas bases fundamentadas em práticas tradicionais vão perdendo seus valores e apostando em práticas e atividades mais modernas. O resultado destas práticas freqüentemente é a deterioração das comunidades; entretanto a opinião do Sr. Jefferson e da Sra. Rosa Maria é que algumas comunidades estão voltando às práticas tradicionais sem esperar pelo turismo.

---

<sup>22</sup> Quando fazíamos parte do projeto natureza, pesca, turismo, conflitos no litoral cearense nos anos de 92, 93 e 94, uma das observações constatadas foi exatamente a falta de informação dos moradores em relação aos projetos turísticos.

Mas este retorno ainda não está sendo observado no Cumbuco. Ao aprofundarmos nossas pesquisas na comunidade ouvimos algumas revelações que só confirmaram a verdadeira realidade da praia e dos nativos.

Dos moradores do Cumbuco, 70% não fazem parte da população de origem nativa. Ou seja, atualmente a população é formada por pessoas que chegam da periferia de Fortaleza e de municípios vizinhos, muitas vezes até de outras praias, outros estados, ou até mesmo de outros países. "O Cumbuco não é mais o mesmo, hoje as coisas são muito diferentes de quando eu era menina, quando não tinha estrada ninguém vinha aqui. Quando alguém precisava ir na Caucaia ia no lombo do burro quando a maré estava seca. Hoje todo mundo vem pra cá, mas eu não gosto não, porque essas pessoas tomaram nossas casas e nossas terras." Ela referiu o episódio da chegada das máquinas-tratores, escavadeiras que chegaram ao Cumbuco para aplanar o terreno. "Toda a vila foi escavada, não pouparam nem o cemitério dos 'anjos'. Muitos meninos e meninas morriam aqui, uns chorando, outros calados, não tinha onde enterrar e o povo aqui do Cumbuco acabou fazendo um cemitério. Mas as pessoas que vieram de Fortaleza são muito malvadas: as mães choraram, as pessoas ficaram revoltadas, não teve jeito, não, o cemitério não foi respeitado e hoje não existe mais. Depois disso o Cumbuco velho desapareceu" (Sra. Maria Pereira, antiga moradora, parteira, costureira e bordadeira).

A partir desse momento, percebemos que o turismo e a intensificação das imobiliárias passam a ser presença marcante no Cumbuco. Essa nova situação ludibriou o imaginário dos moradores com a promessa de que a vida ia melhorar, e que a renda dos moradores passaria a ser bem maior. A Sra. Rosa Maria revelou que diante dessa idéia a comunidade do Cumbuco, dentro do litoral cearense, é uma das que mais resistem em aceitar apoio de instituições, como a CPP e o Instituto Terra Mar.

Nas entrevistas, apesar das respostas confusas dos moradores, 80% deles acham que a chegada de novas atividades e de turistas é importante: "Aqui na praia do Cumbuco é muito bom, as pessoas daqui têm onde trabalhar apesar de não ter muito emprego, porque o turismo traz renda, todo mundo aqui faz alguma coisa com o turismo; sem turismo, não dá nada" (Regina, jovem estudante da comunidade).

"Se as pessoas fossem viver de pesca não dava, o turismo é que traz tudo" (Sr. Leandro Moraes, desempregado). Ao perguntarmos se ele trabalhava em alguma atividade relacionada ao turismo, respondeu que não, mas às vezes, trabalha como servente de pedreiro. "Eu queria vender alguma coisa, mas não sei o quê, pois no Cumbuco já tem muito vendedor".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há aproximadamente vinte anos, quando os visitantes, veranistas, turistas e os chamados “farofeiros” chegavam a uma comunidade praiana, em busca de lazer, aventura ou descanso, era bastante visível a diferença entre eles e a população local.

Mesmo pertencendo à Região Metropolitana de Fortaleza, no Cumbuco bem próximo desta capital, por não existirem tantas vias de acesso como as de hoje, a invasão dessas comunidades não era tanto como atualmente. Ademais, em virtude do seu afastamento, esses lugares conseguiam manter suas particularidades originais.

Há três décadas, ainda era possível chegarmos a estas comunidades e encontrar seus moradores vivendo o dia-a-dia simples, com hábitos mais autênticos, condizentes com a sua realidade. As casas eram humildes, mas repletas de dignidade. Percebia-se claramente a autenticidade e a identidade de uma população que tinha com o mar um estreito relacionamento, porque era dele que tirava seu sustento.

Chegava-se às casas dos moradores e logo se percebia o respeito existente entre os integrantes das famílias. Havia uma hierarquia bem definida. Observava-se imediatamente que os moradores destas casas eram pessoas apoiadas em forte religiosidade. Nas paredes das residências viam-se, além dos retratos dos seus antepassados, grande quantidade de imagens de santos e dos maiores representantes da Igreja católica. São Pedro, cuja festa é comemorada no dia 29 de junho, por ser o padroeiro dos pescadores, tinha presença de destaque em todas as residências.

Mas este tipo de comportamento, o hábito simples da comunidade, foi substituído por hábitos modernos, em consequência não só do turismo em si, mas também do próprio estreitamento das relações com outros povos.

O pescador, mesmo vivendo a diária luta contra o mar, seu maior adversário e também maior aliado, sabendo que sua volta para casa seria sempre mais incerta que a quantidade de peixes que conseguiria pescar, saía com sua jangada, orgulhoso de sua profissão, pois era, e ainda é, na visão de muitos, o “herói dos mares”. Hoje em dia isso modificou-se, pois já não se valoriza tanto a atividade da pesca como antes.

Afinal, onde está a vida simples das comunidades praianas? Onde estão as velhas tradições antes cultivadas por esta população? A dança-do-coco, realizada pelos homens ao som do batuque de um caixote? Por que as regatas e festas religiosas, atualmente,

precisam ser organizadas por grupos de fora? A que horas saem as jangadas e a que horas chegam? Já não se vê mais aquele burburinho de pessoas saudando os pescadores nem mesmo aqueles que vinham ajudar, colocando os troncos de coqueiros sob as jangadas para que deslizassem sobre a areia, ganhando em troca dois, três quilos de peixe? A fartura era grande. Hoje, aqueles que insistem na atividade atracam solitários. Onde está o vaivém das crianças e dos jovens, vestindo apenas a parte de baixo de suas bermudas. E as moças, de vestido simples, reunidas debaixo de uma árvore a conversar com as mulheres mais velhas, aprendendo a fazer renda, a bordar. Ou simplesmente sair mar adentro de vestido.

Por que não há mais missas à tarde? Onde estão os padres para rezar novenas e ladinhas pedindo a São Pedro que o pescador volte são e salvo da sua empreitada?

São essas e outras as perguntas feitas pelos moradores mais antigos, visitantes, ou até mesmo turistas que tiveram a oportunidade de no passado estar nessas comunidades.

A resposta é simples e em nossa pesquisa foi exposto aquilo que nos pareceu mais evidente como causa das transformações pelas quais passaram e vêm passando essas comunidades situadas em todo o litoral.

As mudanças do espaço litorâneo e das vilas dos pescadores, com todas as suas permanentes transformações, ocorrem a princípio porque existe uma tendência natural de que esses locais mudem, experimentando as inovações que foram realizadas, sem dúvida, em caráter imediatista, sobretudo pela chegada da especulação imobiliária, atividade turística que trouxe hábitos e práticas até então desconhecidos da comunidade.

As populações nativas que sempre estiveram presentes nesses locais mantinham também com o meio ambiente um nível de exploração que não agredia as condições naturais do lugar.

Com as mudanças nas atividades artesanais, e, nesse caso, podemos citar mais uma vez a pesca informal, que foi substituída pela pesca industrial para atender às necessidades do mercado externo, as características dessas comunidades se alteraram consideravelmente e de forma desagregadora, implicando a marginalização de uma população que já vivia em condições precárias. Tratando-se especificamente da nossa área podemos apontar mais.

Teve ou não teve o Cumbuco o seu desenvolvimento local? Em que dimensão isso ocorreu? Quem de fato se beneficiou?

Esta pergunta, se considerarmos não o desenvolvimento, mas o crescimento físico da comunidade, poderá ser respondida a partir do seguinte pensamento: Ao chegar ao Cumbuco, observamos claramente a existência de um lugar que foi dominado por grupos apoiados sobretudo pelos órgãos governamentais para ser explorado com diversos fins, e destacamos aqui mais uma vez o papel das imobiliárias e o turismo. O primeiro, sob a proteção de leis que asseguram as necessidades de grupos hegemônicos ou de famílias de classe média alta, que em nome de modismos, por exemplo, precisam possuir casa na praia. Surgem, então, os loteamentos irregulares, a apropriação da terra dos nativos, levando à destruição de áreas e ecossistemas frágeis, embora essas particularidades, como vimos, sejam lembradas freqüentemente nos projetos.

Com o incremento do turismo, que tem estreita relação com a especulação imobiliária, a situação desses lugares se agrava, pois a melhora nas condições de vida das comunidades, assim como o aumento de emprego e renda passam a ser uma realidade cada vez mais distante. Os atrativos turísticos existentes, os melhores equipamentos passam a pertencer não mais à população local, mas a empresários de Fortaleza, de outros estados, ou até mesmo de outros países, gerando conflitos os mais diversos.

A intensificação da atividade turística no Cumbuco não proporcionou, ainda, nada parecido com o que ocorreu nos grandes complexos turísticos que estudamos no capítulo 1. Com os atuais projetos e diante dos atrativos naturais existentes no local, talvez todo o lugar venha a se transformar em uma grande área com infra-estrutura para a recepção de um contingente maior de visitantes, como Cabo Frio, Cancún, Varadero.

Outra tendência que se coloca fortemente são as transformações na comunidade, advindas da construção do porto do Pecém. É possível que toda a área próxima ao Cumbuco polarize diversas funções residenciais, industriais e comerciais. Ou ainda, como constatamos, as transformações pelas quais vem passando a Zona Oeste de Fortaleza estender-se-ão, como é previsto, a todo o litoral do município de Caucaia, fazendo surgir um novo quadro: infra-estrutura hoteleira, com edifícios residenciais, condomínios de casas de classe média alta, obedecendo a padrões urbanísticos freqüentes já em muitas cidades litorâneas brasileiras, até mesmo Fortaleza.

Contudo, o que podemos ressaltar de concreto em relação a nossa questão inicial é que, atualmente, o Cumbuco configura-se como área que sofre com o uso indiscriminado de todo seu espaço, envolvendo todas as instâncias: É a privatização do lugar se

consolidando em ritmo acelerado, a segregação espacial e econômica cada vez mais evidente, a expropriação dos nativos, com a invasão sistemática de todos estes espaços. O quadro resultante é o desaparecimento da população de origem, pois é já quase total a falta de representantes/familiares dos primeiros moradores que fundaram o Cumbuco.

Nosso diagnóstico leva-nos a considerar, finalmente, que o modelo de desenvolvimento adotado para estas áreas atua de forma que omite os verdadeiros interesses, desconsiderando as leis, que não asseguram em nenhum momento o bem-estar das comunidades, trazendo conseqüentemente um espaço que se produz a partir das contradições impostas ainda por uma sociedade baseada na lógica do capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. A invenção do litoral. O POVO, Fortaleza, 26 ago. 1995. Cad. Opinião.
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1991.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: AFFONSO, R. de B. A. e SILVA, P. L. B. (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Estudos conjunturais do BNB. Turismo no Nordeste*. Fortaleza, 1995.
- BARRETO, Margarida. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas - São Paulo: Papyrus, 2. ed., 1997 (Coleção turismo).
- BECKER, Bertha Koiffman. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: Pantheon, 1995 (Série Gerenciamento Costeiro). Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. O planejamento territorial do turismo como forma de planejamento governamental do Ceará. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Turismo e PRODETUR: Dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EUFC, 1998.

- CARLOS, Ana Fani Alessandro. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (org.). *Turismo, espaço e paisagem*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CÉSAR, A. e ARNAIZ, S. *Cancún: El enclave turístico y sus custos*. México: CIET, 1997.
- COELHO, M. S. A. do. *A segunda habitação. Reflexões da expansão da metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 1986. (Dissertação de Mestrado)
- CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Ines G. (org.). *Turismo, impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- CORRÊA, Roberto L. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *Espaço e cultura*. Rio de Janeiro: NEPEC, Ano 1, nº 1, 1995.
- \_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: *Geografia: conceitos e temas*. (org.). CASTRO, Iná E. de; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Ines G. (org.). *Turismo, impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

D'ALVAREZ, J. M. A canção do criador de caminhos. In: Secretaria de Educação e Cultura do Ceará (org.). *Terra da luz: Antologia*. São Paulo: Monumento, 1966.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. In: *Proposta-experiências em educação popular. Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: FASE, nº 38, 1988.

\_\_\_\_\_. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

EDVALDO FILHO. O mar engole as praias. O POVO, Fortaleza, 26 ago. 1995. Cad. Opinião.

EMBRATUR. *Política nacional de turismo: diretrizes e programas (1996-1999)*. Brasília - DF: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

FERNANDES, B. M. *MST - formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRARA, L. D. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). *Turismo, espaço e paisagem*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA LIMA, A. C. Eleição e economia. Para onde vamos? Uma agenda para o Brasil e o Ceará, à luz das eleições de outubro. Economia Mais. Fortaleza. Ano II, nº 18, ago. 1998.

GIRÃO, R. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1994.

GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*, 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IPLANCE. *PDDU. Caucaia. Caracterização do município*. Fortaleza, 1999.

\_\_\_\_\_. *A inserção do planejamento turístico governamental no desenvolvimento sócio-econômico do Ceará*. Elaborado por Ireleno Porto Benevides. Fortaleza, 1994.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do turismo no Ceará em 1994*. 1995.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: por uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LEMENHE, Auxiliadora. *As razões de uma cidade. Conflitos e hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LOUREIRO, Violeta R. Pilhagem da natureza e conflitos de classe. In: *Proposta-experiências em educação popular. Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: FASE, nº 38, 1988.

MACEDO, Sívio e PELLEGRINO, Paulo R. M. Do éden à cidade: transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). *Turismo, espaço e paisagem*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIRELLES, A. J. A. *Diagnóstico ambiental da planície costeira de Pecém, município de São Gonçalo do Amarante*. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. SEMACE. Relatório Interno. Fortaleza - Ceará, 1993.

MURPHY, Peter E. *Tourism: a community approach*. Londres: University Press, Cambridge, 1985.

OLIVEIRA, A. M. *Agricultura metropolitana: a pequena produção em Maranguape-Ceará*. Aracaju: UFS/Geografia, 1999 (Dissertação de Mestrado).

PEARCE, Douglas. *Tourism today: a geographical analysis*. New York: Longman Scientific e Technical, 1987.

PINHO, Elisabeth Magalhães Martins de. *A atuação do capital imobiliário em um distrito pesqueiro cearense*. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1981.

PLEUMARAN, Anita. Tourism investigation e monitoring. In: *Third world network - Briefings for the C S D session - Eco-tourism: a new green mysh in the third world*. Malaysia, nº 7.

RODRIGUES, Adyr B. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SALES, Vanda Claudino. *Cenário litorâneo. Lagoa do Papicu: natureza e ambiente na cidade de Fortaleza*. São Paulo, 1993. (Dissertação de Mestrado)

SEPLAN. *Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste - PRODETUR - Estratégia para o desenvolvimento turístico do Estado do Ceará*. Fortaleza, 1994.

SILVA, Caio S. B. P. e PERDIGÃO, Fábio. Análise de impacto ambiental em zona litorânea: ocupação desordenada do solo e erosão costeira na praia do Pecém. In: LEMOS, Amália Ines G. (org.). *Turismo, impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. B. da. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multgraf, 1992.

\_\_\_\_\_. *Produção e dinâmica do espaço nordestino: da moenda à automação*. VIII Encontro Regional de Estudos Geográficos. Universidade Regional do Cariri, Departamento de Geografia. Crato, 1998.

SOUZA, M. J. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. *Revista Território*, 1(1), 1996.

\_\_\_\_\_. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: *Turismo, desenvolvimento local*. RODRIGUES, A. B. (org.). São Paulo: Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território*, Ano II, nº 3, jul/dez. LAGET/UFRJ. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997b.

SOUZA, M. S. de. *Fortaleza: uma análise da estrutura urbana*. 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Associação dos Geógrafos Brasileiros da Universidade Federal do Ceará. SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza, 1978.

## **ANEXOS**

### **ENTREVISTADOS**

- Secretaria do Turismo
- Unidade Executora do PRODETUR-CE - Pedro Capibaribe - Anete Morel (técnicos em planejamento)
- *Órgãos Não-Governamentais*
- Instituto Terra Mar - Jefferson Souza da Silva (Coordenador)
- Comissão Pastoral do Pescador (CPP) - Rosa Maria Martins (Coordenadora)

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA<sup>23</sup>**

#### **1 - Secretaria do Turismo do Estado do Ceará**

Unidade Executora do PRODETUR-CE

Formação: Função que desempenha

1. De modo mais específico, como atua esta secretaria no planejamento do turismo e quais os órgãos a ela subordinados?
2. Em que avançaram os projetos e as políticas de desenvolvimento nos últimos cinco anos? Quais as metas que já foram alcançadas? E o que se pretende para os próximos anos?
3. Quais os países (capital estrangeiro) que já investiram e os que irão investir no turismo no Ceará? Que critérios vocês impõem e como vai ocorrer essa parceria?
4. Como ocorre a parceria entre esta secretaria e a EMBRATUR? Existe alguma outra instituição, ou ONG, que esteja contribuindo com vocês? Como?
5. Qual a preocupação e que tipo de trabalho está sendo feito quanto às comunidades de pescadores? Como elas estão reagindo às ações do PRODETURIS-CE?
6. Quais os critérios de escolha dos lugares para a instalação de parques temáticos (no caso Sun e Fun)? Quais são as medidas tomadas em relação à preservação do meio ambiente?

---

<sup>23</sup> Para todos os roteiros de entrevista identificamos nome, idade, estado civil, grau de instrução, ocupação, função exercida, formação, endereço e origem.

7. Quais as principais dificuldades encontradas nas execuções dos projetos turísticos?
8. Como está se dando o treinamento e a formação de profissionais para a atividade turística?
9. De que forma acontece a aquisição de terras na faixa litorânea?

## **2 - Banco do Nordeste (BN)**

1. Precisamente, quanto está sendo investido no PRODETURIS-CE? Quais os recursos que já foram aplicados e em quê?
2. Como se dá a parceria entre essa instituição e os outros setores ligados ao desenvolvimento turístico?
3. O(a) senhor(a) acredita que os investimentos que estão sendo aplicados para o desenvolvimento turístico são prioritários tendo em vista outras dificuldades mais urgentes de ordem social, cultural, econômica por que passa o Ceará? As divisas geradas poderão realmente trazer melhorias para o Estado?
4. Acredita que o fato de melhorar a infra-estrutura, sobretudo com a expansão do Aeroporto de Fortaleza, o fluxo intensificará, aumentando assim os lucros? Quais as previsões de retorno financeiro e como ele vai ser aplicado?
5. Esta instituição financia algum tipo de trabalho de apoio às comunidades pesqueiras? Quais?
6. Os recursos investidos por essa instituição vão especificamente para onde?

## **3 - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE)**

1. Qual a participação dessa secretaria durante a atuação do PRODETUR-CE?
2. Foram solicitados relatórios de impacto ambiental para a zona litorânea? Existe um documento (zoneamento) que demonstra a fragilidade desse ecossistema?
3. Quanto à infra-estrutura (saneamento, esgoto, água), como vai se dar a implantação?

## **4 - Prefeitura de Caucaia - Fundação do Desenvolvimento do Turismo e da Cultura do Município de Caucaia**

1. Como está se dando a parceria com o governo do Estado para o desenvolvimento do turismo nas praias de Caucaia? Os investimentos já começaram?

2. Independente do planejamento turístico, como atua a prefeitura de Caucaia perante essas comunidades em questões que envolvem educação, saúde, infra-estrutura, etc.?
3. Especificamente, qual o tipo de planejamento realizado pela fundação de turismo dessa prefeitura para o Cumbuco?
4. Existe participação das comunidades nos projetos de turismo?
5. Qual a situação da pesca nas comunidades? Existe algum incentivo (financiamento) para essa atividade por parte dessa prefeitura?

### **5 - Organizações não-Governamentais (ONGs)**

1. Como vocês vêm atuando no litoral e que tipo de trabalho realizam junto às comunidades?
2. Qual a opinião de vocês sobre o PRODETUR-CE e como este tem sido visto pelas comunidades? Elas têm conhecimento do PRODETUR-CE?
3. Qual a situação da pesca hoje no litoral cearense?
4. Vocês foram convidados pelos órgãos oficiais de turismo para expor sobre o conhecimento que possuem sobre o litoral e suas comunidades?

### **6 - Proprietários de Agências de Turismo em Fortaleza**

1. Qual a época em que o fluxo turístico é intenso? Acreditam vocês que este fluxo tenha aumentado nos últimos anos? De onde provêm os turistas?
2. Vocês promovem passeios turísticos? A praia do Cumbuco está no roteiro? Como vocês divulgam as viagens às praias do Ceará?
3. Vocês conhecem o PRODETUR-CE?

### **7 - Empreendimentos Imobiliários**

(razão social da imobiliária, proprietário, endereço, contato, formação, função que desempenha)

1. Existe algum vínculo entre os agentes imobiliários e a equipe do PRODETUR-CE?
2. Como acontece o processo de compra e venda de terras no litoral? Como é conseguida a escritura desses terrenos?

3. Esta imobiliária vende terras no Cumbuco? Como vocês conseguem a posse das terras?
4. Como a população das comunidades reage diante da presença de imobiliárias no litoral?
5. Os loteamentos para serem instalados necessitam de infra-estrutura (ruas, energia, água, esgoto, etc.). Como é conseguida autorização no Estado ou nas prefeituras?

### **8 - Lideranças Comunitárias (Moradores do Cumbuco)**

(nome, profissão, é nativo, idade, estado civil, grau de instrução, endereço)

1. Como se organizam os moradores do Cumbuco? Qual o trabalho desenvolvido pela associação? A comunidade participa das reuniões?
2. Nos últimos vinte anos o Cumbuco sofreu algumas modificações. O(a) senhor(a) acha que foram positivas ou negativas?
3. Sabe informar se existem moradores que estão deixando a vila? Para onde estão indo?
4. O(a) senhor(a) conhece o PRODETUR-CE? Já veio algum representante do governo informar sobre este projeto? Vocês estão participando de reuniões para execução dos projetos turísticos?
5. A Prefeitura Municipal de Caucaia faz algum trabalho de ação social no Cumbuco? Como o(a) senhor(a) avalia a atual administração?
6. O que o(a) senhor(a) acha do turismo no Cumbuco? A comunidade é muito procurada? Qual a época em que tem mais gente? Quais as vantagens para a comunidade? Qual a sua opinião sobre o turismo? Acha positivo ou negativo? Por quê?
7. Como a população reage diante dos turistas?
8. O fato da vila do Cumbuco ser visitada por pessoas de fora influencia no aumento da renda das famílias?
9. A quem pertencem no Cumbuco os estabelecimentos (hotéis, pousadas, bares, restaurantes, comércios em geral)?
10. Como o(a) senhor(a) vê a implantação dos loteamentos no Cumbuco? Sabe quem comercializa essas terras?
11. Como o(a) senhor(a) vê a atuação do Dr. Bosco em relação à compra e venda de terras e à doação de casas de alvenaria?
12. Para onde estão indo os filhos de pescadores se as terras do Cumbuco pertencem, agora, a apenas um proprietário?

13. Como está a situação da pesca no Cumbuco? Os pescadores recebem alguma assistência do governo ou da prefeitura de Caucaia?
14. Como a população reage às ações do Dr. Bosco?

### **9 - Presidente da Colônia de Pescadores do Cumbuco (Z-7)**

(nome, estado civil, idade, função, grau de instrução, endereço)

1. Qual a situação da pesca no Cumbuco?
2. Quantos pescadores existem?
3. Como vocês se organizam e quem são os proprietários dos barcos?
4. Quem financia a compra de material?
5. Como é comercializado o peixe?
6. A atividade da pesca tem recebido algum incentivo por parte do governo ou da prefeitura? De que tipo?
7. O(a) senhor(a) acha que o fato da comunidade receber visitantes (turistas) influencia na atividade da pesca?
8. Conhece alguém que tenha deixado de ser pescador para ter outra ocupação? Qual?
9. Os filhos de pescadores querem manter a tradição da atividade de pesca ou estão procurando outra ocupação? Por quê?
10. O(a) senhor(a) percebe algum aumento ou diminuição na quantidade de peixe pescado nos últimos anos?

### **10 - Proprietários de Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes no Cumbuco**

(razão social, proprietário, formação, função que desempenha, origem, tipo, classificação do estabelecimento, quantos funcionários, de onde, situação dos funcionários)

1. Há quanto tempo está neste negócio? E por que investiu?
2. Como avalia o fluxo de visitantes no Cumbuco? Acha que a praia é muito visitada? Saberá informar a origem dessas pessoas? Em que época o fluxo de turista é mais intenso?

3. O Cumbuco tem infra-estrutura para receber um fluxo maior de turistas?
4. Como o(a) senhor(a) avaliaria o seu estabelecimento?
5. Que cuidados teve ao instalar seu estabelecimento? Preocupa-se com a limpeza, não só do seu comércio mas da comunidade como um todo? Como contribui para isso?
6. O(a) senhor(a) tem conhecimento do PRODETUR-CE? Recebeu a visita de algum técnico do governo para explicar sobre os possíveis projetos que vão ser desenvolvidos no Cumbuco?
7. Acredita que o turismo de forma mais organizada pode realmente trazer benefícios para o Cumbuco de modo que venha beneficiar a todos os integrantes desta comunidade?
8. Poderia identificar o visitante que procura o Cumbuco? Ele exige bons serviços? É um visitante de classe alta, média ou baixa? O maior número de pessoas que vem nos fins-de-semana (piquenique) é de veranistas ou de turistas de outros estados ou países?

#### **11 - Moradores do Cumbuco**

(nome, profissão, idade, estado civil, grau de instrução, nativo)

1. Há quanto tempo mora no Cumbuco? Sempre morou nesta casa? Tem escritura do terreno? Já recebeu proposta de compra e venda dessa casa?
2. O(a) senhor(a) acha que o Cumbuco é um bom lugar para morar? Por quê? Exerce outra função para complementar a renda da família?
3. Percebeu algumas mudanças ocorridas na comunidade nos últimos anos? Quais?
4. O que o(a) senhor(a) acha dessas casas de pessoas de fora que foram construídas no Cumbuco?
5. A quem vocês moradores recorrem para resolver os problemas da comunidade? Participa da associação de moradores? De que forma?
6. Sabe de algum projeto de melhoria para a vila do Cumbuco? Qual?
7. O(a) senhor(a) acha o turismo negativo ou positivo? Por quê?
8. Acredita que a vila pode "crescer" recebendo muitos turistas?
9. Conhece alguém que tenha saído do Cumbuco? Por quê? Onde foi morar?
10. Se seus filhos quisessem morar no Cumbuco, onde eles construiriam suas casas?

## 12 - Moradores Antigos

(nome, profissão, grau de instrução, idade, estado civil)

1. Há quanto tempo vive no Cumbuco?
2. O(a) senhor(a) poderia contar a história da comunidade?
3. Como o(a) senhor(a) descreveria as transformações ocorridas no Cumbuco? Era melhor antigamente ou hoje? Como viviam as pessoas?
4. Poderia falar da atividade pesqueira?
5. O que o(a) senhor(a) acha da visita de pessoas de fora no Cumbuco?

## 13 - Turista/Visitante, Excursionista, Veranista

(nome, sexo, grau de instrução, origem, profissão, estado civil)

### *Turista*

1. Quais os motivos que o levaram a viajar?
2. Por que escolheu o Nordeste, e em especial essa praia?
3. Como teve conhecimento dessa praia? Quais as informações obtidas antes da escolha?
4. Quais os serviços turísticos que utilizou para fazer a viagem?
5. Qual a sua opinião sobre o Cumbuco? Acha que existe infra-estrutura para receber o turista? Por quê? Poderia dar alguma sugestão?
6. O(a) senhor(a), como turista, que cuidados procura ter ao chegar no local turístico? Como se relaciona com a população local?
7. Especificamente quais as experiências que pretendia viver ao chegar no local? Quais os seus desejos de turista?
8. Voltaria a essa praia em outra oportunidade?

### *Excursionista*

1. Por que escolheu essa praia para visitar? Com que frequência vem a esse local? Percebeu algumas transformações na comunidade?
2. Que tipo de serviço você procura no Cumbuco?

3. Que tipo de transporte utilizou?
4. O Cumbuco oferece infra-estrutura para receber visitantes? Se não, o que poderia ser melhorado?
5. Que cuidados você tem como visitante em relação ao ambiente e como se relaciona com os moradores?

*Veranista*

1. Há quanto tempo possui casa no Cumbuco? Como conseguiu a escritura do terreno?
2. Por que escolheu essa praia para construir sua casa?
3. Com que frequência vem ao Cumbuco? E em que período?
4. Frequenta a praia ou fica em sua residência? Utiliza os serviços oferecidos pela comunidade?
5. Percebeu mudanças na comunidade nos últimos anos?
6. Como se relaciona com os nativos?
7. O Cumbuco tem infra-estrutura para receber um maior fluxo de turistas? O que precisa ser melhorado?
8. Quais os cuidados que procura ter com relação à limpeza?
9. Se porventura aumentar o número de visitantes no Cumbuco, o que pretende fazer? Continuará a frequentar a praia ou venderá a casa?
10. O turismo pode trazer desenvolvimento para o local?